

# PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA (PGI)

REVISÃO 2003 – 2024

BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SANTA CATARINA

Versão Preliminar



## **CRÉDITOS**

### **Ministério do Meio Ambiente – MMA**

Ricardo Salles

### **Ministério da Economia**

Paulo Roberto Nunes Guedes

### **Secretaria do Patrimônio da União – SPU/OC**

Fernando Anton Basus Bispo

### **Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC**

Nabih Henrique Chraim

### **Coordenadora da Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC**

Juliano Luiz Pinzetta

### **Núcleo de Gestão de Praias – NUGEP/SPU**

André Luís Pereira Nunes

### **Ministério do Turismo**

Marcelo Álvaro Antônio

### **Capitania dos Portos**

Alexandre Lopes Vianna de Souza

### **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDE/SC**

Lucas Esmeraldino

### **Coordenação Estadual do Programa de Gerenciamento Costeiro - GERCO/SC**

Jorge Rebollo Squera

### **Secretaria executiva da Comissão Técnica do Projeto Orla em Santa Catarina**

Lívia Ceretta

### **Secretaria Executiva de Meio Ambiente SC**

Felipe Assunção

### **Corpo de Bombeiros**

João Paulo Francisco



**Polícia Militar Ambiental**

Jurema Klanoviz

**Laboratório de Gestão Costeira Integrada – LAGECI/UFSC**

Mariana Matos

**Universidade do Vale do Rio Itajaí**

Oscar Benigno Iza

**UNIAVAN**

Débora Baumgarten

**Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí**

Geógrafa Me. Adelina Cristina Pinto

**Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú**

Prefeito Fabrício José Satiro de Oliveira

**SECRETARIAS MUNICIPAIS**

**Secretaria de Meio Ambiente**

Maria Heloísa Beatriz Cardozo Furtado Lenzi

**Secretaria de Planejamento Urbano e Gestão Orçamentária**

Fabiano Queiroz de Mello

**Procuradoria-Geral do Município**

Juliano Luís Cavalcanti

**Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico**

Geninho Goes

**Fundação Municipal de Esportes**

Osmar de Miranda

**Coordenação Municipal - Projeto Orla**

Eduarda Montibeller Schuch

**Gestora de Praias**

Eduarda Montibeller Schuch



## **ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

### **CONSEGMAR**

Domingos Pinheiro

### **Colônia de Pesca Z07**

Levi Elias Vicente

### **Associação dos Trabalhadores em Milhos e Churros da Praia Central**

Jeremias Souza

### **Associação Catarinense das Escolas de Surf (ACESBC)**

José Carlos Malucalli

### **Associação dos Moradores de Taquaras**

Marcelo Peixoto

### **Associação de Moradores da Praia do Estaleiro**

Vinicius Castro

### **Associação de moradores do Bairro Nações**

Marisa Strebe

### **Associação de Moradores do da Praia do Estaleirinho**

Felipe Rosa

### **Associação dos Amigos, Moradores, Comerciantes, Proprietários e Possuidores de Imóveis da Praia do Pinho.**

Adriana Fonseca

### **Associação dos Moradores da praia de Laranjeiras.**

Jaimir Kaliski

### **Instituto Anjos do Mar**

Josué Oliveira

### **Associação de Balneário Camboriú e Camboriú**

Paulo Junek

### **Equipe consultora do Projeto Orla Balneário Camboriú**

Geógrafo Me. Pedro de Carvalho Nasser – Instrutor Responsável

Oceanógrafo Dr. Luidgi Marchese – Apoio nas Oficinas





Bióloga Dra. Samanta da Costa Cristiano – Apoio na Redação do PGI

## SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	i
LISTA DE FIGURAS.....	ii
LISTA DE ANEXOS.....	iv
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>Termo de Adesão à Gestão de Praias – TAGP.....</b>	<b>2</b>
<b>Projeto Orla.....</b>	<b>5</b>
<b>Construção do PGI de Balneário Camboriú.....</b>	<b>9</b>
1. OBJETIVOS.....	17
1.1. Objetivo Geral.....	17
1.2. Objetivos específicos.....	17
2. ÁREA DE GESTÃO.....	19
2.1. Unidades da Paisagem e Trechos de Planejamento.....	22
2.1.1. Unidade 01 – Costa Brava.....	25
2.1.2. Unidade 02 – Praia Central.....	26
2.1.3. Unidade 03 – Praia dos Amores.....	27
3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO.....	29
3.1. Atributos Naturais e Paisagísticos.....	29
3.1.1. APA Costa Brava.....	30
3.2. Atividades Geradoras dos Problemas e Atores Envolvidos.....	33
3.2.1. Atividades Geradoras.....	35
3.2.2. Atores.....	37
3.3. Problemas e Potencialidades de Uso e Ocupação e Impactos na Orla.....	40
3.3.1. Problemas.....	41
3.3.2. Potencialidades.....	44
3.4. Estrutura Fundiária na Orla.....	47
4. CENÁRIOS DA ORLA.....	51
4.1. Unidade 01 – Costa Brava.....	51
4.1.1. Trecho 1.1. – Ponta do Malta.....	51
4.1.2. Trecho 1.2. – Estaleirinho.....	52
4.1.3. Trecho 1.3. – Ponta dos Coqueiros.....	54
4.1.4. Trecho 1.4. – Estaleiro.....	55
4.1.5. Trecho 1.5. – Ponta do Lobo.....	58
4.1.6. Trecho 1.6. – Pinho.....	58

4.1.7.	Trecho 1.7. – Ponta da Tartaruga.....	60
4.1.8.	Trecho 1.8. – Taquaras.....	61
4.1.9.	Trecho 1.9. - Taquarinhas.....	63
4.1.10.	Trecho 1.10. – Ponta das Laranjeiras.....	64
4.1.11.	Trecho 1.11. – Laranjeiras.....	64
4.1.12.	Trecho 1.12. – Aguada.....	66
4.2.	Unidade 02 – Praia Central.....	67
4.2.1.	Trecho 2.1. – Barra Sul.....	67
4.2.2.	Trecho 2.2. – Praia Central.....	69
4.3.	Unidade 03.....	71
4.3.1.	Trecho 3.1. – Pontal Norte (3.1, 3.2, 3.3).....	71
4.3.2.	Trecho 3.2. – Praia do Buraco.....	72
4.3.3.	Trecho 3.3. – Praia dos Amores.....	73
5.	AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS.....	75
6.	SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES.....	79
6.1.	Base legal existente que permita implantar as ações normativas.....	81
6.1.1.	Legislação Federal.....	81
6.1.2.	Legislação Estadual.....	83
6.2.	Base Institucional Local para Executar as Ações Previstas.....	83
6.3.	Fóruns de decisão existentes no município.....	84
6.4.	Instrumentos Gerenciais e Normativos Locais Existentes.....	85
6.5.	Material técnico-científico disponível.....	86
6.5.1.	Referências citadas.....	87
7.	CRONOGRAMA.....	90
	ANEXOS.....	94

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Falta/ausência de planejamento como atividade geradora de aproximadamente 22 problemas.....	36
Quadro 2– Problema mais frequentes na orla de BC, conforme identificação nas oficinas do Projeto Orla. 1= presente; 0 = ausente.....	43
Quadro 3 – Principais conflitos fundiários de BC.....	50
Quadro 4– Ações e medidas recorrentes para 64,7% e 41,2% dos trechos de orla de BC. 1= presente; 0 = ausente.....	76
Quadro 5– Ações e medidas recorrentes para 29,4% e 23,5% dos trechos de orla de BC.....	78
Quadro 6- Cronograma de um ano – PGI Balneário Camboriú – Agenda Imediata.....	91

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de encaminhamentos do PGI. Fonte: MMA/SQA (2002).....	2
Figura 2 – Produtos da implementação do Projeto Orla. Fonte: MMA/SQA (2002).....	6
Figura 3- Exemplo de metodologia para encontros de implementação do Projeto Orla. Fonte: MMA/SQA (2002).....	6
Figura 4- Ilustração das tipologias de orla em planta, segundo o grau de exposição baseado em suas características físicas. Classificadas como orla exposta, semi-exposta ou abrigada. Fonte: MMA/SQA (2002).....	7
Figura 5- Tipologias de Orla de acordo com o seu nível de urbanização, onde são apresentados cenários de orla não urbanizada, em processo de urbanização e com urbanização consolidada. Fonte: Adaptado de MMA/SQA (2002).....	7
Figura 6- Limites da Orla Marítima conforme o Projeto Orla, sendo 33 m de terrenos de Marinha, o limite de 50 m de orla para áreas urbanizadas e 200 m para não urbanizada. Fonte: MMA/SQA (2002).....	8
Figura 7 - Metodologia de implementação do Projeto Orla.....	10
Figura 8- Apresentação do Projeto Orla na Câmara de Vereadores de BC.....	10
Figura 9- Imagens de divulgação das oficinas nas redes sociais.....	11
Figura 10- Manchetes chamativas para divulgar a implementação do Projeto Orla em BC, 2019. Fonte: a) Diarinho; b) Página 3.....	12
Figura 11- Apresentações na oficina I. A) CTE/SC na Oficina I do Projeto Orla BC; B) Ministério do Turismo.....	13
Figura 12- Encontros da Oficina I.....	15
Figura 13- Encontros da Oficina I.....	15
Figura 14- Encontros da Oficina II.....	16
Figura 15- Encontros da Oficina II, atores participam de dinâmica. A) Discussão com a participação de representante da academia/LAGECI/UFSC – projeto ATAGP e comunidade local; B) Discussão com a participação de representante do Ministério do Turismo e consultora da AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí) e comunidade local.....	16
Figura 16- Encontros da Oficina II.....	16
Figura 17 - Localização do município de Balneário Camboriú no contexto estadual.....	19
Figura 18 – Setores do litoral de Santa Catarina. Fonte: GERCO/SC.....	20
Figura 19 – Município de Balneário Camboriú no contexto local.....	21
Figura 20 - Município de Balneário Camboriú/SC, com a demarcação dos limites: i) azul Terrenos de Marinha e ii) amarelo Limite terrestre da área de intervenção do PGI de BC.....	22
Figura 21 - Município de Balneário Camboriú/SC e as cotas de profundidade de 10, 20 e 50 metros.....	23
Figura 22 – Área de gestão do Projeto Orla no Município de Balneário Camboriú/SC.....	23
Figura 23 – Unidades da Paisagem da orla do município de Balneário Camboriú/SC.....	24
Figura 24 - Trechos de planejamento do PGI de BC.....	25
Figura 25 – Unidade 01.....	26
Figura 26 - Unidade de Planejamento 02.....	27
Figura 27 - Unidade de Planejamento 03 do PGI de 2003. Fonte: Balneário Camboriú, 2003.....	28
Figura 28 – Nova definição dos trechos da Unidade de Planejamento 03, com a união dos trechos 3.1. Marambaia, 3.2. Prainha e 3.3. Pontal Norte, em um único trecho - 3.1., renomeando consecutivamente Recanto das águas/Praia do Buraco para 3.2. e Praia dos Amores para 3.3.....	28

Figura 29 – Mapa de classificação dos trechos de orla de Balneário Camboriú.....	30
Figura 30 - Zoneamento Ecológico-Econômico – APA Costa Brava. Fonte: Ecolibra, 2017.....	32
Figura 31 – Praia Central de Balneário Camboriú. Fotos: Power Produtora; Marcos Schaefer....	34
Figura 32- Encontros da Oficina I.....	39
Figura 33- Atores nos encontros da Oficina II.....	39
Figura 34 – Número de pessoas presentes por encontro de implementação do Projeto Orla em BC.....	39
Figura 35 – Número de problemas por trechos avaliados em BC.....	42
Figura 36- Praias do Estaleiro e do Estaleirinho com a Bandeira Azul hasteada na temporada 2018/2019. Fonte: Balneário Camboriú, 2019.....	47
Figura 37 - Unidade de Planejamento 02. Fonte: IBGE, S/D.....	48
Figura 38 – Fotografias históricas de praias de Balneário Camboriú. A) Praia do Estaleiro; B) Praia de Laranjeiras Fonte: IBGE, S/D.....	49
Figura 39 – Unidade 01 – Costa Brava.....	51
Figura 40 – Unidade 02 – Praia Central.....	67
Figura 41 – Unidade 03 –Praia dos Amores.....	71
Figura 42 – Gráfico com o número de ações e medidas definidas por trecho de orla de BC.....	75
Figura 43 - Delimitação da ZC brasileira: faixa terrestre, faixa marítima e Zona Econômica Exclusiva. Fonte: Cristiano (2014) adaptado de MMA/SQA (2002).....	79

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Lista de Presença 07 de março de 2019.....	95
Anexo 2 - Lista de presença 18 de março de 2019.....	96
Anexo 3 - Lista de Presença 10 de junho de 2019.....	99
Anexo 4 - Lista de presença de 11 de junho de 2019.....	101
Anexo 5 – Lista de Presença de 12 de junho de 2019.....	103
Anexo 6 – Lista de presença de 13 de junho de 2019.....	105
Anexo 7 - Lista de presença de 14 de junho de 2019.....	107
Anexo 8 - Lista de presença 17 de junho de 2019.....	109
Anexo 9 - Lista de presença de 18 de junho de 2019.....	111
Anexo 10 - Lista de presença de 26 de junho de 2019.....	113
Anexo 11 - Lista de presença 27 de junho de 2019.....	114
Anexo 12 - Lista de presença de 20 de agosto de 2019.....	115
Anexo 13 - Lista de presença 21 de agosto de 2019.....	116
Anexo 14- Lista de presença 22 de agosto de 2019.....	118
Anexo 15 – Dados gerais.....	119
Anexo 16 – “Quadro síntese 2” para cada um dos trechos da orla de BC – apêndice 2.....	131
Anexo 17 - Quadro “4” - Síntese de Problemas da orla de BC. Apêndice 3.....	150
Anexo 18 – Quadro “5” – Ações e Medidas estratégicas. Apêndice 3.....	161
Anexo 19 – Cronograma para o primeiro ano. Apêndice 4.....	173

## APRESENTAÇÃO

As áreas costeiras configuram a interface entre os ambientes marinho e terrestre e estão entre os ambientes mais frágeis do globo, pois configuram ecossistemas em fluxo contínuo, equilibrado pelas forças cinéticas e gravitacionais, e composto por mosaicos de recursos abióticos e bióticos (Portmann et al., 2015). Estas áreas costeiras proporcionam benefícios para os seres humanos, como a proteção costeira, alimento (peixes) e lazer (Portmann et al., 2015). Por isso, necessitam de políticas públicas e ações de gestão com o objetivo de conservar seus serviços naturais.

As políticas atuais de gestão da zona costeira brasileira visam a sua municipalização, devido a maior propriedade e proximidade aos conflitos, somada à falta de efetivo da União para atender um litoral de mais de 8.000 km de extensão (Cristiano, 2018). O Segundo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II) instituiu em 1997 a descentralização da gestão dos ambientes costeiros, observado que estados e municípios podem melhor gerenciar suas demandas (CIRM, 1997).

Em 2002 foi lançado o Projeto Orla visando compatibilizar as políticas ambiental, urbana e patrimonial por meio da gestão integrada. Mais recentemente, a Lei nº 13.240/2015, possibilitou a transferência da gestão das praias marítimas urbanas e outros bens de uso comum do povo com exploração econômica aos municípios costeiros. Essa transferência foi regulamentada pela Portaria Secretária do Patrimônio da União (SPU) nº 113/2017, contendo o modelo do Termo de Adesão à Gestão das Praias (TAGP) Marítimas Urbanas. Recentemente atualizado pela Portaria nº 44/2019, incluindo a possibilidade de transferência também das praias marítimas não urbanas.

O TAGP tem a finalidade de estabelecer condições para uma melhor gestão da zona costeira, buscando uma melhoria continuada, dirigida para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística desses territórios. Dentre os desdobramentos do TAGP está a execução do Projeto Orla, com o qual, tem-se a elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI), ou revisão, como no caso de Balneário Camboriú (BC). O PGI é um instrumento de planejamento que auxilia o município nas tomadas de decisão, permite um melhor conhecimento do seu território, favorece o estabelecimento de convênios entre as prefeituras, universidades e institutos de pesquisa, no âmbito da



caracterização socioambiental, e de ferramentas para avaliação e monitoramento da gestão da Orla Marítima.

Este documento refere-se à Versão Preliminar PGI que deve seguir os encaminhamentos da Figura 1.

#### Fluxograma Encaminhamento do Plano de Gestão Integrada



Figura 1 – Fluxograma de encaminhamentos do PGI. Fonte: MMA/SQA (2002).

#### Termo de Adesão à Gestão de Praias – TAGP

Conforme Scherer et al. (2009), a deficiência do gerenciamento costeiro no Brasil resulta da sua organização político-administrativa territorial e da consequente abundância de instituições, processos, normas e controles de diversas esferas. No entanto, o gerenciamento costeiro é oportuno, pois ainda é possível reverter as inúmeras dificuldades existentes na zona costeira brasileira (Polette & Silva, 2003). Neste sentido, uma recente ferramenta de transferência da gestão das praias da União aos municípios foi instituída para aperfeiçoar e desburocratizar este processo.

O Termo de Adesão à Gestão das Praias (TAGP) tem por objeto transferir ao Município a gestão das praias marítimas de seu território, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica. O modelo do TAGP foi estabelecido pela Portaria SPU nº 113/2017, que regulamentou o art. 14 da Lei 13.240/2015, e foi recentemente atualizado pela Portaria 44/2019, que incluiu a possibilidade de transferência também das praias marítimas não urbanas. A finalidade é estabelecer condições para uma melhor gestão dos espaços litorâneos, para uma melhoria continuada, orientada para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística desses territórios. A adesão ao TAGP pode trazer resultados positivos para todo o município, transformando eventuais gastos com a gestão das praias em verdadeiros

investimentos, com retornos relacionados à qualidade econômica, social e ambiental do território.

#### Dados do TAGP de Balneário Camboriú:

- Data de Assinatura do TAGP: 12/09/2017
  - Data de deferimento do TAGP: 11/10/2017
  - Envio do primeiro Relatório Anual do TAGP: 30/01/2019
  - Nome de a atual Gestora Titular Municipal de Utilização de Praias: Eduarda Montibeller Schuch
  - Nome da atual Gestora Substituta Municipal de Utilização de Praias: Camila Sardi de Lima
- Extensão total da orla do Município: 20 km
- Extensão da orla municipal na área objeto do TAGP: 20 km
  - Número de praias na área objeto do TAGP: 9
  - Número total de praias do Município: 9

#### CLÁUSULA TERCEIRA da Portaria 113/2017 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

“São deveres do Município:

I - garantir que as praias e os outros bens de uso comum do povo, objetos deste Termo de Adesão, cumpram sua função socioambiental, obedecendo aos princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso;

II - promover o correto uso e ocupação das praias, garantindo o livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, nos termos contidos no art. 10 da Lei nº 7.661, de 1988, orientando os usuários e a comunidade em geral sobre a legislação pertinente, seus direitos e deveres, bem como planejar e executar programas educativos sobre a utilização daqueles espaços;

III - assumir a responsabilidade integral pelas ações ocorridas no período de gestão municipal, pelas omissões praticadas e pelas multas e indenizações decorrentes;

IV - fiscalizar a utilização das praias e bens de uso comum do povo objeto do presente Termo, adotando medidas administrativas e judiciais cabíveis à sua manutenção, inclusive emitindo notificações, autos de infração e termos de embargo, cominando sanções pecuniárias e executando eventuais demolições e remoções, sempre que se fizerem necessárias, tudo nos termos do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e do art. 10 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem assim apurando denúncias e reclamações atinentes às irregularidades no uso e ocupação das áreas, sempre cientificando os denunciadores das ações tomadas;

V - disponibilizar e manter atualizadas no sítio eletrônico institucional do Município (site oficial), já existente ou necessariamente a ser criado, as seguintes informações relativas às áreas objeto do presente Termo, quando couber:

a) em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Termo de Adesão:

a.1) Plano Diretor do Município, Lei de Diretrizes Urbanísticas ou outra norma que trate do uso e ocupação do solo, para os municípios que não disponham de Plano Diretor;

a.2) Códigos de Obras e de Posturas do Município;

a.3) legislação ambiental municipal e estadual incidente sobre as áreas;

**a.4) Plano de gestão local de ordenamento da orla, ou Plano de Gestão Integrada do Projeto Orla;**

a.5) contratos e termos vigentes firmados com terceiros, com as respectivas licenças ambientais, se couber;

a.6) espaço amplamente divulgado para reclamações e denúncias dos cidadãos, devendo responder regularmente àquelas demandas sociais;

b) em até 1 (um) ano após a assinatura do Termo de Adesão, o primeiro relatório de gestão de praias marítimas urbanas, conforme modelo disponível no portal de serviços da SPU na internet - [patrimoniode todos.gov.br](http://patrimoniode todos.gov.br) -, em "requerimentos diversos";

**c) em até 3 (três) anos após a assinatura do Termo de Adesão, plano para ordenamento da Orla, em conformidade com o art. 32 do Decreto nº 5.300, de 2004, ou revisão do plano já existente;**

VI - instituir através de ato normativo, a ser editado no prazo de 3 (três) anos após a assinatura do Termo de Adesão, o Comitê Gestor da Orla, que deve se constituir no núcleo de articulação e deliberação no processo de planejamento e de aplicação das ações de gestão da orla marítima, também previsto no Decreto nº 5.300, de 2004;

VII - apresentar anualmente, durante os 3 (três) primeiros anos após a assinatura do Termo de Adesão, relatórios de gestão, conforme modelo e indicadores adotados pela Secretaria do Patrimônio da União;

VIII - apresentar anualmente, a partir do 4º (quarto) ano da assinatura do Termo de Adesão, relatórios de implementação do Plano de Gestão Integrada da Orla, a ser constituído durante os 3 (três) primeiros anos, caso o Município ainda não o tenha, devidamente aprovados pelo Comitê Gestor da Orla, instruídos com um mínimo de 3 (três) Atas de Reuniões do mesmo Comitê Gestor;

IX - informar e manter a SPU atualizada quanto ao endereço do sítio eletrônico onde o Município disponibilizará o registro dos documentos citados no inciso V desta cláusula;

X - informar no local especificado no portal de serviços da SPU na internet, o Gestor Municipal de Utilização de Praias e seu substituto, bem como atualizar, no mesmo local, no prazo de até 5 (cinco) dias, sempre que houver decisão pela mudança dessa autoridade, titular ou substituto;

XI - submeter-se às orientações normativas e à fiscalização da Secretaria do Patrimônio da União e observar a legislação vigente, em especial o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como decretos regulamentadores;

XII - providenciar a publicação de extrato deste Termo de Adesão no Diário Oficial do Município e em jornal de grande circulação local e remeter cópia deste Termo à Câmara de Vereadores do Município, observado o disposto na Cláusula Décima Segunda, § 2º ; e

XIII - disponibilizar à SPU/UF a sua Planta de Valores Genéricos - PVG.”

## Projeto Orla

Como uma forma de responder às demandas de ordenamento do uso e da ocupação da faixa litorânea do território nacional, em 2002, o Projeto Orla foi lançado com intuito de compatibilizar as políticas ambiental, urbana e patrimonial por meio da gestão integrada. Os objetivos estratégicos do Projeto Orla estão baseados nas seguintes diretrizes:

- Fortalecimento da capacidade de atuação e da articulação de atores públicos e privados na gestão integrada da orla, com aperfeiçoamento das normas de ordenamento de uso e ocupação do espaço;
- Desenvolvimento de mecanismos institucionais de mobilização social para a gestão integrada;
- Estimulação de atividades socioeconômicas de desenvolvimento sustentável da orla.

O Projeto Orla articula as três esferas de governo com a sociedade. É uma ação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP) em parceria com o MMA. A elaboração do Projeto Orla em nível municipal ocorre por meio de oficinas, reuniões e seminários. Existem cinco manuais com instruções para que os gestores, em conjunto com a sociedade civil, elaborem o Plano de Gestão Integrada (PGI), orientados por instrutor capacitado. O Projeto Orla deve funcionar como um canal de diálogo entre diversos grupos sociais, governamentais e não governamental o que permite a identificação dos problemas e das prioridades de forma participativa, subsidiando a ação da administração pública através de seus produtos (Figura 2).

Após a fase de Implementação do Projeto Orla no município estarão estabelecidos os seguintes produtos:

- ✓ Plano de Gestão Integrada aprovado;
- ✓ Comitê Gestor da Orla instalado e atuando;
- ✓ Agenda de implementação e monitoramento do Plano de Gestão Integrada;
- ✓ Convênios de Cooperação Técnica definidos e encaminhados;
- ✓ Detalhamento de ações e projetos legitimados e aprovados;
- ✓ Sistemáticas de acompanhamento, avaliação e revisão do Plano estabelecidas.

Figura 2 – Produtos da implementação do Projeto Orla. Fonte: MMA/SQA (2002).

Nas oficinas do Projeto Orla são desenvolvidas metodologias de construção de diagnóstico, classificação e formulação de cenários, resultando no Plano de Gestão Integrado (PGI) da Orla (MMA; MPO, 2002). A classificação da orla integra o planejamento estratégico, que dará subsídios às tomadas de decisões para alcançar os cenários desejados (MMA; MPO, 2002). A principal característica do Projeto Orla é a inserção da sociedade civil organizada como ator ativo na construção das propostas, ou seja, os utilizadores decidindo o futuro e a forma de desenvolvimento de sua região (Figura 3).

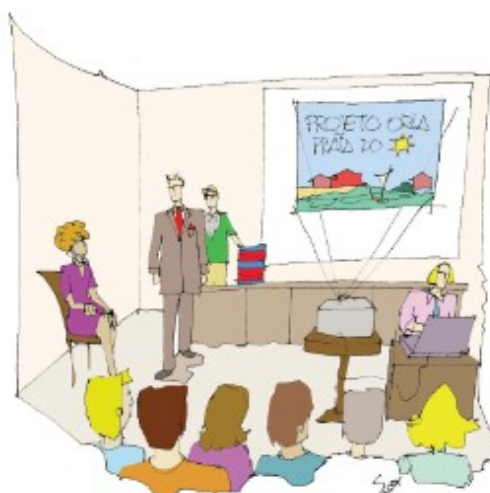


Figura 3- Exemplo de metodologia para encontros de implementação do Projeto Orla. Fonte: MMA/SQA (2002).

Os limites de orla e classificações definidas no Projeto Orla são regulamentados pelo Decreto Federal nº 5.300 de 8 de dezembro de 2004. A metodologia proposta no

Projeto Orla estabelece duas tipologias para caracterização da orla: uma que observa as características fisiográficas, que distingue as orlas em orla abrigada, orla exposta ou semi-exposta (Figura 4); e outra analisa os níveis de ocupação e adensamento populacional, classificadas como orla não urbanizada, orla em processo de urbanização e orla com urbanização consolidada (Figura 5).

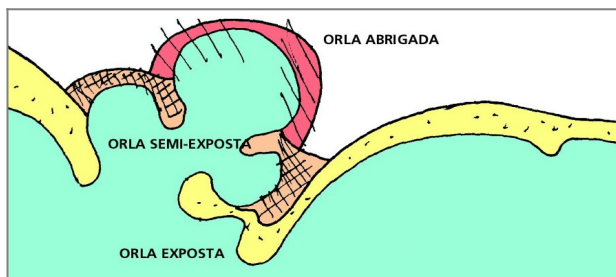


Figura 4- Ilustração das tipologias de orla em planta, segundo o grau de exposição baseado em suas características físicas. Classificadas como orla exposta, semi-exposta ou abrigada. Fonte: MMA/SQA (2002).



Figura 5- Tipologias de Orla de acordo com o seu nível de urbanização, onde são apresentados cenários de orla não urbanizada, em processo de urbanização e com urbanização consolidada. Fonte: Adaptado de MMA/SQA (2002).

Os limites de orla estabelecidos no Projeto Orla são apresentados a seguir, e expressos na Figura 6:

- Zona marinha - isóbata de 10 m, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência do fundo marinho, ocasionando o transporte de sedimentos.

Essa referência poderá ser alterada desde que haja comprovação da localização do limite de fechamento do perfil em profundidades inferiores;

- Área terrestre - em áreas urbanizadas 50 m ou em áreas não urbanizadas 200 m, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, como feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, e onde há áreas de terrenos de marinha.

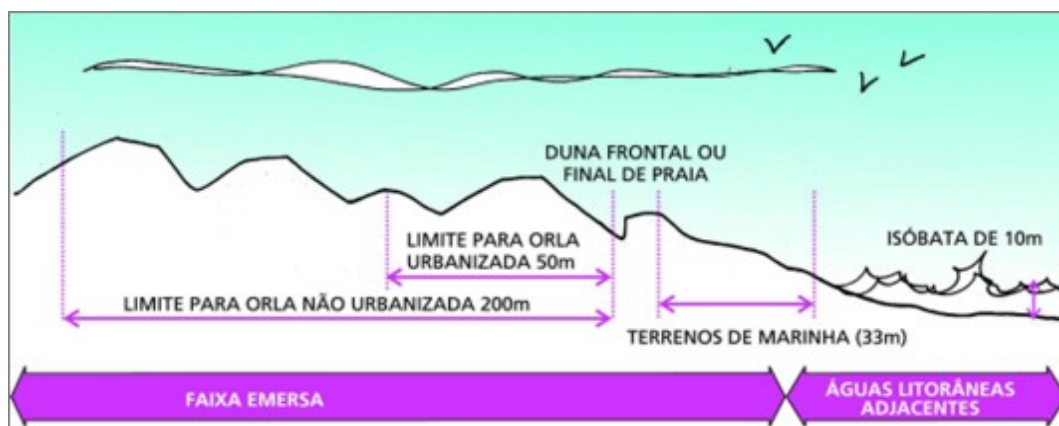


Figura 6- Limites da Orla Marítima conforme o Projeto Orla, sendo 33 m de terrenos de Marinha, o limite de 50 m de orla para áreas urbanizadas e 200 m para não urbanizada. Fonte: MMA/SQA (2002).

Para desenvolver o Projeto Orla, o Estado deve ter primeiramente, uma Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla (CTE/PO). A CTE para o Desenvolvimento do Projeto Orla de Santa Catarina foi instituída em 2005, através do Decreto nº 3.077, de 20 de abril de 2005, alterado pelo Decreto nº 4.015 de 16 de fevereiro de 2006. Compete à Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla:

1. Selecionar municípios aptos a participar do Projeto Orla, cujo objetivo visa disciplinar o uso e ocupação da orla marítima, por meio de uma gestão patrimonial e ambiental integrada;
2. Supervisionar os planos de gestão municipais;
3. Dar apoio técnico no desenvolvimento de ações pertinentes ao Projeto Orla;
4. Acompanhar a execução dos planos de gestão municipais e seus desdobramentos; incluindo alterações que se façam necessárias nos planos diretores dos municípios abrangidos;



5. Promover ações integradas de gestão da orla.

Podemos inferir que o início do Projeto Orla ao longo de seus quase 20 anos de existência deu-se com o Decreto 5.300/2004 que disciplinou sobre o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispondo sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelecendo critérios de gestão da orla marítima.

A partir da publicação da Lei nº 13.240/2015, viabilizou-se a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos, vinculando a elaboração/revisão do PGI por meio da Portaria 113/2017.

### Construção do PGI de Balneário Camboriú

Este documento refere-se ao PGI preliminar da Orla de Balneário Camboriú, que contempla a aplicação da metodologia dos manuais do Projeto Orla, aliada a uma revisão do PGI de Balneário Camboriú elaborado em 2003. O PGI de 2003 não obteve aprovação nas seguintes instâncias do fluxograma de encaminhamentos, no entanto, contempla informações importantes e úteis para a elaboração/atualização do PGI 2019.

Quando mencionamos o PGI de 2003, é importante salientar que não se tem registros documentais de sua confecção por conta de uma enchente que resultou em perda de documentação pelo município. Destacando ainda que no ano de 2003 a municipalidade não fazia digitalização ou outra forma de armazenamento de documentos.

Para o desenvolvimento do Projeto Orla, as possíveis intervenções da orla serão avaliadas, pelos órgãos do SISNAMA, mediante a realização de estudos de dinâmica praial, (diferenciando zonas de erosão natural periódica das praias e zonas de erosão relacionadas com ocupação humana), em seguida o Município contratou em fevereiro de 2019, por meio de processo licitatório, o geógrafo Pedro Nasser, instrutor habilitado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Para a implementação do Projeto Orla em Balneário Camboriú (e respectiva revisão do PGI) foi empregada a metodologia do Projeto Orla (Figura 7), supracitada, através de aproximadamente 14 encontros com mais de 320 presenças. Os encontros são detalhados e sistematizados nos relatórios de



consultoria contratada pela AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí), elaborados pela Me. Adelina Cristina Pinto (CREA-SC 050.968-0), disponibilizados no dossiê.

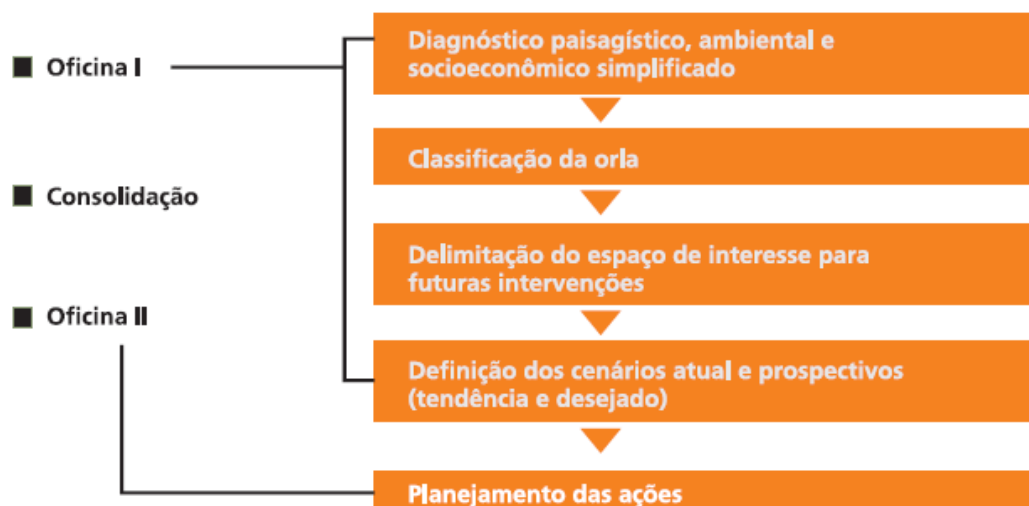


Figura 7 - Metodologia de planejamento do Projeto Orla.

### Atores

As oficinas do Projeto Orla de Balneário Camboriú contaram com grande representatividade social e alcançaram grande número de pessoas, com um total de 319 presenças ao longo de 14 encontros, todos no ano de 2019 (Figura 8, Figura 9 e Figura 10). Nas listas de presença anexadas constam os dados dos participantes das oficinas que podem ser explorados em estudos de avaliação de participação social.

Participaram atores de diversas instituições e esferas de gestão, dentre elas:

- Do governo federal: de Secretaria de Gestão e Governança do Patrimônio da União em Santa Catarina, do Ministério da Economia (SGPU/SC/ME), Ministério do Turismo (MT) e, Universidade Federal de Santa Catarina (LEGECI/UFSC), Capitania dos Portos (Marinha do Brasil)
- Do governo estadual: Polícia Militar/Corpo de Bombeiros Militar (PM/CB);
- Do governo municipal: Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM), Secretaria do Planejamento (SGPU/SC/ME-BC), Fundação Municipal de Esportes (FME) e Secretaria de Turismo (SECTUR) e a Associação dos Municípios Da Foz do Rio

Itajaí (AMFRI). Instrutor contratado Pedro Nasser e apoio técnico especializado Luidgi Marchese.

- Da sociedade civil organizada: Associação dos Moradores de Taquaras; Colônia de Pesca Z07; Associação dos Trabalhadores em Milhos e Churros da Praia Central; Associação Catarinense das escolas de Surf (ACESBC) e, ONGs: Salve os Oceanos e Instituto Anjos do Mar/BR, Associação de moradores da praia do Estaleiro, Associação dos comerciantes, Associação de moradores do Bairro Nações, Associação de moradores do Estaleirinho, Proprietários de imóveis da praia do Pinho e Moradores interessados no assunto. (AMFRI, 2019).



Figura 8- Encontros da Oficina I.

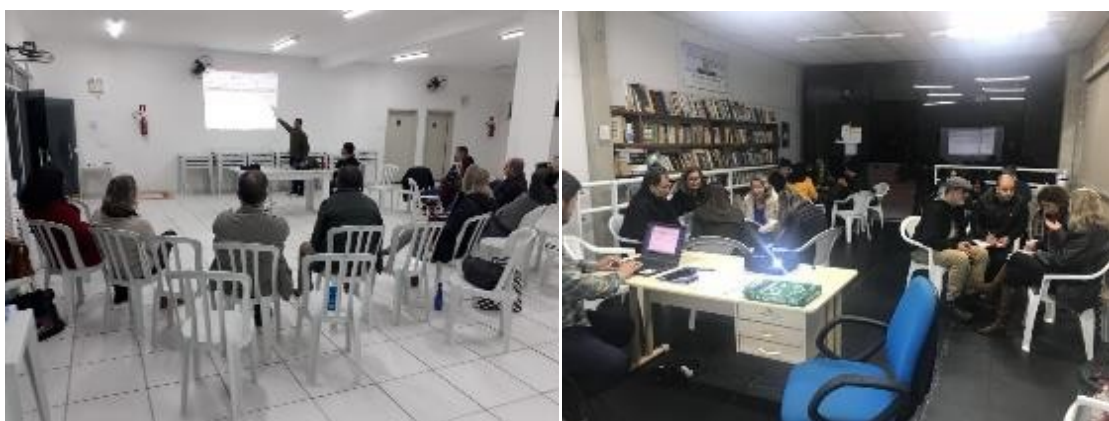


Figura 9- Atores nos encontros da Oficina II.

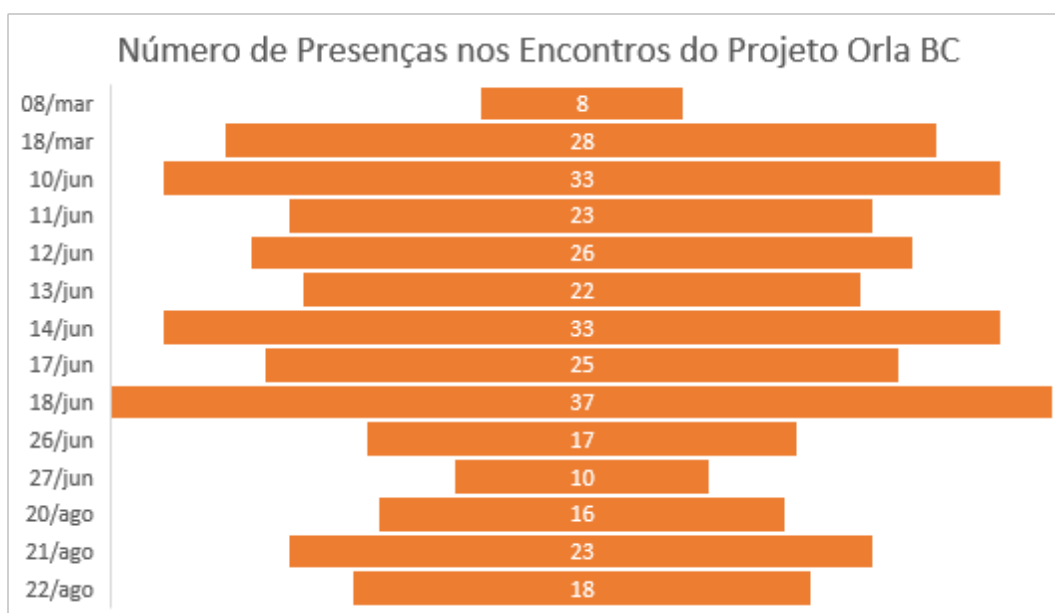


Figura 10 – Número de pessoas presentes por encontro de planejamento do Projeto Orla em BC.

Foram citadas ao menos 46 instituições como responsáveis ou envolvidas nas ações previstas para a orla local, são elas: Associação dos moradores de Taquaras; AME; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Associação de bocha; Associação de moradores; Associação de Moradores do Estaleirinho; Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Bombeiros – CBM; Câmara de Vereadores; Capitania dos Portos – CP; Comitê Gestor Municipal da Orla; Colônia de pesca; Comitê de bacias; Comitê gestor do Rio Camboriú; Compur; ConSegMar; Conselho gestor da APA; EMASA; Epagri; FUMTran; Fundação de cultura; Fundação municipal de esporte; Guarda municipal ambiental; IBAMA; Igrejas; IMA; Instituições de ensino; Instituto Pronatura; Município; ONGS; PMSC; Polícia Ambiental; Procuradoria da PMBC; Secretaria da receita; Secretaria Segurança; Secretaria Educação; Secretaria Meio Ambiente; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento; Secretaria de Saúde; Secretaria de Turismo; Secretarias; SPU; SPU/SC; e Vigilância Sanitária.

### *Instrumentalização*

O instrutor habilitado, contratado em fevereiro de 2019, reuniu-se diversas vezes com a coordenação local e estadual para a preparação dos “detalhes” e dar o início do processo de planejamento que resultou no Projeto Orla. Na fase de instrumentalização o instrutor: i) orientou sobre a metodologia do Projeto Orla, ii)

solicitou os materiais para a confecção do dossiê da orla, iii) auxiliou na identificação do público-alvo; iv) organizou junto às instituições envolvidas a agenda de trabalho local, com a definição das datas e locais das oficinas, meios de divulgação e dinâmica adotada.

No dia 07 de março de 2019 houve a primeira reunião da coordenação local na Secretaria de Meio Ambiente de BC, com 08 participantes (Lista de Presença - Anexo 1). Dia 18 de março foi apresentado o plano de trabalho do Projeto Orla em BC na Câmara de Vereadores, com 28 presentes (Lista de Presença - Anexo 2).



Figura 11- Apresentação do Projeto Orla na Câmara de Vereadores de BC.

A divulgação alcançou grande público, com ampla participação social, um total de 319 presenças. Na Figura 12 têm-se as imagens compartilhadas nas redes sociais no intuito de chamar a comunidade para as oficinas e na Figura 13 são apresentadas algumas chamadas de sites locais para as oficinas.

**OFICINAS DO PROJETO ORLA**

**DATAS:**

Oficina I - 10 a 14 de junho de 2019

Oficina II - 20 a 22 de agosto de 2019

**LOCAL:**

Município de Balneário Camboriú

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ

**OFICINA II DO PROJETO ORLA**

**20/08**  
17h às 21h na Sede Náutica dos Bombeiros na Barra Norte

**21/08**  
18h às 21h na Associação de Moradores do Estaleiro

**22/08**  
18h às 21h no Centro Comunitário Tonho Cilo no Estaleiro

BC  
projeto  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ

**OFICINAS DO PROJETO ORLA**

**DATAS:**

Oficina I - 10 a 14 de junho de 2019

**HORÁRIO:**

Das 9h às 12h e das 13h às 17h

**LOCAL:**

Sinduscon BC - Rua Angelina, 555 - Municípios

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Figura 12- Imagens de divulgação das oficinas nas redes sociais.



### Projeto Orla discute regras de ocupação e de uso das praias

Publicado em: 13/06/2019 às 09:05 | Atualizado em: 13/06/2019 às 09:45



### Projeto Orla define o que pode ou não ser feito na orla marítima de Balneário Camboriú



Figura 13- Manchetes chamativas para divulgar o planejamento do Projeto Orla em BC, 2019. Fonte: a) Diarinho; b) Página 3.

Algumas reportagens e chamadas digitais que corroboraram na divulgação do Projeto Orla em BC:

- 14/03/2019 - Projeto Orla será apresentado na segunda-feira dia 18.  
<https://www.meubalneariocamboriu.com.br/projeto-omla-sera-apresentado-na-segunda-feira-dia-18/>
- 21/03/2019 - Projeto Orla de Balneário Camboriú foi apresentado a líderes comunitários. <https://oatlantico.com.br/projeto-omla-de-balneario-camboriu-foi-apresentado-lideres-comunitarios/>
- 06/06/2019 - Oficinas do Projeto Orla recomeçam na segunda-feira.  
<https://www.clickcamboriu.com.br/geral/2019/06/oficinas-do-projeto-omla-recomecam-na-segunda-feira-215786.html>
- 07/06/2019 Projeto orla define o que pode ou não pode ser feito na orla marítima de Balneário Camboriú.  
<https://www.pagina3.com.br/geral/2019/jun/7/3/projeto-omla-define-o-que-pode-ou-nao-ser-feito-na-omla-maritima-de-balneario-camboriu>
- 10/06/2019 - Projeto Orla: Oficina I começou nesta segunda-feira, 10.  
<https://www.clickcamboriu.com.br/geral/2019/06/projeto-omla-oficina-i-comecou-nesta-segunda-feira-10-215971.html>
- 11/06/2019 - Projeto Orla discute regras de ocupação e de uso das praias.  
<https://diarinho.com.br/noticias/geral/projeto-omla-discute-regras-de-ocupacao-e-de-uso-das-praias/>

- 14/06/2019 - Projeto Orla terá sequência na terça-feira.  
<https://www.bcnoticias.com.br/projeto-orla-tera-sequencia-na-terca-feira/>
- 24/06/2019 - Oficina I do Projeto Orla tem sequência nesta semana.  
[https://www.bc.sc.gov.br/imprensa\\_detalhe.cfm?codigo=25517](https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=25517)
- 02/07/2019 - Oficina II do Projeto Orla será em agosto.  
<http://lithoralnews.com.br/turismo-negocios/oficina-ii-do-projeto-orla-sera-em-agosto>
- 17/08/2019 - Projeto Orla: Oficina II será na próxima semana em Balneário Camboriú.  
<https://mauriciofreitas.com.br/2019/08/17/projeto-orla-oficina-ii-sera-na-proxima-semana-em-balneario-camboriu/>

### *Oficina I*

Entre junho de 2019 foi realizada a Oficina I do Projeto Orla em BC, que tratou dos fundamentos do Projeto Orla, da gestão costeira e patrimonial, da caracterização da área de interesse, da classificação preliminar de trechos da orla e da delimitação da orla municipal. Além disso, contou também com a apresentação do projeto “Subsídios para avaliação da transferência da gestão de praias marítimas urbanas aos Municípios (ATAGP)” – UFSC/FURG/UFPE, pela Professora Marinez Scherer – LAGECI/UFSC, da atuação da Comissão Técnica Estadual, pela representante da SPU/SC (Figura 14), e do Ministério do Turismo.



Figura 14- Apresentações na oficina I. A) CTE/SC na Oficina I do Projeto Orla BC; B) Ministério do Turismo.

A metodologia prevê cinco dias para esta discussão, inicialmente entre 10 e 14 de junho, estendida para os dias 17 e 18, e 26 e 27 de junho devido à necessidade de maiores discussões com os atores envolvidos (Lista de Presença – Anexo 3 ao Anexo 11; Figura 15 e Figura 16), e devido à quantidade e complexidade das atividades contempladas nesta etapa, listadas abaixo:

- Apresentação das atividades a serem desenvolvidas
- Aula expositiva sobre os fundamentos para a gestão da orla
- Apresentação das informações sistematizadas no dossiê
- Apresentação dos projetos previstos para a orla
- Construção do Quadro Síntese 1
- Apresentação de critérios para avaliação da paisagem
- Identificação de elementos da paisagem local
- Demarcação de trechos com homogeneidade paisagística
- Classificação das unidades e dos trechos demarcados
- Construção do Quadro Síntese 2
- Identificação de conflitos e construção do Quadro Síntese 3
- Apresentação de critérios para delimitação da faixa da orla
- Delimitação da faixa da orla
- Apresentação dos parâmetros de qualidade ambiental
- Construção de perfis dos trechos de interesse
- Revisão da demarcação dos trechos de interesse
- Organização dos perfis da orla
- Complementação do Quadro Síntese 2
- Construção de cenários
- Redação sobre a caracterização dos cenários previstos
- Apresentação e discussão referente aos resultados
- Visualização dos cenários previstos
- Construção do quadro de ações e medidas estratégicas
- Dinâmica de consolidação do diagnóstico
- Pactuação da agenda de consolidação do diagnóstico





Figura 15- Encontros da Oficina I.



Figura 16- Encontros da Oficina I.

## Oficina II

Para a Oficina II, prevê-se na metodologia três dias para a execução. Em BC, ocorreu entre 20 e 22 de agosto de 2019, na Sede Náutica dos Bombeiros no Pontal Norte, na Associação de Moradores do Estaleiro, e no Centro Comunitário Tonho Cilo, no Estaleiro (Figura 17, Figura 18 e Figura 19), respectivamente com ampla participação social (Listas de Presença - Anexo 12 a Anexo 14), com a implementação das seguintes atividades:

- Apresentação das atividades a serem desenvolvidas
- Dinâmica de avaliação dos resultados alcançados
- Apresentação da caracterização proposta pelo diagnóstico
- Sistematização dos quadros e linhas de ação propostas



Figura 17- Encontros da Oficina II.



Figura 18- Encontros da Oficina II, atores participam de dinâmica. A) Discussão com a participação de representante da academia/LAGECI/UFSC – projeto ATAGP e comunidade local; B) Discussão com a participação de representante do Ministério do Turismo e consultora da AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí) e comunidade local.



Figura 19- Encontros da Oficina II

## OBJETIVOS

O objetivo principal do esforço para revisão do PGI de Balneário Camboriú se dá no sentido de cumprimento ao acordado mediante a assinatura do TAGP. Ademais, podemos citar objetivos gerais e específicos da revisão do PGI de BC *per se*, como segue.

### Objetivo Geral

A revisão do PGI de BC teve como objetivo geral criar um canal de diálogo entre grupos sociais, governamentais e não governamentais, para, de forma participativa, revisar e identificar novos problemas e prioridades para a gestão de suas praias. Desta forma, o PGI revisado pode subsidiar a ação da administração pública para a melhoria continuada, orientada para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística das praias.

### Objetivos específicos

Seguindo a metodologia desenvolvida e proposta pelo Projeto Orla, são objetivos específicos deste plano:

- Levantar os problemas e potencialidades da orla de Balneário Camboriú e analisar, em cada trecho, os impactos dos mesmos sobre a dinâmica de uso e ocupação do solo;
- Traçar os cenários de uso e ocupação do solo desejado e estabelecer a ordem de prioridades para a implementação das ações necessárias;
- Definir, a partir dos cenários escolhidos, os parâmetros a serem monitorados em seus aspectos de uso e ocupação do solo, tanto nas áreas urbanas quanto naturais;
- Definir, as medidas estratégicas para a implementação do PGI, com o estabelecimento de finalidades e prazos, além das responsabilidades e atores envolvidos em cada uma das ações;
- Definir a estrutura de gestão e os instrumentos legais para o ordenamento e o desenvolvimento sustentável pretendidos, considerando obrigatória a criação de fórum de decisão de caráter consultivo e deliberativo;

- Estabelecer meios para o acompanhamento, avaliação e revisão do PGI.



## ÁREA DE GESTÃO

A Zona Costeira (ZC) Brasileira é definida no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) como o espaço geográfico de interação do ar, mar e terra, composta por uma faixa marítima e uma terrestre (Brasil, 1988; 2004). Configura uma região de transição ecológica contemplada com um complexo de ecossistemas contíguos, importantes para a manutenção da vida marinha (MMA, 2010). Ainda, na Constituição Federal Brasileira de 1988, a ZC é definida como Patrimônio Nacional, onde a ocupação e exploração devem se dar de forma sustentável (Brasil, 1988b).

O litoral catarinense possui 561,4 km de extensão (Figura 20), com 36 municípios costeiros. Para efeitos de gestão o litoral é dividido em cinco setores: norte, centro-norte, centro, centro-sul e sul (Figura 21). O município de Balneário Camboriú está localizado no litoral Centro-Norte, Setor 2, abrange nove municípios: Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema, Bombinhas e Porto Belo. Tais municípios distribuem-se por uma faixa terrestre de 1.011 Km<sup>2</sup>, onde vivem aproximadamente 375.589 habitantes (IBGE, 2000), resultando em densidade habitacional de 433,05 hab./Km<sup>2</sup>.

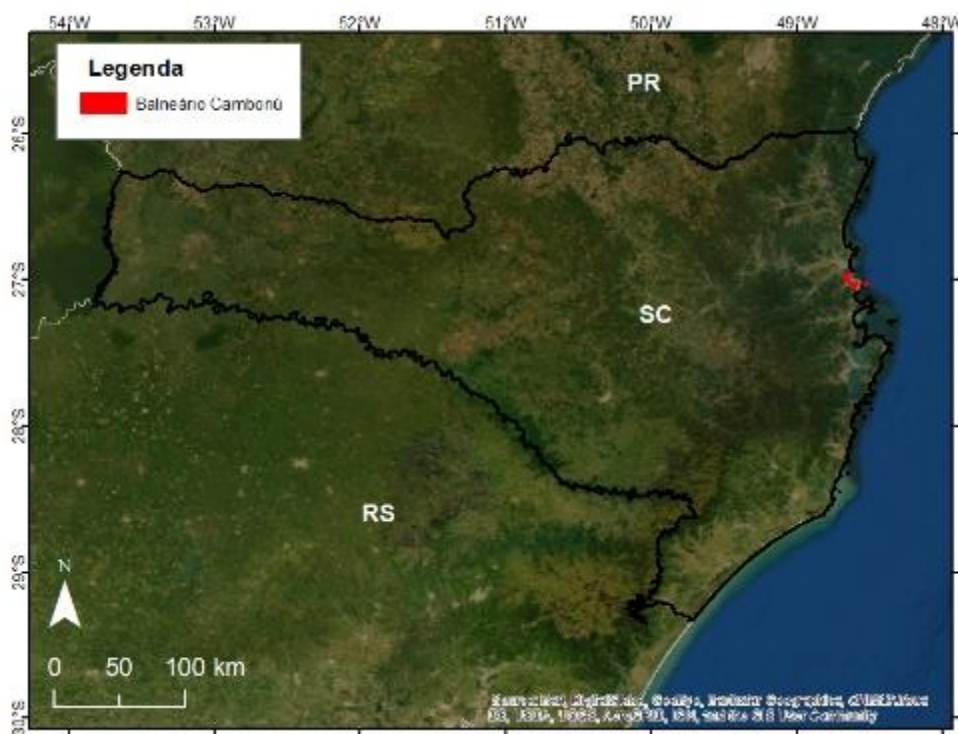


Figura 20 - Localização do município de Balneário Camboriú no contexto estadual.

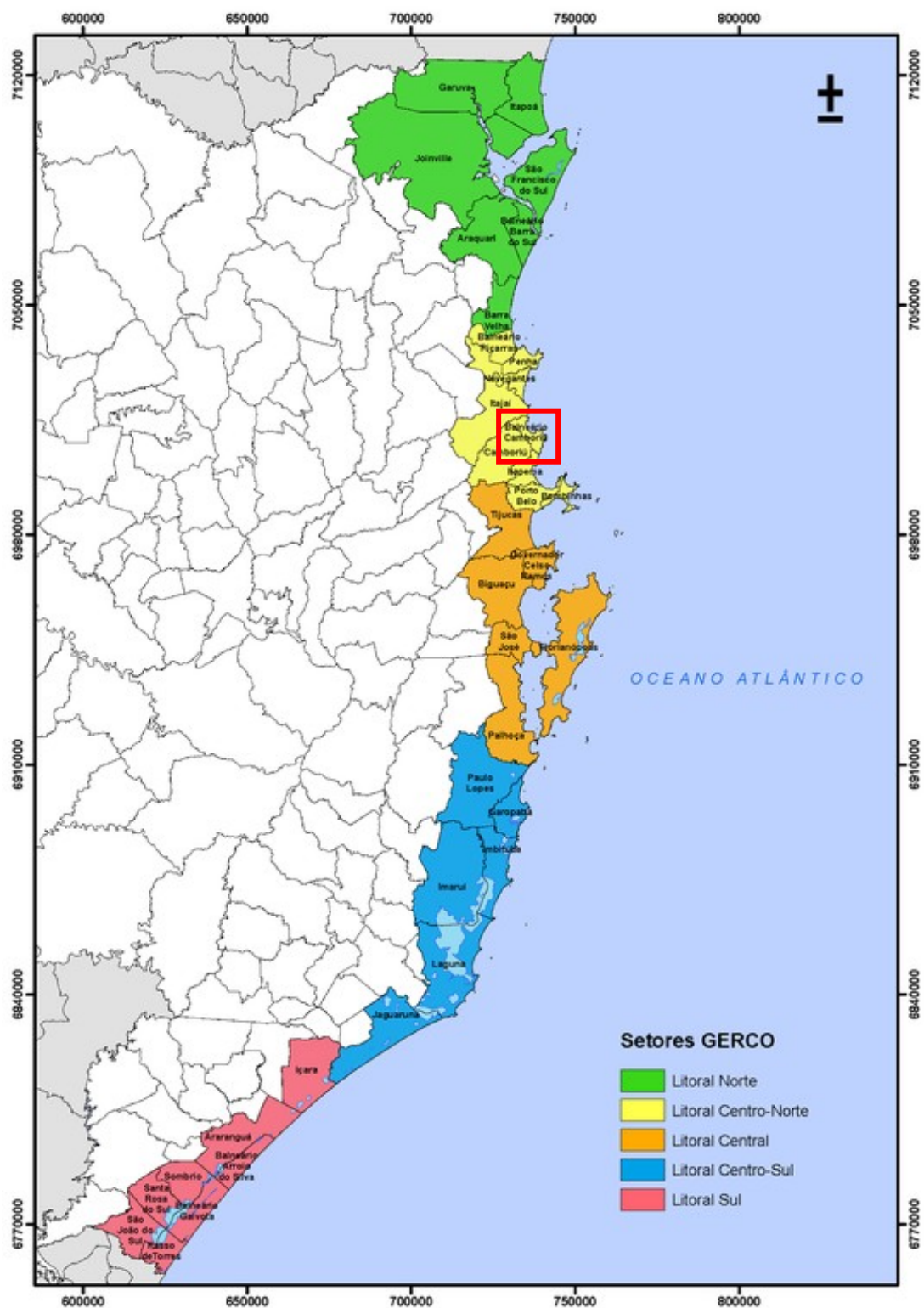


Figura 21 – Setores do litoral de Santa Catarina. Fonte: GERCO/SC.

Este setor apresenta a maior densidade dentre os demais setores costeiros, sendo considerada uma área metropolitana, com forte tendência de conurbação entre os municípios costeiros. Ademais, a população nesta região aumenta significativamente

no verão, em decorrência do Turismo de Sol e Praia. Nesse sentido, destacam-se os municípios de Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas (Figura 22) pelo turismo consolidado, sendo o primeiro reconhecido como polo turístico da América do Sul (SPG/SC, 2010).

Conforme apresenta a Secretária de Turismo do município, em pesquisa que utiliza a quantidade de resíduos sólidos para mensurar a população flutuante, no ano de 2019 passaram pela cidade 3.616.867 pessoas (período anterior à pandemia).

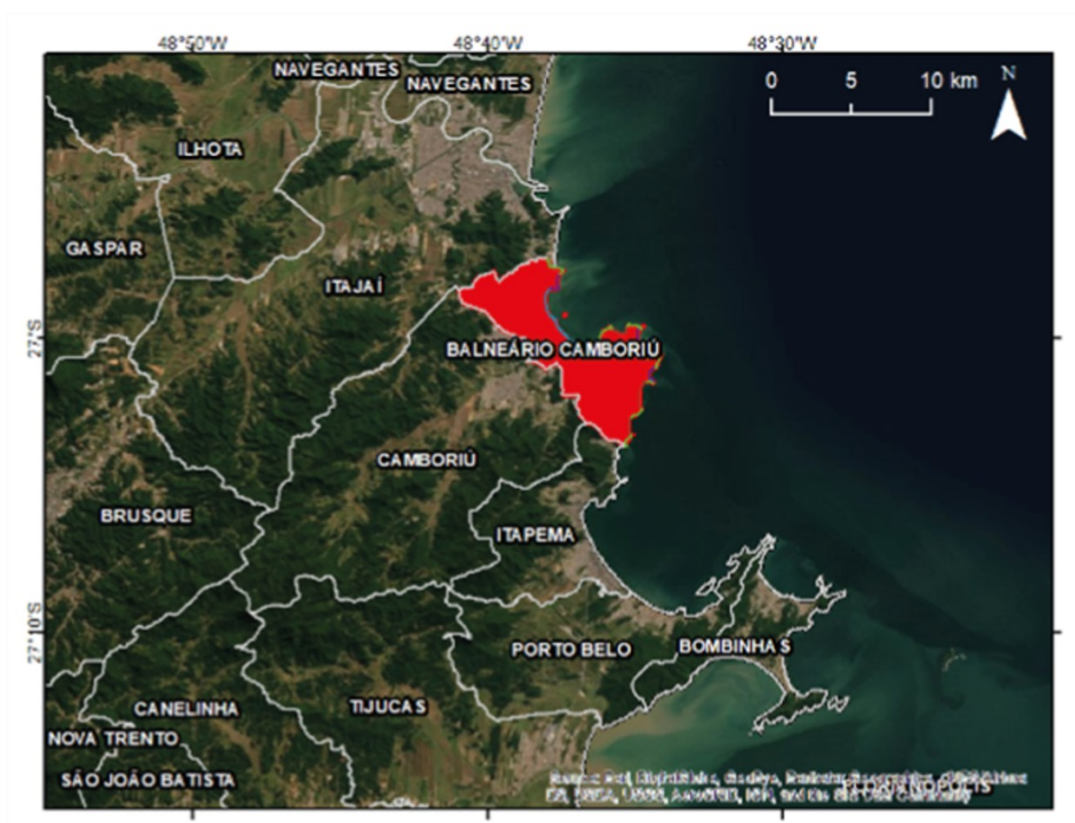


Figura 22 – Município de Balneário Camboriú no contexto local.

Se tratando da ZC de Balneário Camboriú, devido às suas características e intervenções urbano - paisagísticas, manteve-se a abordagem adotada no Projeto Orla em 2003, tal como será apresentado a seguir (item [Unidades da Paisagem e Trechos de Planejamento](#)), para a delimitação da orla terrestre e marítima e tratando a orla municipal como um todo. Desta forma, o Projeto Orla vem a somar e complementar intervenções similares planejadas anteriormente.

Em características gerais de Balneário Camboriú, falamos da sua localização na mesorregião do Vale do Itajaí, sob as coordenadas de Longitude -48,63462° e Latitude -26,99182° e altitude de 9,05 m, em um território de 45,214 km<sup>2</sup>. A cidade possui aproximadamente 20 km de orla, onde encontramos trechos da orla correspondentes a praias arenosas, e outros trechos com topografia acidentada. Está situada no domínio da Mata Atlântica, com variedade de vegetação litorânea, restinga e mangues, e vegetação Ombrófila Densa Sub Montanhosa nas encostas. O IDHM de Balneário Camboriú é 0,85. O município possui Política Municipal de Saneamento Básico e possui Plano Municipal de Saneamento Básico (infosanbas). Balneário Camboriú possui 60,46% do seu território caracterizado como Unidade de Conservação Ambiental Estadual de Uso Sustentável, conforme aponta o Ministério do Meio Ambiente (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação 2016).

#### Unidades da Paisagem e Trechos de Planejamento

Manteve-se a faixa da orla municipal terrestre definida com o PGI de 2003, tomando como base as vias existentes ao longo da orla do Município (para áreas urbanizadas ou não, respectivamente) a partir da praia em direção ao continente (Figura 20). As vias existentes que delimitam a orla são: Avenida Atlântica e sua extensão através da Estrada da Rainha no sentido norte; Rua Emanuel Rebelo dos Santos e sua extensão na rua José Francisco Vitor no Bairro da Barra e a Rodovia Interpraias nas praias Agrestes. Com relação a abrangência da praia em direção ao mar em 2003 foi definido como até as isóbatas de 10 m e 20 m (Figura 21), conforme as características de cada Unidade. No entanto, em 2019 preferiu-se manter como padrão de área de gestão marinha como a isóbata de 10 m (Figura 22).



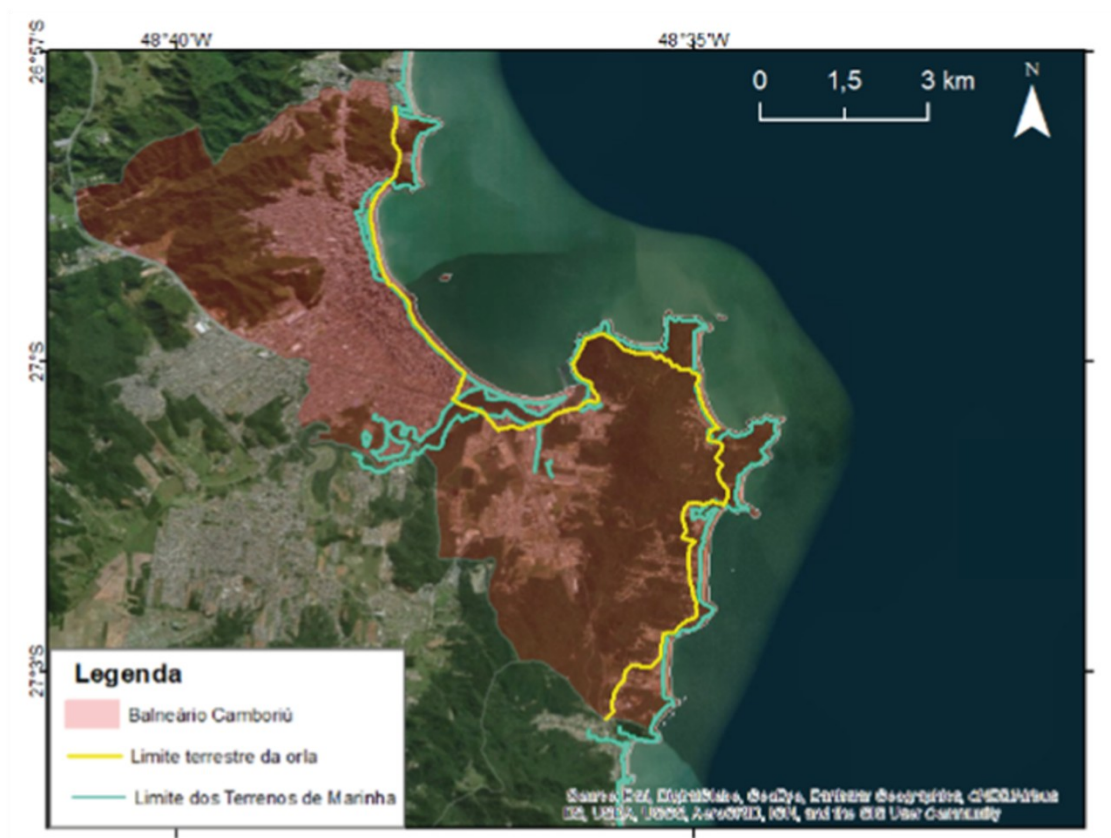


Figura 23 - Município de Balneário Camboriú/SC, com a demarcação dos limites: i) azul Terrenos de Marinha e ii) amarelo Limite terrestre da área de intervenção do PGI de BC.

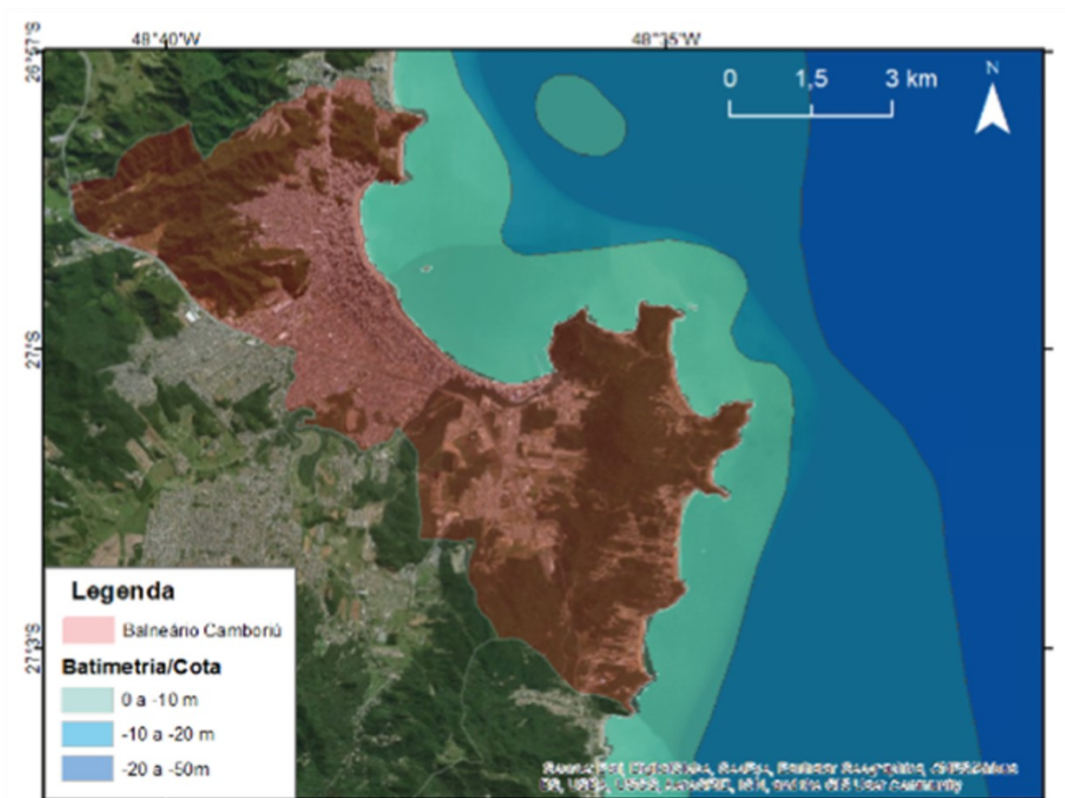


Figura 24 - Município de Balneário Camboriú/SC e as cotas de profundidade de 10, 20 e 50 metros.

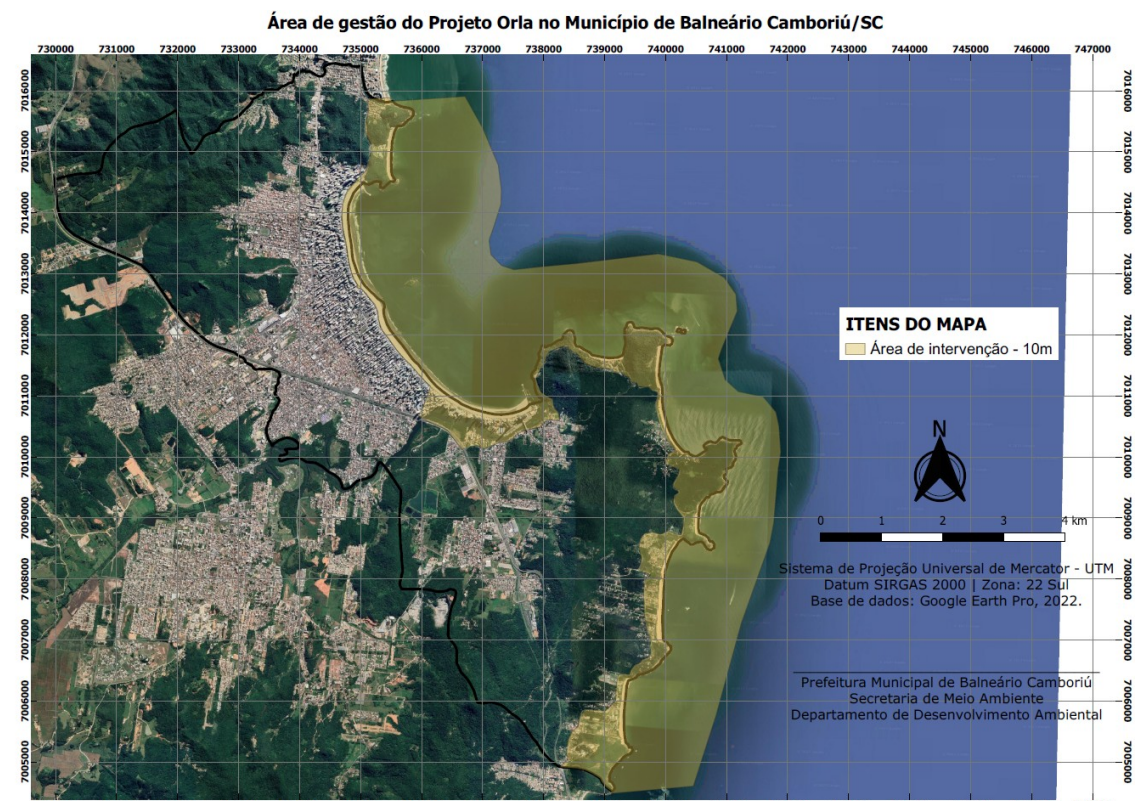


Figura 25 – Área de gestão do Projeto Orla no Município de Balneário Camboriú/SC, delimitados os 10 metros de área de intervenção marinha. (Mapa em tamanho maior no anexo)

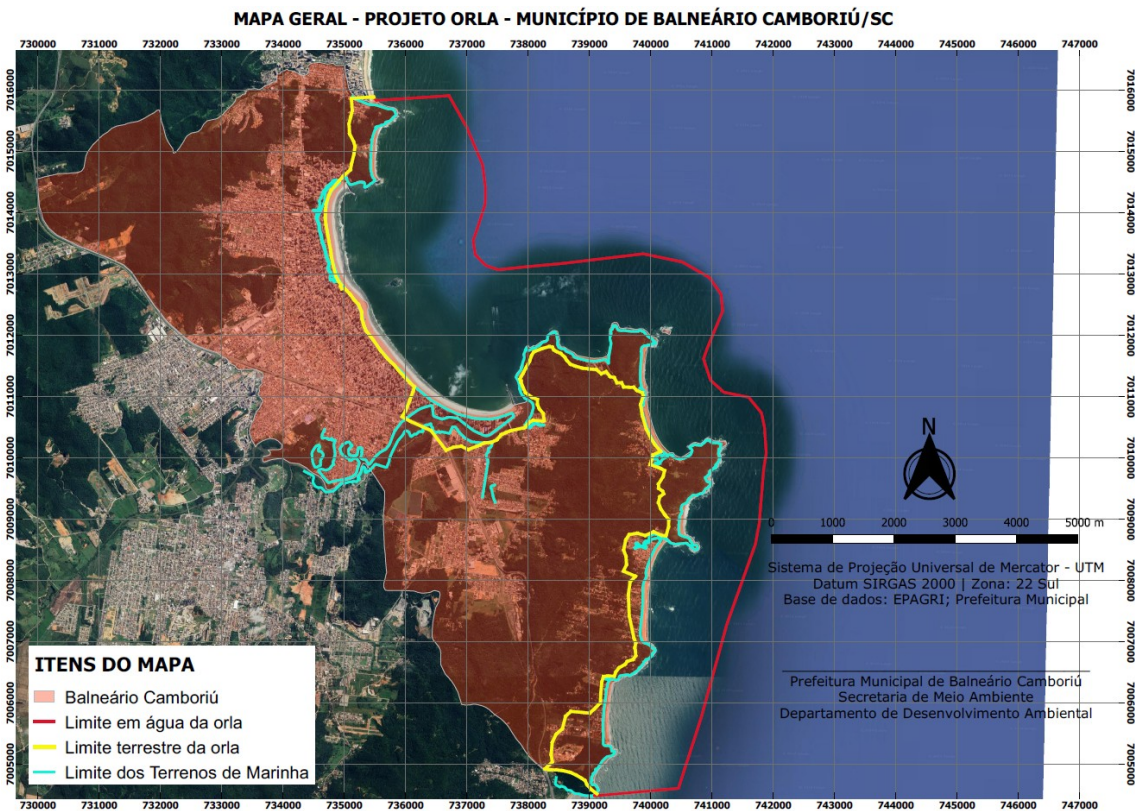


Figura 26: Mapa Geral - Projeto Orla - Município de Balneário Camboriú/Sc (Mapa em tamanho maior no anexo)



A área de gestão tem uma extensão de aproximadamente 24 km de costa atlântica, e dos meandros dos estuários do Rio Camboriú e do Ribeirão Ariribá (Balneário Camboriú, 2003). Na Figura 27 são definidas as três unidades de planejamento da orla de Balneário Camboriú e na Figura 28 são apresentadas os trechos de orla analisados. A principal modificação entre 2003 e 2019 foi a aglutinação dos trechos 3.1., 3.2. e 3.3. em 3.1. em 2019. Como área de intervenção marinha definiu-se pela isóbata de 10 metros.

Tratando da intervenção em área terrestre, definiu-se por 50m em áreas urbanizadas ou 200m em áreas não urbanizadas. A demarcação segue na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, como feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, e onde há áreas de terrenos de marinha.

As condições naturais e urbanas presentes em Balneário Camboriú formadas pelo conjunto de belas praias, da riqueza da Mata Atlântica e do Rio Camboriú com suas margens ora ocupadas pelas comunidades pesqueiras ora por manguezais, emolduram uma cidade cuja tessitura urbana é composta de ruas próximas e estreitas, repletas de serviço e comércio à disposição das pessoas dia e noite, compelindo a uma reflexão sobre o futuro do planejamento de seu território. A riqueza cultural de Balneário Camboriú está no Bairro da Barra, comunidade típica de pescadores artesanais.

A Região da Interpraias possui uma topografia acidentada, formada por pequenas planícies adjacentes que se limitam com o mar na forma de pequenas praias bem delimitadas pelos costões rochosos, constituindo-se em um complexo de praias agrestes com notável beleza natural devido a essa configuração e à sua relativa integridade natural. Nesta área, executando-se a Praia de Laranjeiras, tem-se a Área de Proteção Ambiental – APA Costa Brava. Com um conjunto de atividades que encontram na natureza seu principal componente, as morrarias, cobertas por Mata Atlântica, são ativos ambientais e paisagísticos do município (MASTERPLAN BC).

Retratando ainda a riqueza ambiental do município, chegamos a mais duas Unidades de Conservação, além da APA Costa Brava. Uma delas, Parque Natural

Municipal Raimundo Gonzalez Malta, com uma área de 250 mil m<sup>2</sup>, abriga uma mata remanescente de mangue e mata atlântica com uma riquíssima fauna e flora.

A Reserva Natural Normando Tedesco, uma das primeiras do Estado, foi criada junto com a implantação do Parque Unipraias no Morro da Aguada. O parque se transformou em um dos principais pontos turísticos e de educação ambiental do município.

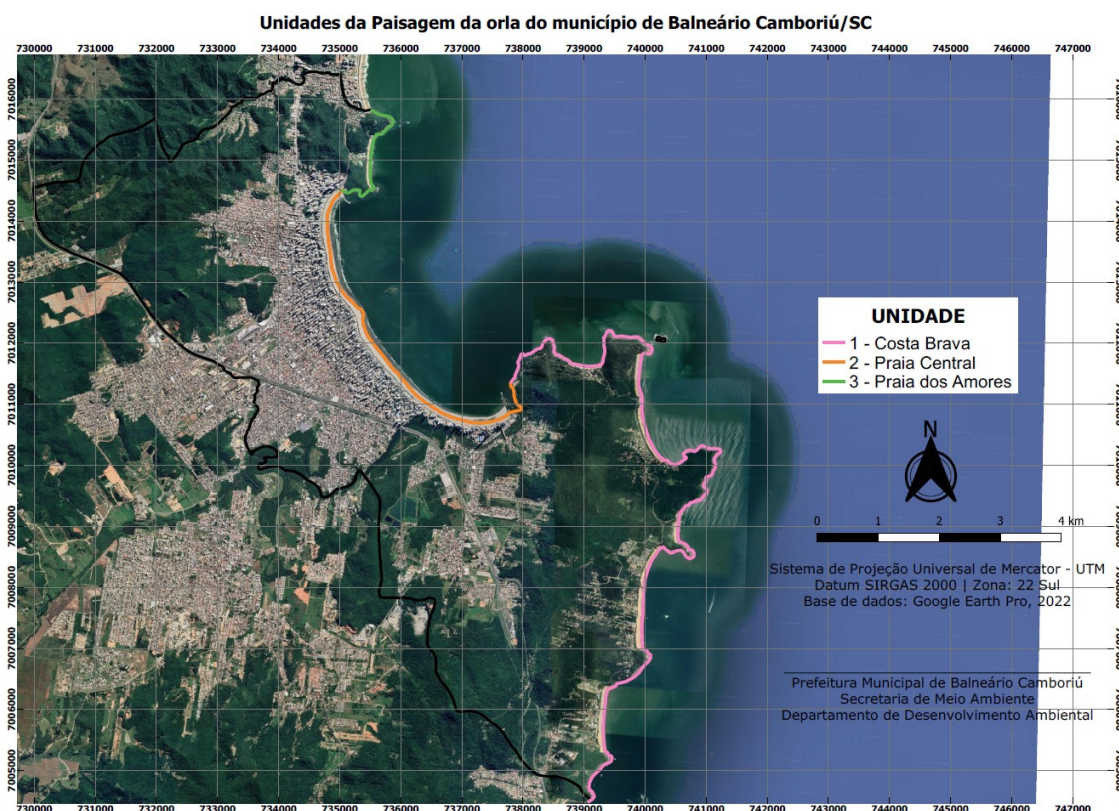


Figura 27 – Unidades da Paisagem da orla do município de Balneário Camboriú/SC. (Mapa em tamanho maior no anexo)

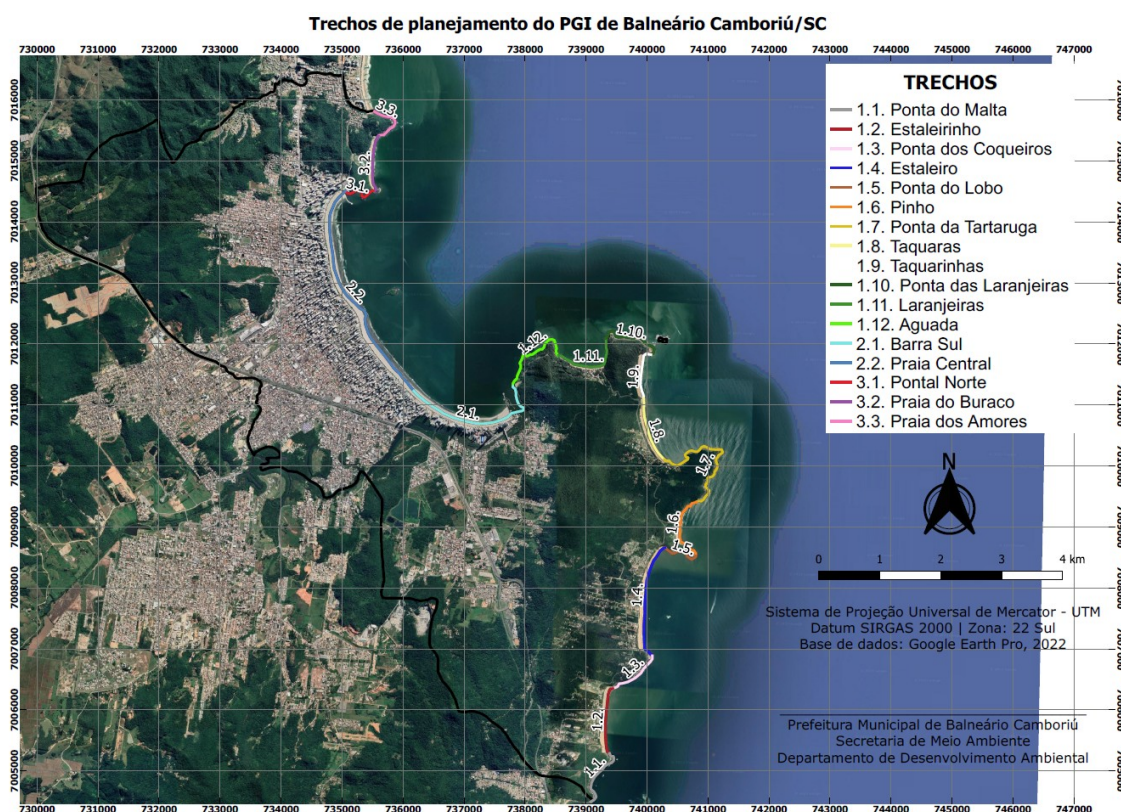


Figura 28 - Trechos de planejamento do PGI de BC. (Mapa em tamanho maior no anexo)

## Unidade 01 – Costa Brava

A **Unidade 1 – COSTA BRAVA** está limitada ao sul na divisa com o Município de Itapema, na Ponta do Malta, seguindo a oeste pelo divisor de águas até a Linha de Acesso as Praias Rodesindo Pavan, continuando no sentido norte pela mesma rodovia, passando pelas praias de Estaleirinho, Estaleiro, Pinho, Taquaras, Taquarinhas e Laranjeiras, finalizando na Foz do Rio Camboriú, no Bairro da Barra. Esta unidade foi dividida em 12 Trechos (Figura 29).



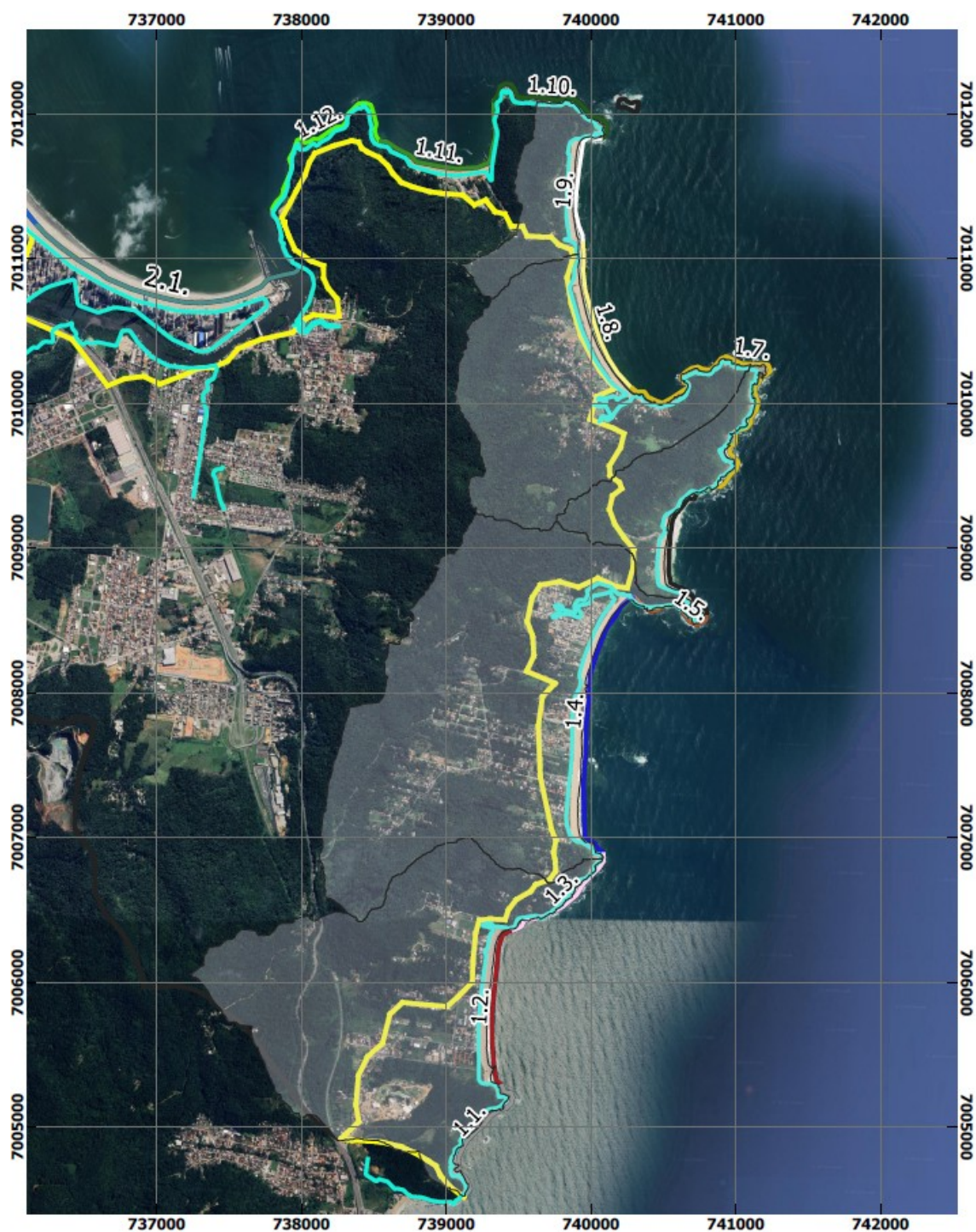


Figura 29 – Unidade 01.: Costa Brava (Mapa em tamanho maior no anexo)

## Unidade 02 – Praia Central

A **Unidade 2 – PRAIA CENTRAL** está limitada ao sul com a Foz do Rio Camboriú, no Bairro da Barra, até a BR-101, cruza o Rio Camboriú, seguindo no sentido leste pela rua 3.700 até a Avenida Atlântica onde segue no sentido norte pela mesma avenida até



o Canal do Marambaia, Pontal Norte da Praia Central. Esta unidade foi dividida em 02 Trechos (Figura 30).



Figura 30 - Unidade de Planejamento 02: Praia Central. (Mapa em tamanho maior no anexo)

Unidade 03 – Praia dos Amores

A **Unidade 3 – PRAIA DOS AMORES** está limitada ao sul com o Canal do Marambaia, onde se inicia a Estrada da Rainha, passando pelas Praias do Canto ou Prainha, e pela Praia do Buraco, finalizando na Praia dos Amores nas margens do Rio Ariribá, limite com o Município de Itajaí. Esta unidade foi dividida em 05 Trechos no PGI 2003 (Figura 31), reduzidos a 3 em 2019. A alteração se deu com a união dos trechos 3.1. Marambaia, 3.2. Prainha e 3.3. Pontal Norte, em um único - 3.1. Os seguintes 3.4. Recanto das águas, também renomeado adequadamente para Praia do Buraco, e 3.5. Praia dos Amores passaram a 3.2. e 3.3., respectivamente (Figura 32).



Figura 31 - Unidade 03: Praia dos Amores - Planejamento 03 do PGI de 2003. Fonte: Balneário Camboriú, 2003



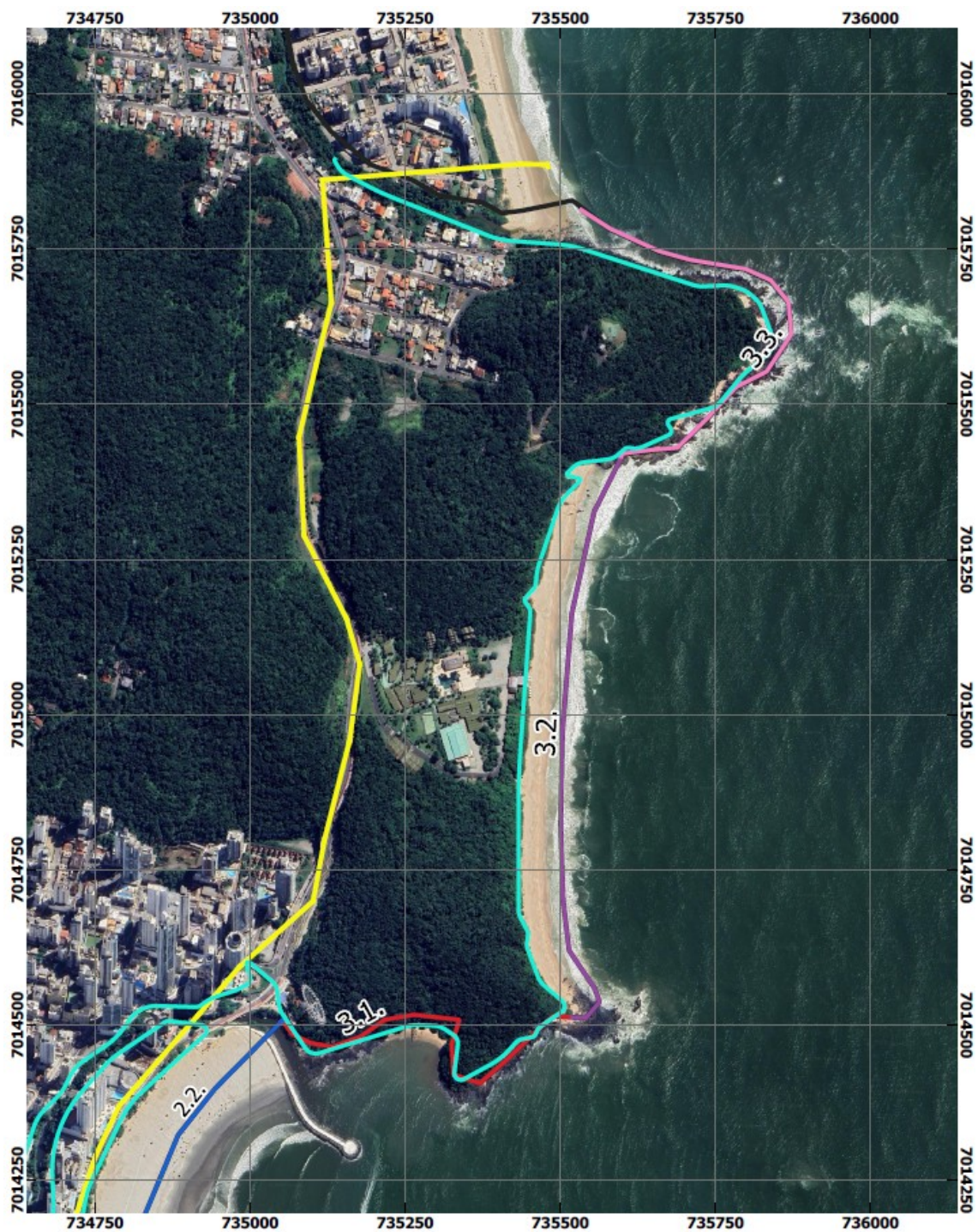


Figura 32 – Nova definição dos trechos da Unidade de Planejamento 03, com a união dos trechos 3.1. Marambaia, 3.2. Prainha e 3.3. Pontal Norte, em um único trecho - 3.1., renomeando consecutivamente Recanto das águas/Praia do Buraco para 3.2. e Praia dos Amores para 3.3. (Mapa em tamanho maior no anexo)

## SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

No dossiê do Projeto Orla de Balneário Camboriú é apresentado um conjunto de informações e publicações como o Plano de Manejo da APA da Costa Brava, composto de dados relevantes sobre os aspectos naturais e paisagístico da área. Ainda, na pasta do dossiê estão disponibilizados: i) quatro apêndices, sendo que no apêndice 1 constam dados gerais organizados, assim como no Anexo 15, e informações com formato para análise, bem como, ii) os quadros solicitados, além de dados em um iii) Sistema de Informações Geográficas.

Estes documentos estão publicados no site da prefeitura no portal da Secretaria do Meio Ambiente de Balneário Camboriú. Podendo ser acessados diretamente pelos links: <[https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/conteudo\\_downloads/CD5MP9HD.pdf](https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/conteudo_downloads/CD5MP9HD.pdf)> e <[https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/conteudo\\_downloads/WQ9MM2JJ.pdf](https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/conteudo_downloads/WQ9MM2JJ.pdf)>.

### Atributos Naturais e Paisagísticos

Santa Catarina tem como sua maior atração turística a região costeira, a beleza cênica proporcionada pelo encontro desses diversos biomas traz paisagens paradisíacas, que devem ser protegidas do crescimento urbano, para que se mantenham suas características ambientais e culturais originais. O município de Balneário Camboriú possui aproximadamente 20 km de orla, onde encontramos trechos da orla correspondentes a praias arenosas, e outros trechos com topografia acidentada. Está situado no domínio da Mata Atlântica, com variedade de vegetação litorânea, restingas e mangues, e vegetação Ombrófila Densa Sub-Montana nas encostas (Balneário Camboriú, 2003).

Para a classificação dos trechos de orla de BC (Figura 33) foi empregada a metodologia do Projeto Orla, que define:

- CLASSE A: possui correlação com os tipos de orla que apresentam baixíssima ocupação, com paisagens com alto grau de originalidade e baixo potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde a preservação e conservação das características e funções naturais devem ser priorizadas.

- CLASSE A\*: Possui o mesmo conceito da CLASSE A, supracitada, contudo, possuem características especiais por se tratarem de costões rochosos, afloramento de rochas cristalinas na linha do mar, sujeito à ação das ondas, correntes e ventos, podendo apresentar diferentes configurações como falésias, matacões e costões amplos e contínuos. Trata-se de área de difícil acesso, utilizado especialmente para trilhas.
- CLASSE B: possui correlação com os tipos de orla que apresentam de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizada e médio potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos do litoral onde os usos são compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e os que tragam baixo potencial de impacto, devem ser estimulados.
- CLASSE C: apresenta médio a alto adensamento de construções e populações residentes, com paisagens antropizada, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética, sonora e/ ou visual, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde os usos não podem ser exigentes quanto aos padrões de qualidade, sendo, portanto, locais com alto potencial impactante, inclusive para seus entorno.



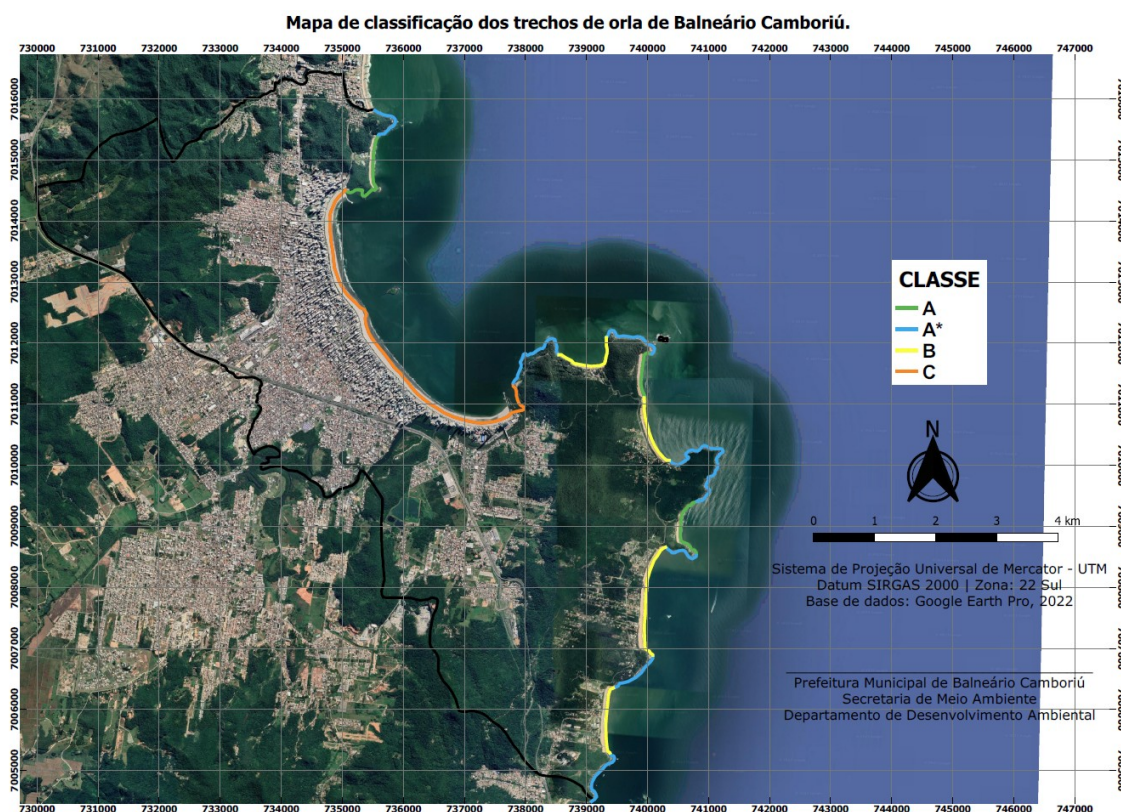


Figura 33 – Mapa de classificação dos trechos de orla de Balneário Camboriú. (Mapa em tamanho maior no anexo)

## APA Costa Brava

A Área de Proteção Ambiental (APA) Costa Brava, foi criada com a aprovação da Lei municipal nº 1985/2000, sendo parte de medida mitigadora da construção da Interpraia, que corta a APA Costa Brava, na sua porção norte – sul, servindo como principal acesso às praias deste setor costeiro (Balneário Camboriú, 2018). Conforme seu Plano de Manejo é uma das áreas mais importantes sob aspectos de natureza do município de Balneário Camboriú. Composta por um mosaico de ecossistemas do Bioma Mata Atlântica, contemplando um conjunto de promontórios, costões, manguezais, restingas, dunas e praias, que, ainda conservadas configuram um patrimônio paisagístico inestimável. Comunidades de pescadores artesanais e quilombolas representam a riqueza e diversidade das tradições ainda existentes no litoral catarinense. Com um cenário diversificado, representa potencial para o turismo sustentável (Balneário Camboriú, 2018).

Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria que compõe o grupo das Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável, que admitem a presença de moradores. Elas têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Constituídas por terras públicas ou privadas. Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma APA. As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade, no caso o Conselho Gestor. Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação, observadas as exigências e restrições legais (Balneário Camboriú, 2018).

O Plano de Manejo é um documento elaborado a partir de diversos estudos, e estabelecem as normas, restrições para o uso, ações e manejo dos recursos naturais da UC, seu entorno e, se for o caso, os corredores ecológicos associados. O plano de Manejo pode contemplar a implantação de estruturas físicas dentro da UC, visando garantir a manutenção dos processos ecológicos (Balneário Camboriú, 2018). De forma geral, o Plano de manejo auxilia a nortear as ações atuais e futuras desta área do município de Balneário Camboriú, considerada uma das mais importantes no contexto do litoral de Santa Catarina e também de abrangência nas discussões do Projeto Orla.

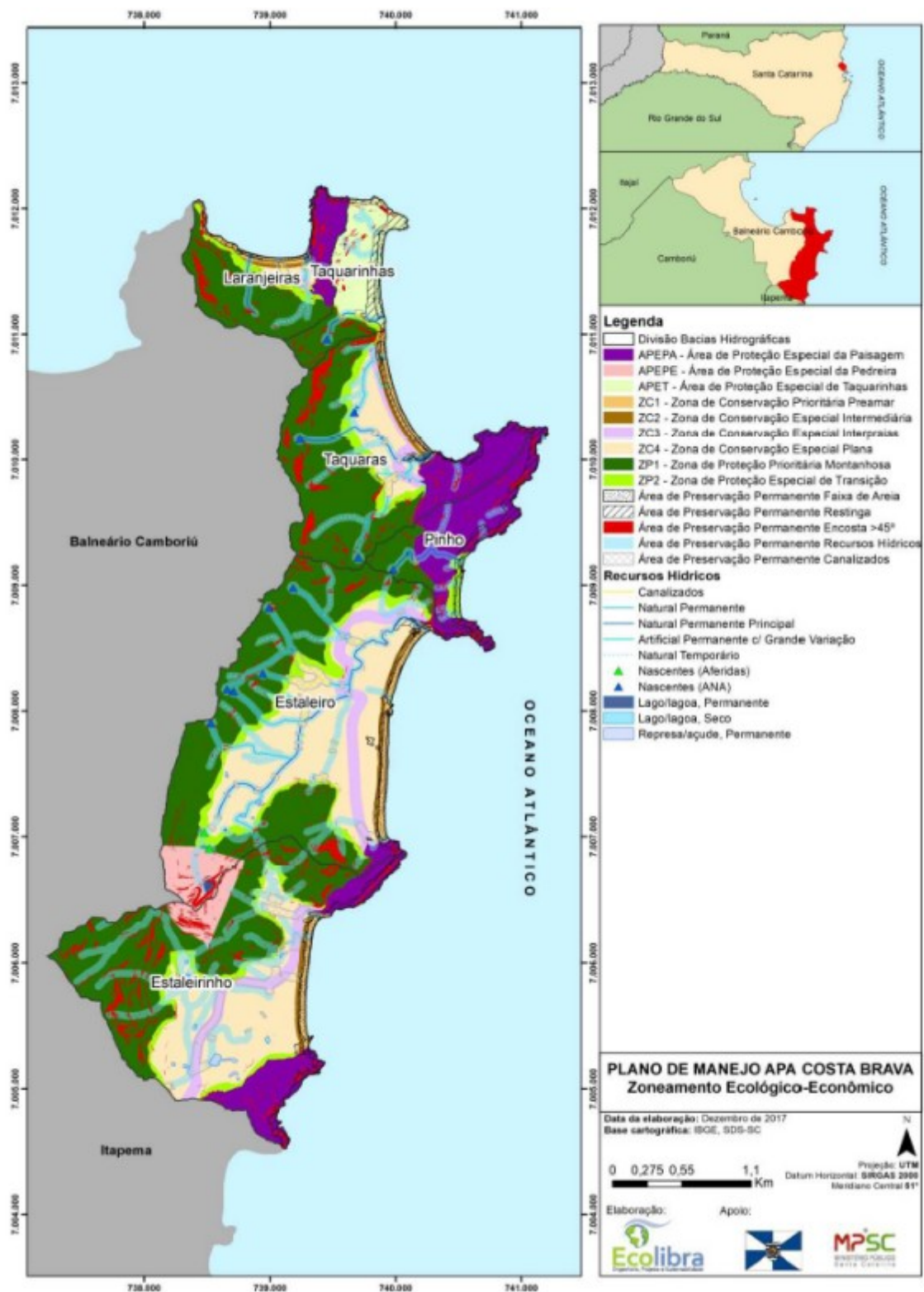


Figura 34 - Zoneamento Ecológico-Econômico – APA Costa Brava. Fonte: Ecolibra, 2017.

O Plano de Manejo da APA foi aprovado em 29 de dezembro de 2020 através do Decreto Municipal 10.215/2020. Durante as oficinas do Projeto Orla o Plano de Manejo era citado de forma recorrente uma vez que ambos foram elaborados com participação

social envolvendo o mesmo grupo de pessoas. Neste sentido, observa-se que área de gestão do Projeto Orla e da APA são sobrepostas em alguns trechos além de algumas atribuições (e provavelmente atores), ressaltando a compatibilização entre o PGI e o Plano de Manejo da APA Costa Brava, bem como outros instrumentos incidentes sobre a área, como o Plano Diretor Municipal.

### Atividades Geradoras dos Problemas e Atores Envolvidos

A artificialização do litoral de SC foi iniciada nos anos 40, e causou primeiros impactos negativos aos habitat com a supressão da vegetação (Ferreira et al., 2009). O aumento dos acessos é um dos fatores mais relevantes da transformação no uso do solo e no processo de urbanização. O processo de artificialização da costa é descontínuo, problemas de natureza espacial social, ambiental, econômica e política podem ser repentinos (Ferreira et al., 2009).

A falta de visão sistêmica tem levado os governantes a tomadas de decisões inábeis, com aplicação de recursos em locais inadequados, não observando prioridades, impondo um exercício de enganos, comprometendo a sustentabilidade dos ecossistemas (Dias, 2002). A especulação imobiliária desenfreada do litoral, em especial da construção de segundas residências, tem gerado a degradação da paisagem natural, configurando uma atividade turística autofágica, pelo fato de sua base (a construção civil) se tornar um adversário. O turismo autofágico gera também a perda da sustentabilidade da população "nativa", pois a grande maioria tem seus empregos relacionados com o turismo. Existe uma aparente competição entre a geração de emprego e a preservação ambiental, mas isso não é correto, pois o trabalho do meio ambiente torna-o sócio da economia, sendo decisivo para o seu desenvolvimento, como exemplo as áreas do turismo e meio ambiente, uns dos maiores geradores de emprego atuais (Dias, 2002). Buscar no turismo uma oportunidade econômica construída com base em princípios sustentáveis é um dos grandes desafios atuais (Polette, 2004).

A pressão demográfica e de exploração dos recursos costeiros que ocorre no Setor Centro-Norte catarinense, remete a cenários de conflitos de uso das faixas terrestres e marítimos, podendo levar a depleção de recursos naturais, culturais e sociais, levando ao comprometimento da qualidade de vida e qualidade ambiental.



Estes cenários são produtos de um desenvolvimento pouco ou nada planejado, que tendem a gerar panoramas futuros preocupantes, principalmente ao considerarmos fatores como: a crise econômica mundial, consequências do aquecimento global e mesmo as vulnerabilidades locais herdadas de um passado de exploração irracional. Neste sentido, o caráter de planejamento e a dotação de instrumentos de gestão capazes de articularem-se entre si, remetem ao Gerenciamento Costeiro, como a política titular na mitigação, atenuação e mesmo, mudanças de tais perspectivas (SPG/SC, 2010).

Pouco planejamento houve no início do adensamento populacional de Balneário Camboriú. As consequências do crescimento exagerado foram determinantes para o comprometimento do uso da praia. A pressão exercida pelo quase esgotamento do espaço físico na região da Praia Central (Figura 35), motivou lentamente a busca por alternativas turísticas ou das praias ainda pouco frequentadas da região Sul do município, de extraordinária beleza natural (Balneário Camboriú, 2003).



Figura 35 – Praia Central de Balneário Camboriú. Fotos: Power Produtora; Marcos Schaefer

Convém ressaltar, que este desenvolvimento acelerado como cidade-balneária ocorreu na região situada ao norte do Rio Camboriú, delimitada pelo Rio Camboriú, a

BR-101, o limite com o Município de Itajaí e o Oceano Atlântico. A região do Arraial do Bom Sucesso, hoje denominada de Barra, não apresentou o mesmo crescimento urbano que a região central. Da mesma forma, toda a região da orla ao Sul do Rio Camboriú, composta pelas praias de Laranjeiras, Taquarinha, Taquaras, Pinho, Estaleiro e Estaleirinho, apesar da beleza natural de suas praias, ainda não sofreu intenso processo de ocupação. As mesmas são procuradas por aqueles que desejam atividades menos agitadas do que aquilo que a Praia Central oferece, como pesca, mergulho, naturismo e caminhadas. Porém, a pressão imobiliária exercida pelo esgotamento do espaço físico da região central e mesmo do Município vizinho de Itapema, ao sul, poderá intensificar a sua ocupação, o que pode resultar em impactos ambientais e sociais. Neste sentido, faz-se necessário o planejamento e o monitoramento contínuo de seu desenvolvimento (Balneário Camboriú, 2003).

O planejamento e organização do uso de uma área deve permitir o compartilhamento harmônico entre atividades de caráter econômico, social, cultural e ecológico. As fragilidades e a capacidade do meio abiótico e biótico devem ser consideradas ao se tratar do planejamento e da organização das atividades econômicas e da expansão urbana (Cristiano, 2014).

### Atividades Geradoras

No quadro 1 verificamos que a falta de planejamento é citada como atividade geradora de pelo menos 22 problemas (26%) Como atividades geradoras do problema mais recorrente na orla de BC, a supressão da vegetação nativa, são citadas: a) Desrespeito à legislação ambiental; b) Uso indevido da área de vegetação de restinga; e c) Degradação ambiental. Tendo como principais impactos a i) Perda da biodiversidade, ii) Perda de proteção costeira; iii) Perda paisagística; e iv) Uso inadequado do solo.

Para o problema “Acesso perigoso, precário ou inadequado” a atividade geradora citada foi a “falta de manutenção e adequação”. Que por sua vez, resulta em impactos como: i) Supressão da vegetação da restinga; ii) Falta de acesso à praia; iii) Dificuldade de acesso do turista à praia.

Neste sentido, destaca-se a importância da implementação do Projeto Orla em BC, possibilitando o planejamento e a ação compartilhados por meio do PGI e do Comitê Gestor da Orla.

Quadro 1– Falta/ausência de planejamento como atividade geradora de aproximadamente 22 problemas.

PROBLEMAS	TRECHO	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA
Falta de pavimentação das ruas de acesso à praia	1.2 – 1.4	Falta de planejamento	Contaminação da praia; impacto atmosférico por dispersão de material particulado; obstrução de drenagens
Ausência de paraciclos	2.1 – 2.2	Falta de planejamento	Ocupação inadequada do espaço público para guardar bicicletas; desestímulo do uso de bicicleta
Número insuficiente de banheiros públicos	2.1 – 2.2	Falta de planejamento	Risco de transmissão de doença; Contaminação da areia; odores
Falta de limpeza pública	1.6	Falta de planejamento e gestão	Poluição, doenças
Mobilidade urbana na temporada de verão	1.11	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraia
Transporte público deficiente	1.2 – 1.4 – 1.6 – 1.8 – 1.9	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraia
Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	1.2 – 1.4 – 1.8	Falta de planejamento e parcelamento irregular do solo	Erosão da praia e vias, Contaminação da praia; alagamento de residências; drenagem pluvial na faixa de areia
Falta de posto guarda vidas com banheiro	2.1	Falta de planejamento na época da construção	Risco de demora na resposta rápida para busca e salvamento de banhistas
Acesso perigoso, precário ou inadequado	1.9 – 3.2 – 1.2 – 1.4 – 1.6 – 1.8 – 1.11	Falta de planejamento;	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia
Acesso perigoso, precário ou inadequado	1.9 – 3.2 – 1.2 – 1.4 – 1.6 – 1.8 – 1.11	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística
Falta de estacionamento público	1.4 – 1.6 – 1.11 – 3.2	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística
Ausência de banheiro público	1.9	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros
Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	1.2 – 1.4 – 1.6 – 1.8 – 1.11	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com

PROBLEMAS	TRECHO	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA
		usuários de praia	banheiros
Ausência de uma estrutura física para órgãos competentes de fiscalização	2.1	Falta de planejamento; incremento das atividades	Risco de acidentes e infrações
Ausência de estrutura de apoio ao usuário da praia (quiosque e banheiro público)	3.2	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros
Falta de políticas públicas voltada para o turismo em geral e de turismo	1.8	Ausência de planejamento e projetos pelo poder público para o trecho em questão	Baixo número de turistas fora da temporada de verão
Falta de acesso para entrada do quadriciclo do CBM	1.4	Ausência de planejamento	Demora no atendimento
Falta de arborização e áreas verdes de lazer	1.2 – 1.4	Ausência de planejamento do poder público	Poucas áreas verdes de lazer arborizadas
Falta de serviço de emergência eficiente e demora de atendimento	1.4	Ausência de planejamento do poder público	Demora no atendimento
Falta de banheiro público para pescadores artesanais	1.8	Ausência de planejamento e projeto	Pescadores fazendo suas necessidades fisiológicas em locais impróprios
Falta de um espaço público de convivência e lazer para a comunidade local	1.8	Ausência de planejamento e projeto por parte do poder público	Falta de opção de lazer para a comunidade local
Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	1.8	Ausência de planejamento e projetos pelo poder público para o trecho em questão	Baixo número de turistas fora da temporada de verão

Com relação aos problemas ligados à APA Costa Brava – i) Lenta efetivação do Plano de Manejo da APA Costa Brava em virtude da demora em sua aprovação (Plano de Manejo aprovado apenas em dezembro de 2020) e ii) Laranjeiras não estar inclusa na área da APA Costa Brava e possuir conflito de uso do solo quanto a ocupação da praia – as atividades geradoras listadas são:

- Falta de articulação do Conselho Gestor da APA Costa Brava;
- Desorganização e falta de informação da sociedade civil;
- Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo.

Por sua vez, estes problemas causam:

- Insegurança jurídica;

- Desvalorização imobiliária;
- Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local.

## Problemas e Potencialidades de Uso e Ocupação e Impactos na Orla

Atualmente Balneário Camboriú destaca-se como um dos maiores polos turísticos do MERCOSUL, onde mais de 1.500.000 de turistas circulam todo ano. Contribui para esta posição a sua localização estratégica, às margens da BR-101. As principais atividades econômicas são desenvolvidas ao norte do Rio Camboriú (Balneário Camboriú, 2003).

Apesar da importância que o município apresenta na exploração turística estadual e até nacional, esta não está refletida no rendimento médio da população residente. Mais de 60% da População Economicamente Ativa – PEA, que é de 39.498 pessoas, desenvolve atividades ligadas ao turismo e comércio. Pode-se verificar que 65,58% da população economicamente ativa recebe até 5 salários mínimos mensais (Balneário Camboriú, 2003). Em 2017, o salário médio mensal em BC era de 2.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 44.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava em 2017 as posições 50 de 295 e 18 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 684 de 5570 e 110 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 23.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 234 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 5387 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017).

Considerada como uma das cidades turísticas mais atrativas do Atlântico Sul, durante os meses de verão, quando atinge uma população que excede quase 10 vezes a sua população normal, Balneário Camboriú mantém toda a sua população fixa na área urbana, já que o município não possui área rural. O maior adensamento se dá na região central, sendo a região sul do município a de menor densidade. Todo esse fluxo de turistas tem gerado problemas de infraestrutura básica no balneário. A capacidade de abastecimento d'água fica reduzida com as estiagens, comuns nesta época, por vezes

não sendo suficiente para atender a população flutuante durante os meses de verão. Para não faltar água são necessárias medidas efetivas para evitar os conflitos de uso pela rizicultura no município vizinho. Na área estuarina deságua o rio, onde concentram-se ilhas fluviais que exibem uma vegetação característica de mangues e marismas. Município jovem vai fazendo história no litoral Sul do Brasil por possuir muita beleza natural e uma boa estrutura de serviços com expressivo parque hoteleiro e, nos últimos anos, servindo como base para milhares de visitantes que frequentam o complexo turístico Beto Carrero World, localizado no município de Penha, distante 30 minutos de Camboriú (Balneário Camboriú, 2003).

Principal centro de lazer de Santa Catarina, Balneário Camboriú é uma cidade em permanente crescimento (a indústria da construção civil é a maior do Estado), possuindo uma boa infraestrutura de serviços e servindo como sede para as demais praias vizinhas (Balneário Camboriú, 2003).

Entretanto, este crescimento contínuo e acelerado tem afetado a riqueza paisagística de Balneário Camboriú, base do turismo de sol e praia. Inúmeros são os interesses de natureza imobiliária presentes na região da Costa Brava, visto que a praia Central, área de maior adensamento e verticalização, diminui a cada ano as possibilidades de expansão horizontal do município. Assim, implementar o um Plano de Manejo capaz de direcionar o desenvolvimento futuro da Costa Brava é fator relevante e garantia de um cenário de conservação controlado e sustentável (Balneário Camboriú, 2018). Neste sentido o Plano de Manejo aprovado em dezembro de 2020 foi minucioso em restringir a ocupação com incentivo a construções sustentáveis.

No apêndice 2 e Anexo 16 é apresentado o “Quadro Síntese 2”, com os dados de cada trecho para:

- configuração local e usos;
- potencialidades;
- problemas;
- atividades geradoras;
- efeitos e impactos associados ao problema;
- projetos previstos ou em implantação, e;
- atores envolvidos

## Problemas

Ao longo das oficinas do Projeto Orla de BC foram identificados 84 problemas (Quadro completo de Problemas e Ações nos apêndices 1 e 3), com uma média de 13 problemas por trecho. Na Figura 36 é apresentado o número de problemas por trecho, podemos observar que 1.1. (Ponta do Malta), 1.4. (Estaleiro) e 2.1. (Barra Sul) são os que apresentam maior número de problemas (17), seguidos pelos trechos de costões rochosos 1.3. (Ponta dos Coqueiros), 1.5. (Ponta do Lobo) e 1.7. (Ponta da Tartaruga), com 16 problemas recorrentes.

Cumprе destacar que não foram apresentados em oficinas problemas referentes ao sombreamento na faixa de areia da Praia Central, tampouco levantado o assunto de falta de espaço na faixa de areia em alta temporada. Aqui se destaca que o alargamento da faixa de areia já estava dado como fato certo para o município.

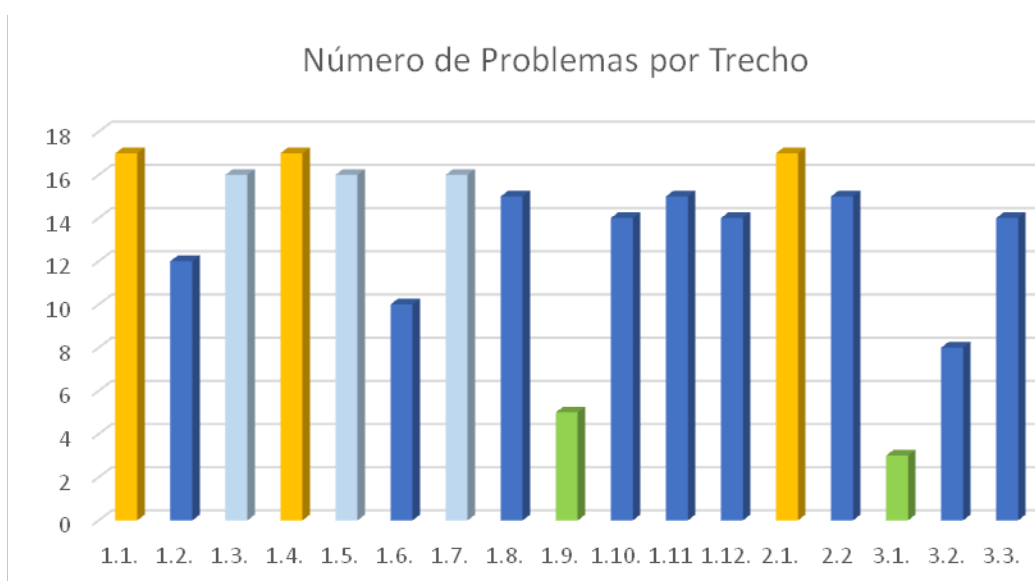


Figura 36 – Número de problemas por trechos avaliados em BC.

Destacam-se também os trechos com menor número de problemas, 3.1. e 1.9. Para o 3.1., Pontal Norte, foi citado apenas três problemas: i) Criminalidade e usos de drogas no período noturno; ii) Resíduos sólidos deixados pelos usuários que frequentam a Prainha; e iii) Risco de contaminação da água oriunda do Rio Marambaia. E para o trecho 1.9., Taquarinhas, foram citados cinco problemas: i) Acesso perigoso, precário ou



inadequado, ii) Cachorro na praia, iii) Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava, iv) Transporte público deficiente, e v) Ausência de banheiro público.

Os problemas relacionados aos trechos de costões rochosos (1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3) são semelhantes e recorrentes entre si como:

- Resíduos sólidos deixados pelos usuários;
- Risco de acidentes;
- Resíduos sólidos trazidos pelo mar;
- Invasões;
- Degradação do ambiente natural;
- Queimadas;
- Criminalidade;
- Falta de informação e sinalização;
- Pesca ilegal com rede feiticeira;
- Pesca ilegal noturna;
- Risco de acidentes com embarcações;
- Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público;
- Falta de ordenamento do espelho d'água.

No Quadro 2 são apresentados os problemas mais frequentes nos trechos de orla, a Supressão de vegetação nativa é um problema recorrente em quase 65% dos trechos, ou seja, um problema que demanda ações emergenciais. O acesso às praias também está entre os problemas mais recorrentes, em 41,2% dos trechos.

Quadro 2– Problema mais frequentes na orla de BC, conforme identificação nas oficinas do Projeto Orla.  
1= presente; 0 = ausente.

PROBLEMAS/TRECHOS	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	1.6.	1.7.	1.8.	1.9.	1.10.	1.11.	1.12.	2.1.	2.2.	3.1.	3.2.	3.3.	N	%
Supressão da vegetação nativa / de restinga	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
Acesso perigoso, precário ou inadequado	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	7	41,2
Resíduos sólidos deixados pelos usuários	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Risco de acidentes	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Resíduos sólidos trazidos pelo mar	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Invasões	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2

PROBLEMAS/TRECHOS	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	1.6.	1.7.	1.8.	1.9.	1.10.	1.11.	1.12.	2.1.	2.2.	3.1.	3.2.	3.3.	N	%
Degradação do ambiente natural	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Queimadas	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Criminalidade	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Falta de informação e sinalização	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Pesca ilegal com rede feiticeira	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Pesca ilegal noturna	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Risco de acidentes com embarcações	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Falta de ordenamento do espelho d'água	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Cachorro na praia	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4
Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5	29,4
Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4
Transporte público deficiente	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5	29,4
Falta de estacionamento público	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	4	23,5
Poluição sonora	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	23,5
Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhista	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	23,5

Outros problemas recorrentes em menos de 30% das praias merecem destaque: Cachorro na praia; Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava<sup>1</sup>; Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1); Transporte público deficiente; Falta de estacionamento público; Poluição sonora; e Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhistas.

## Potencialidades

O município de BC teve a construção do primeiro PGI em 2003, no entanto, não obteve aprovação nas instâncias seguintes do fluxograma de encaminhamento (Figura 1), a que tudo indica, devido à inexpressividade de participação social. Mesmo assim o município persistiu na qualificação da gestão de suas praias ao criar a APA da Costa Brava (supracitada), ao buscar a certificação Bandeira Azul, ao aderir ao TAGP, entre

<sup>1</sup>o Plano de Manejo foi aprovado em 2020

outras iniciativas. Dentre os desdobramentos do TAGP está a execução do Projeto Orla, com o qual, tem-se a elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI), ou revisão, como no caso de Balneário Camboriú (BC), objeto deste documento.

Balneário Camboriú, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, desenvolve dois projetos de conscientização ambiental nas praias: O Praia Limpa e o Consciência na Praia. O Projeto Praia Limpa existe desde 2010 e as barracas estão localizadas na Praia Central da Barra Sul à Norte. O Projeto visa orientar turistas e moradores quanto ao descarte ambientalmente correto dos resíduos, especialmente na orla marítima. Junto a isso, são distribuídas sacolas de papel, que são biodegradáveis e permitem a redução dos resíduos gerados na praia, e as pulseiras de identificação às crianças, que objetiva garantir a segurança das mesmas (Relatório BC/TAGP, 2019).

O Projeto Consciência na Praia tem como objetivo sensibilizar e despertar os usuários das praias e a comunidade local do Estaleiro, Estaleirinho e Taquaras a respeito das seguintes temáticas: Nossos Ecossistemas, Águas Limpas, Animais na Praia, Resíduos Sólidos e Vida na Praia. O Projeto dissemina informações científicas de forma leve, lúdica e eficiente (Balneário Camboriú, 2019).

## RENDIMENTO DO MUNICÍPIO:

Balneário Camboriú se destaca com premiações e reconhecimentos nacionais e internacionais, como:

- 2º Município com melhor IDH no estado e 4º do país [Fonte IBGE, 2010];
- 10º Município com melhor PIB per capita do estado e 188º do país [Fonte IBGE, 2016];
- 6º Município com melhor IFDM em SC e 49º no país [Fonte IFDM, 2016];
- 14º Município no ranking 100 melhores municípios bem-estar urbano [Fonte IBEU, 2016];
- Troféu Beto Carrero de Excelência no Turismo na modalidade Município Turístico [2017];
- 8º Destinos mais visitados para Lazer na demanda turística internacionais [Fonte MTUR, 2018];
- Uma das 15 cidades favoritas do Sul do Brasil [Fonte Expedia, 2018];

- Uma das 22 melhores praias do Brasil [Expedia, 2018];
- Selo Brasil Amigo da Pessoa Idosa do Ministério de Direitos Humanos [2018];
- 24° colocada no país e 3° em SC no Ranking Connected Smart Cities [Fonte Urban Systems, 2018];
- Certificado Bandeira Azul para as praias Estaleiro e Estaleirinho nas temporadas de Verão 2018/2019, 2019/2020, 2021/2022 e 2022/2023;
- Certificado Bandeira Azul para a praia de Taquaras na temporada 2022/2023;
- Uma das 26 cidades mais felizes do Brasil [Fonte Revista Bula, 2019];
- Prêmio Fiocruz Melhores Políticas Públicas do País Voltado para Idosos [2018];
- Prêmio de Direitos Humanos do Ministério de Direitos Humanos [2018]; e
- Cidade mais segura do Sul do País [Revista Exame, 2018];
- 1º lugar no Eixo meio ambiente da Connect Smart Cities [Ranking Connect Smart Cities 2021];
- 1ª Cidade a receber o Selo Município Lixo Fora d'Água da Abrelpe e ISWA [2021];
- 1ª Cidade do Estado de SC no eixo meio ambiente pelo Tribunal de Contas através do Índice da Efetividade da Gestão Municipal [2022];
- 1ª Cidade em qualidade de vida e sustentabilidade pela Revista Isto é [2022].

### Bandeira Azul

O selo internacional, Bandeira Azul, é concedido as praias e marinas que atendam a uma lista de critérios ligados a questões ambientais e qualidade da água. O Programa Bandeira Azul foi criado pela *Foundation for Environmental Education* (FEE), uma instituição internacional com integrantes representando seus respectivos países. No Brasil, o Operador Nacional do Programa é o Instituto Ambiente em Rede (IAR). As praias, marinas e embarcações inscritas no programa comprometem-se com o cumprimento de critérios propostos. Para ser certificada, a praia/marina/embarcação deve ser inicialmente aceita pelo Operador Nacional, recomendada pelo Júri Nacional e aprovada pelo Júri Internacional (Bandeira Azul, 2018).

O Júri Internacional é composto pela *Foundation for Environmental Education* (FEE), *World Conservation Union* (IUCN), *European Union for Coastal Conservation*

(EUCC), United Nations Environmental Program (UNEP), World Tourism Organization (WTO), World Health Organization (WHO), International Life Saving (ILS), International Council of Marine Industry (ICOMIA) e Reef Check Program (Bandeira Azul, 2018).

As praias de Taquaras, Estaleiro e Estaleirinho ficam na região das Praias Agrestes de Balneário Camboriú, na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa Brava, um local cercado de vegetação nativa. Há um ano, essa região tem um plano de manejo, que determina as diretrizes e regramentos para o desenvolvimento sustentável da APA.

Na temporada 2018/2019 (figura 36) as praias do Estaleiro e Estaleirinho estrearam no programa Bandeira Azul, as praias foram cadastradas na fase piloto do Bandeira Azul, e começou o trabalho para o cumprimento de todas exigências, baseadas em 34 critérios. Entre as ações para a conquista do certificado, estavam a formação do comitê gestor do programa, contratação de técnico especialista, análises de água, diagnóstico das praias e reuniões periódicas com a comunidade.

As praias do Estaleiro e Estaleirinho hastearam a Bandeira azul nas temporadas seguintes, 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022 (Figura 36) e foram aprovadas pelo júri nacional do programa Bandeira Azul para a renovação do certificado do programa para a temporada 2019/2020. Ambas as praias tiveram aprovação, pelo quarto ano consecutivo, dos júris nacional e internacional do Programa Bandeira Azul. O selo é concedido a praias e marinas que atenderam a uma lista de critérios que envolvem qualidade ambiental, segurança, bem-estar, infraestrutura, informação aos frequentadores e sensibilização ambiental.

Na temporada 2022/2023 além das praias do Estaleiro e Estaleirinho, a praia de Taquaras também recebeu a certificação que avaliou os 34 critérios exigidos pelos júris nacional e internacional (fotos abaixo).



Figura 37- Praias do Estaleiro e do Estaleirinho com a Bandeira Azul hasteada na temporada 2018/2019.  
Fonte: Balneário Camboriú, 2019.

## Estrutura Fundiária na Orla

A área na qual hoje se encontra o Município de Balneário Camboriú era ocupada, inicialmente, por índios tupis guarani. A presença dos indígenas está registrada nos sítios arqueológicos encontrados na Praia de Laranjeiras e na Ilha das Cabras, nos quais foram encontrados fósseis de 3.000 anos e sambaquis (Balneário Camboriú, 2015). Existem relatos referentes à colonização desde 1758, com algumas famílias que já moravam na margem esquerda do rio. Oficialmente, o povoamento da região ocorreu em 1826, quando Baltazar Pinto Corrêa, de origem açoriana, recebera do governo da Província de Santa Catarina esta área para povoar. Ele e a sua família fixaram residência na margem esquerda do Rio Camboriú. Mais tarde, descendentes de alemães do Vale do Itajaí e Blumenau também se dirigiram para a região, constituindo o “Arraial do Bom Sucesso”. A região se destacou como o maior produtor de café de Santa Catarina. Além desta, a exploração das jazidas de mármore, granito e calcário se



destacava na atividade econômica. Nesta época a agricultura era valorizada e a faixa litorânea, desprezada (Balneário Camboriú, 2015).

O final da década de 1920 marca um novo período para a região, com o crescente interesse pela faixa litorânea. Principalmente por banhistas do Vale do Itajaí. Foram os alemães que trouxeram para a cidade o hábito de ir à praia. Até então, o banho de mar só era conhecido como tratamento medicinal ou pesca (os colonos achavam que 'mandar alguém para a praia' era uma ofensa). Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), os alemães mantiveram-se afastados de nossa praia para não ser hostilizado, já o exército brasileiro usou os hotéis e as moradias da praia como observatórios da costa brasileira. Com o fim do conflito, reiniciou-se o fluxo turístico (Balneário Camboriú, 2015).

Foi na década de 1960 que a atividade turística tomou o maior impulso, colocando a cidade como um dos grandes centros de turismo brasileiro. O centro comercial inicia o processo de desenvolvimento. Isto já é suficiente para que em 1964 a área litorânea seja desmembrada da sua porção rural e ganhe o status de município (Balneário Camboriú, 2015).

Na década de 1970 a construção da BR-101 possibilitou o acesso entre o Sul e o Norte do país, passando exatamente na porção central do município, sendo um fator marcante para o desenvolvimento urbano. No final da década de 1970 já se contabilizavam 40 hotéis. Inicia-se também uma expansão residencial transversalmente à linha da costa, em direção às encostas dos morros (Balneário Camboriú, 2015) (Figura 38 e Figura 39).



Figura 38 - Unidade de Planejamento 02. Fonte: IBGE, S/D. - Fotografias históricas da Praia Central





Figura 39 – Fotografias históricas de praias de Balneário Camboriú. A) Praia do Estaleiro; B) Praia de Laranjeiras Fonte: IBGE, S/D.

Segundo os dados do IBGE a população estimada para 2019 em BC é de 142.295 pessoas, no último censo (2010) foram contabilizadas 108.089 pessoas, com densidade demográfica de 2.337,67 hab/km<sup>2</sup>. Cenário bem diferente do representado no PGI de 2003, com dados de 2000, a população era de 73.455 habitantes, com densidade demográfica de 1.469 hab/km<sup>2</sup>, uma das mais altas de Santa Catarina. Representava cerca de 1,4% da população catarinense. A densidade demográfica continuou e continua em vertiginoso crescimento, acompanhando o crescimento populacional motivado pela expansão do turismo.

O município de Balneário Camboriú sofre uma forte influência da população flutuante, sendo que em alta temporada a população da cidade chega a atingir 450 mil pessoas simultaneamente. A Secretaria do Turismo, por meio de estudo que utiliza a quantidade de lixo como base de cálculo (produção de lixo domiciliar por pessoa), apresenta que no ano de 2019 (ano que não teve influência de pandemia do COVID-19) 3.616.867 pessoas passaram pelo município.

Até o momento não se pode afirmar que o alargamento da Praia Central resultará em significativo aumento no número de turistas, tendo em vista que a cidade recebeu outros atrativos turísticos, bem como, acaba de sair de um período atípico (pandemia). Contudo, o turismo sol e mar teve grande aderência nesses últimos 2 anos, e acredita-se que o fluxo turístico em todo o litoral deve aumentar, especialmente o de Balneário Camboriú, capital catarinense do turismo.

Destaca-se na economia o setor secundário, cuja principal atividade é a indústria da construção civil, motivada justamente pelo turismo. O maior destaque, entretanto, é o setor terciário, com as atividades turísticas e comerciais. Atualmente, este setor é responsável por 99,21% da economia. Na década de 1990 o número de

estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços cresceu em 82,84%. O número de empresas com CNPJ atuantes em 1998 era de 4.958 (Balneário Camboriú, 2003).

Observado o histórico da ocupação, somado ao adensamento populacional e expansão da construção civil, na zona costeira, se tem como resultado inúmeros conflitos de uso em áreas da União, o que pode levar ao comprometimento da qualidade de vida e da qualidade ambiental. No Quadro 3 são apresentados alguns dos principais conflitos fundiários identificados e na Figura 23 está demonstrada a área de gestão deste plano e os limites dos terrenos da União em BC. Alguns destes conflitos poderão ser solucionados com as obras de reurbanização da Praia Central, acomodando as atividades de modo a cumprir os regramentos legais.

Quadro 3 – Principais conflitos fundiários de BC.

CONFLITO FUNDIÁRIO	ESTRUTURA FUNDIÁRIA	CATEGORIA DE USO DA UNIÃO	Trechos
Privatização (hotel) X acesso à praia	Pública, faixa de praia (bem da União)	Uso comum do povo	3.2
Ocupação (barracas de churros e milho) X usuários da praia	Pública, faixa de praia (bem da União)	Uso comum do povo	2.1, 2.2 e 1.11
Ocupação (canha de bocha) X usuários da praia	Pública, faixa de praia (bem da União)	Uso comum do povo	2.2
Ocupação (bares e restaurantes) X usuários da praia	Pública, terrenos de marinha (bem da União)	Bem dominical	1.8, 1.11

## CENÁRIOS DA ORLA

A classificação da orla integra o planejamento estratégico múltiplo, que dará subsídios para a tomada de decisões necessárias para se alcançar os cenários desejados. A construção de cenários é utilizada para descrever alternativas de futuro e baseia-se no conhecimento da situação atual (diagnóstico), para assim, se estabelecer tendências e delinear a situação desejada, que pode ser alcançada com ações de curto, médio e longo prazo (MMA/SQA, 2002).

## Unidade 01 – Costa Brava

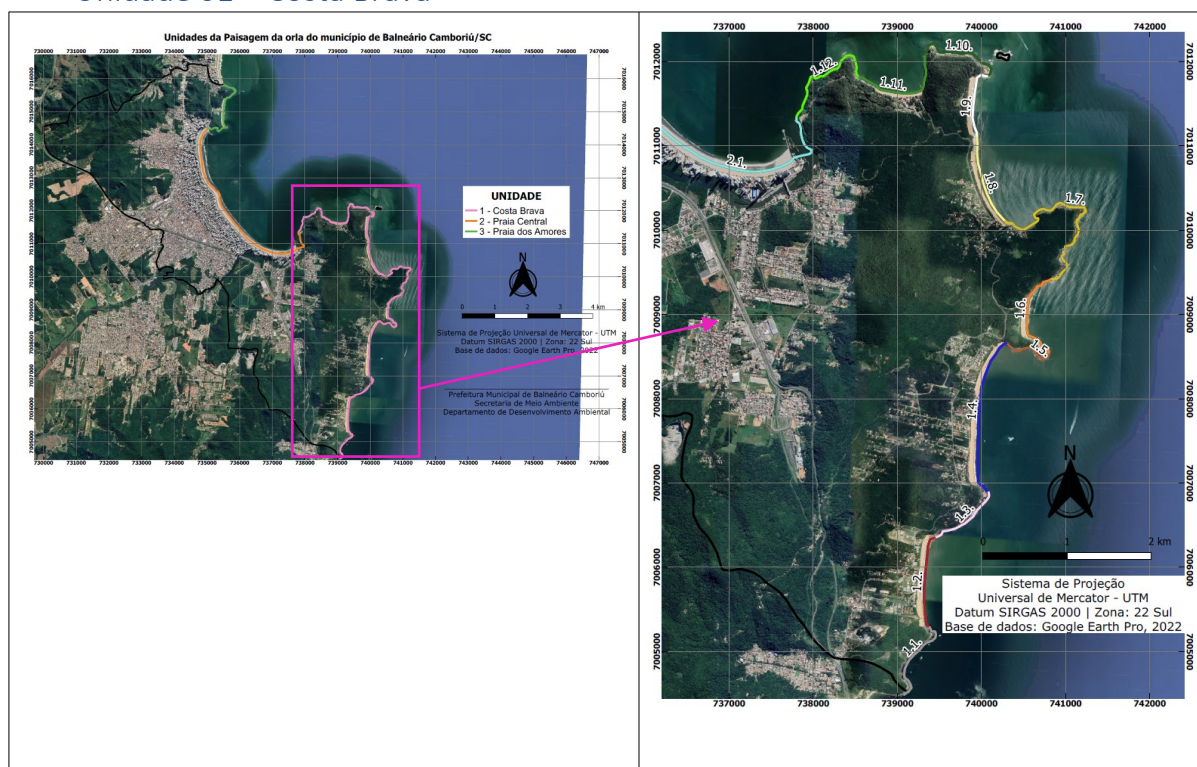


Figura 40 – Unidade 01 – Costa Brava.

### Trecho 1.1. – Ponta do Malta

#### Cenário atual

- Área de costão rochoso.
- Mar inadequado para banho e morraria com vegetação preservada.
- Propriedades privadas (casa noturna desativada, parque aquático e de entretenimento), área residencial unifamiliar e comercial próximo à rodovia.

#### Cenário tendência

- Implantação da rede coletora de esgoto. As áreas de morro tendem a se manter preservadas com baixa ocupação.
- Ampliação da área residencial e comercial próxima à rodovia. Melhorias nos empreendimentos de entretenimentos.
- Implementação de ações previstas no plano de manejo da APA da Costa Brava.

### Cenário desejado

- Plano de manejo da APA Costa Brava implementado.
- Desenvolvimento dos empreendimentos de entretenimento com infraestrutura adequada para clientes (estacionamento, disposição correta de resíduos).
- Alargamento e melhorias da rodovia interpraia devido à proximidade e acesso à BR 101.
- Ampliação da ocupação.
- Desenvolvimento urbano com residências uni e multifamiliares e mistas, obedecendo o zoneamento do plano de manejo da APA.
- Desenvolvimento de complexos hoteleiros tendo em vista a proximidade da BR 101 ser parte “central” do bairro.
- Ampliação do comércio.

Figura 40 - Trecho 1.1, Ponta do Malta, extremo sul de Balneário Camboriú

### Trecho 1.2. – Estaleirinho

#### Cenário atual

- Esportes náuticos e campeonato de bodyboard. Vegetação de restinga razoavelmente preservada. Porém, em alguns trechos a restinga sofre contaminação biológica por espécies exóticas (pinus, casuarinas e etc).
- Urbanização razoável. Residências, restaurantes e comércio em geral.
- Casas de segunda residência e casas para aluguel de temporada.
- Não existe estação de tratamento de efluentes domésticos.
- Pesca artesanal desordenada.

#### Cenário tendência

- Ocupação familiar controlada.
- Aumento no fluxo de visitantes podendo ocorrer mais pisoteamento na vegetação de restinga aumentando a degradação ambiental na vegetação próxima da praia.
- Aumento no fluxo de veículos gerando uma série de impactos.

### Cenário desejado

- Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica obedecendo o estabelecido no Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Retirada das drenagens pluviais da faixa de areia das praias com a finalidade de evitar contaminação do sedimento e da água, assim como, problemas de erosão.
- Desviar urgentemente a drenagem pluvial localizada abaixo da quadra de tênis no canto norte da praia, visto que é um atual foco de contaminação da água e da areia e coloca em risco a atual certificação de praia Bandeira Azul.
- Manter a certificação de praia Bandeira Azul.
- Levantamento dos ocupantes junto ao cadastro imobiliário da prefeitura e cadastro da SPU da Orla.
- Solicitar cessão de usos para fins públicos para criação de áreas verdes de lazer.
- Recuperar áreas de restinga nativa nos últimos acessos dos cantos norte e sul da praia.
- Eliminar as trilhas irregulares sobre a vegetação de restinga. Priorizar o uso de passarelas que minimizem o impacto sobre a vegetação.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: acessos, rampas, passarelas, duchas e lava-pés, banheiros, estacionamentos, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Termo de ajustamento para padronização de passarelas particulares ou a utilização do acesso público.
- Conclusão da rede coletora de esgoto no bairro;
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial do bairro (Elaboração de plano de drenagem).
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Pavimentação adequada para local com baixo tráfego de veículos.



- Incentivar atividades de Educação Ambiental para conscientizar um uso mais sustentável nesta área buscando o fortalecimento do ecoturismo.
- Criar um ponto de observação da cultura local (rancho da pesca da Tainha) que possa ser incluída na rota cênica do município. (verificação da regularização do rancho de pesca).
- Inibir e fiscalizar a pesca predatória ilegal principalmente as com redes “feiticeiras”.
- Manutenção das atividades e eventos aquáticos esportivos especialmente relacionados a prática de surf e body board.
- Manutenção das atividades esportivas da modalidade de vôlei.
- Adequação do posto guarda vidas no canto sul e com estrutura adequada com banheiro fora de faixa da areia de praia. Em área de terreno de marinha livre de ocupação sem restrição ambiental de acordo com o Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Em caso de aumento do fluxo de usuários de praia seja instalada uma infraestrutura de salvamento (casa guarda vidas) no canto norte da praia.
- Aumento controlado do número de turistas.
- Arborização urbana com vegetação nativa da mata atlântica.
- Padronização dos ranchos de pesca artesanal com banheiros eficientes.



Figura 41 - Trecho 1.2, Praia do Estaleirinho

### Trecho 1.3. – Ponta dos Coqueiros

#### Cenário atual

- Trecho de costão rochoso, encostas e mar agitado.
- Predomínio de residências unifamiliares em condomínios.
- Vegetação ainda preservada na maior parte do trecho, com alguns fragmentos e clareiras.
- Prática de pesca com vara e redes no costão.

#### Cenário tendência

- Construção de residências mantendo as características atuais.
- Pressão imobiliária intermediária.

#### Cenário desejado

- Manutenção da paisagem nas áreas preservadas e ocupação ordenada conforme o plano de manejo da APA da Costa Brava.



Figura 42 - Trecho 1.3, Ponta dos Coqueiros

### Trecho 1.4. – Estaleiro

#### Cenário atual

- Baixo adensamento populacional.

- Orla razoavelmente preservada.
- Poucos acessos, porém com “avenida beira mar ainda desordenada.
- Praia de “tombo” ainda preservada.
- Boa qualidade de água.
- “Duas praias em uma” característica diferentes de uso (frequência).
- Ausência de rede coletora de esgoto e distribuição e abastecimento de água deficiente.
- Alta insegurança urbana.
- Pouca Infraestrutura de apoio turístico.
- Presença de certificação de praia, Bandeira Azul.
- Ausência de sistema de drenagem.
- Baixa infraestrutura de mobilidade urbana.

#### **Cenário tendencial**

- Aumento do adensamento populacional de forma ordenada e melhora continua da qualidade da praia.
- Aumento no número de edificações com o consequente aumento da impermeabilização do solo.
- Aumento do fluxo turístico.
- Aumento do fluxo de veículos levando a mais problemas de mobilidade urbana e ambientais.

#### **Cenário desejado**

- Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica obedecendo o estabelecido no Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Retirada das drenagens pluviais da faixa de areia das praias com a finalidade de evitar contaminação do sedimento e da água, assim como, problemas de erosão.

- Recuperação da qualidade de água do rio do Porto e da galeria do Canto Sul da praia.
- Garantir a conservação da área localizada na margem sul do rio do Porto (Foz) e também na área central da praia (promontório rochoso).
- Ordenamento, regularização, adequação e padronização dos ranchos de pesca no Rio do Porto.
- Substituição da rua da Praia por acesso por passarela exclusiva para pedestres, conforme solicitado pela associação de moradores do bairro durante reuniões do comitê Bandeira Azul.
- Levantamento dos ocupantes junto ao cadastro imobiliário da prefeitura e cadastro da SPU da Orla.
- Solicitar cessão de usos para fins públicos para criação de áreas verdes de lazer.
- Restauração da vegetação de restinga sobre a atual rua da Praia e implantação de espaços de lazer e convivência anexados.
- Recuperar áreas de restinga nativa nos pontos de erosão da praia e retirar as espécies exóticas invasoras.
- Extinguir as trilhas sobre a vegetação de restinga e instalar passarelas de acesso à praia nas porções norte e sul da praia. Priorizar o uso de passarelas que minimizem o impacto sobre a vegetação.
- Manter a certificação de praia Bandeira Azul.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: acessos, rampas, passarelas, duchas e lava-pés, banheiros, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Conclusão da rede coletora de esgoto no bairro.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial do bairro.
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Pavimentação adequada para local com baixo tráfego de veículos.
- Incentivar atividades de Educação Ambiental para conscientizar um uso mais sustentável nesta área buscando o fortalecimento do ecoturismo.

- Instalação de um mirante na extremidade norte da praia com conjunto de infraestruturas de apoio para visitação com possibilidade de inclusão na rota cênica.
- Inibir e fiscalizar a pesca predatória ilegal principalmente as com redes “feiticeiras”.
- Desenvolvimento de atividades e eventos aquáticos esportivos especialmente relacionados a prática de surf.
- Desenvolvimento e elaboração de um projeto de fundo artificial para prática de surf.
- Manutenção das atividades de maratonas aquáticas (travessias).
- Melhoria na mobilidade urbana e segurança pública, incluindo vias para pedestres, calçadas, ciclofaixas e melhor transporte público.
- Aproveitar a situação atual do uso da praia e a vocação da mesma para diferenciar o uso das faixas norte e sul. Na porção norte manter a rusticidade;
- Na porção sul a vocação de convivência e mais infraestrutura, seguindo diretrizes da APA Costa Brava.
- Pavimentação de todas as ruas.



Figura 43 - Trecho 1.4, Praia do Estaleiro

#### Trecho 1.5. – Ponta do Lobo

#### Cenário atual



- Porção de costão rochoso que avança no mar coberto em parte por vegetação de mata atlântica, não possuindo ocupação urbana.
- Possui área não edificante de 80 metros a partir da LPM demarcada pela Prefeitura.

#### Cenário tendência

- Preservação dos terrenos de marinha e faixa não edificante conforme Plano de Manejo da APA Costa Brava
- Baixa ocupação com uso residencial.
- Risco de ocupação irregular e degradação ambiental.

#### Cenário desejado

- Preservação dos terrenos de marinha e faixa não edificante conforme Plano de Manejo da APA Costa Brava
- Baixa ocupação com multiuso voltado a hospedagem, entretenimento, serviços e residencial com projetos integrados a paisagem natural.



Figura 44 - Trecho 1.5, Ponta dos Lobos

#### Trecho 1.6. – Pinho

#### Cenário atual

- Praia delimitada por dois costões, norte e sul, com vegetação ainda preservada. Praia predominantemente turística com águas limpas.

- Possui ocupação com dois restaurantes e uma pousada. Um camping, duas residências e estacionamento particular.
- Acesso público livre onde o naturismo é tolerável.
- Falta de segurança nos costões e no acesso público.

#### **Cenário tendência**

- Preservação dos costões rochosos e da vegetação existente.
- Ocupação das áreas permitidas pelo plano de manejo com usos múltiplos.
- Redução da área de vegetação.
- Risco de ocupação irregular e degradação ambiental.

#### **Cenário desejado**

- Manutenção da paisagem e preservação da qualidade cênica obedecendo ao estabelecido no Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Reestabelecer a imagem depreciativa/pervertida projetada sobre a praia de naturismo por meio de fiscalização de uso e práticas. Dessa maneira, impedir as atividades inadequadas exercidas que inibem a visita de turistas e moradores locais de Balneário Camboriú.
- Reavaliar o uso naturista.
- Criar um ponto de informações turísticas com infraestrutura de base para a fiscalização de usos.
- Adequação das drenagens pluviais da faixa de areia da praia.
- Manutenção da vegetação de restinga na praia.
- Recuperar áreas de restinga nativa nos pontos de erosão da praia e retirar as espécies exóticas invasoras.
- Extinguir as trilhas sobre a vegetação de restinga e instalar passarelas de acesso à praia. Priorizar o uso de passarelas que minimizem o impacto sobre a vegetação.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: passarelas de acessos, duchas e lava-pés, banheiros, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.

- Conclusão da rede coletora de esgoto no bairro.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial.
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Inibir e fiscalizar a pesca predatória ilegal principalmente as com redes “feiticeiras”.
- Certificar a praia com o selo Bandeira azul.



Figura 44 - Trecho 1.6, Praia do Pinho

#### Trecho 1.7. – Ponta da Tartaruga

##### Cenário atual

- Localidade que avança no mar composta por costão rochoso e vegetação de mata atlântica e pastagem.
- Acesso onde há ocupação residencial com famílias tradicionais de pescadores e novos residentes.
- Vocação para mergulho autônomo e ancoragem de embarcações.
- Área da lagoa com ocupação nas margens.
- Lagoa de encontra poluída e assoreada.

##### Cenário tendência

- Preservação da faixa não edificante do costão rochoso.

- Ocupação das áreas permitidas pelo plano diretor.
- Redução da área de vegetação nativa.
- Manutenção da ocupação irregular nas margens da lagoa com poluição e assoreamento.
- Risco de ocupação irregular e degradação ambiental.

### Cenário desejado

- Desocupação das margens da lagoa.
- Despoluição e desassoreamento da lagoa.
- Criação de um parque municipal da lagoa.
- Certificação com Bandeira Azul.
- Preservação faixa não edificante dos costões.
- Baixa ocupação com multiuso voltado a hospedagem, entretenimento e serviços. Residências com projetos integrados a paisagem natural.
- Desenvolvimento de atividades de mergulho e manutenção da qualidade ambiental do local.
- Regular o uso de embarcações no canto sul da praia.
- Incrementar infraestruturas de apoio para exploração sustentável das trilhas ecológicas e incluí-las na rota cênica.



Figura 45 - Trecho 1.7, Ponta da Tartaruga

## Trecho 1.8. – Taquaras

### Cenário atual

- Arrasto com rede na praia e pesca com vara.
- Estacionamento na via com parte em obra conflituosa.
- Canto sul da praia com ocupação por restaurantes, pousadas e ranchos de pesca na beira da praia.
- Lagoa pequena com acúmulo de matéria orgânica e eventualmente com deságue no mar em eventos de precipitação extrema.
- Ao longo da praia presença de vegetação de restinga arbustiva e arbórea com trilhas desordenadas e limitadas pela rodovia.
- Rede de esgoto implementada. Ampliação de deck dos restaurantes sobre a restinga com fechamento do acesso público.
- Banheiro privado abre de acordo com a demanda do restaurante.
- Saídas de drenagem no canto norte da praia.
- Com certificação Bandeira Azul.
- Presença de guarita de madeira de guardas vidas no canto sul da praia.

### Cenário tendência

- Degradação da restinga com trilhas desordenadas.
- Implementação do plano de manejo da APA Costa Brava.
- Aumento de atividades e práticas desportivas na praia.
- Aumento expressivo no fluxo de turistas, principalmente no canto sul, com adensamento de construções.

### Cenário desejado

- Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica obedecendo ao estabelecido no Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Manter a certificação de praia Bandeira Azul.
- Recuperação da qualidade de água da Lagoa de Taquaras.



- Retirada das drenagens pluviais da faixa de areia das praias com a finalidade de evitar contaminação do sedimento e da água, assim como, problemas de erosão.
- Restauração da vegetação de restinga no canto sul da praia.
- Recuperar áreas de restinga nativa da praia e retirar as espécies exóticas invasoras.
- Extinguir as trilhas sobre a vegetação de restinga e instalar passarelas de acesso à praia. Priorizar o uso de passarelas que minimizem o impacto sobre a vegetação.
- Inserir a informação (placas) da existência de banheiro privado de uso público no acesso do restaurante Taquaras.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: acessos, rampas, passarelas, duchas e lava-pés, banheiros, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Instalação de um ponto de informações turísticas com quiosque e banheiros públicos no canto sul da praia.
- Fiscalizar efetivamente a ligação das residências na rede coletora de esgoto no bairro.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial do bairro.
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Adequar a via de acesso no canto sul priorizando os pedestres.
- Incentivar atividades de Educação Ambiental para conscientizar um uso mais sustentável nesta área buscando o fortalecimento do ecoturismo.
- Inibir e fiscalizar a pesca predatória ilegal principalmente as com redes “feiticeiras”.
- Fomentar o desenvolvimento de modalidades de esportes de areia e aquática.
- Realocação dos restaurantes que estão sobre a restinga e manutenção da paisagem natural.
- Estacionamento público ordenado e recuperação da qualidade da água da lagoa.



Figura 46 - Trecho 1.8, Praia de Taquaras

#### Trecho 1.9. - Taquarinhas

##### Cenário atual

- Área de propriedade da Caixa Econômica Federal.
- Só existe uma ocupação na área.
- Ambientalmente ainda muito bem preservada, porém apresenta algumas espécies exóticas. Destaque para pinheiros ciprestres e agave.
- O estágio avançado de recomposição da vegetação de restinga na praia, pode ser considerado como uma referência de praia sem nenhuma ocupação.

##### Cenário tendência

- A tendência é a venda de toda a área por meio de leilão público.
- A aprovação do Plano de Manejo da APA tornou possível a ocupação bastante restritiva por projetos especiais a serem avaliados pelo Conselho Gestor da APA, reforçando as normas de preservação da localidade.

##### Cenário desejado

- Área de conservação visando a manutenção da paisagem natural, sem edificações. Máximo de preservação possível.

- Criação de um Parque Natural Municipal com trilhas ecológicas com projeto de ecoturismo.
- Permanência da faixa não edificante de 300 metros.
- Aprimoramento do estacionamento e infraestrutura de visitação no mirante anexo a avenida.
- Infraestruturas necessárias apenas visando o aprimoramento do serviço de limpeza e segurança.
- Potencial ponto turístico na rota cênica do município de Balneário Camboriú.

Figura 47 - Trecho 1.9, Praia de Taquarinhas

#### Trecho 1.10. – Ponta das Laranjeiras

##### Cenário atual

- Localidade composta por costão rochoso e vegetação de mata atlântica.
- Vocação para mergulho e atividade de pesca.
- Trilhas de caminhada no costão.
- Presença poucas edificações.
- Ambiente bem preservado.

##### Cenário tendência

- Preservação da faixa não edificante do costão rochoso.
- Ocupação das áreas permitidas pelo plano diretor.
- Redução da área de vegetação nativa.
- Risco de ocupação irregular e degradação ambiental.
- Aumento no número de embarcações circulando próximo ao costão.

##### Cenário desejado

- Preservação faixa não edificante dos costões.
- Baixa ocupação de residências.
- Residências com projetos integrados a paisagem natural.

- Desenvolvimento de atividades de mergulho e manutenção da qualidade ambiental do local.
- Incrementar infraestruturas de apoio para exploração sustentável das trilhas existentes.



Figura 48 - Trecho 1.10, Ponta das Laranjeiras

#### Trecho 1.11. – Laranjeiras

##### Cenário atual

- Praia turística com baixo número de população residente, porém forte densidade comercial.
- Presença de sítio arqueológico negligenciado.
- Alta exploração turística.
- Restaurantes na linha de praia, sobre a faixa de restinga.
- Fácil acesso à praia central. Fluxo de embarcações com estrutura de apoio.
- Alto tráfego de veículos causando congestionamento em época de temporada.
- Rede de água e esgoto ainda não funcionando 100%.
- Balneabilidade e qualidade da água boa, mas com possibilidade de influência do rio Camboriú.
- Ausência de sistema de drenagem.
- Mobilidade urbana atualmente deficitária.
- Atividade de maricultura e pesca artesanal.

- Planejamento urbanístico deficitário.
- Conflitos de uso de estrutura náutica – trapiche.

### **Cenário tendência**

- Aumento do número de construções e moradores.
- Saturação da infraestrutura turística.
- Perda da qualidade ambiental da praia. Aumento do fluxo de turistas.

### **Cenário desejado**

- Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica.
- Retirada das drenagens pluviais da faixa de areia das praias com a finalidade de evitar contaminação do sedimento e da água e recuperação da restinga.
- Recuperar áreas de restinga nativa da praia e retirar as espécies exóticas invasoras (incluindo sombreiros).
- Definição do local para o pessoal da pesca.
- Planejamento da maricultura.
- Efetivar as ações citadas no PRAD de Laranjeiras que incluem o recuo dos empreendimentos sobre a praia e restinga para a recuperação das mesmas.
- Fortalecimento das atividades culturais do evento arrancadão de canoas.
- Desenvolvimento de um Centro Histórico Antropológico visando contar a história local e dos primeiros habitantes (tribos indígenas) do município.
- Potencialidade de utilização do Centro Histórico Antropológico para atividades de educação ambiental.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: acessos, rampas, passarelas, duchas e lava-pés, banheiros, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Fiscalizar efetivamente a ligação das residências na rede coletora de esgoto no bairro.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial do bairro.
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.



- Adequar acessos priorizando os pedestres.
- Incentivar atividades de Educação Ambiental para conscientizar um uso mais sustentável nesta área buscando o fortalecimento do ecoturismo.
- Desenvolvimento de atividades de mergulho e manutenção da qualidade ambiental do local.
- Regular o uso de embarcações no canto leste da praia.
- Incrementar infraestruturas de apoio para exploração sustentável das trilhas ecológicas e incluí-las na rota cênica.
- Ordenamento do uso da orla (planejamento urbano), especialmente na faixa de areia.
- Planejar e ordenar o aumento do fluxo de turistas para evitar a hiper-saturação.
- Regularização de estrutura náutica - trapiche visando atender usos múltiplos.



Figura 49 - Trecho 1.11, Praia de Laranjeiras

#### Trecho 1.12. – Aguada

##### Cenário atual

- Trecho com alta circulação de embarcações no costão e áreas privadas.
- Uso da área como mirante de observação na parte mais alta.
- Uso de pesca recreativa e maricultura.

### Cenário tendência

- A tendência é a ocupação irregular nas encostas.
- Aumento do número de embarcações circulando e até a possibilidade de criação de estruturas para atracação de navios de turismo.

### Cenário desejado

- Manutenção da vegetação existente com a retirada das espécies exóticas.
- Permanência do mirante de visitação e trilhas nos costões.
- Que seja discutido com a sociedade o possível desembarque de navios turísticos.
- Instalar placas nas trilhas do costão como instrumento de educação ambiental.

Figura 50 - Trecho 1.12, Aguada

## Unidade 02 – Praia Central

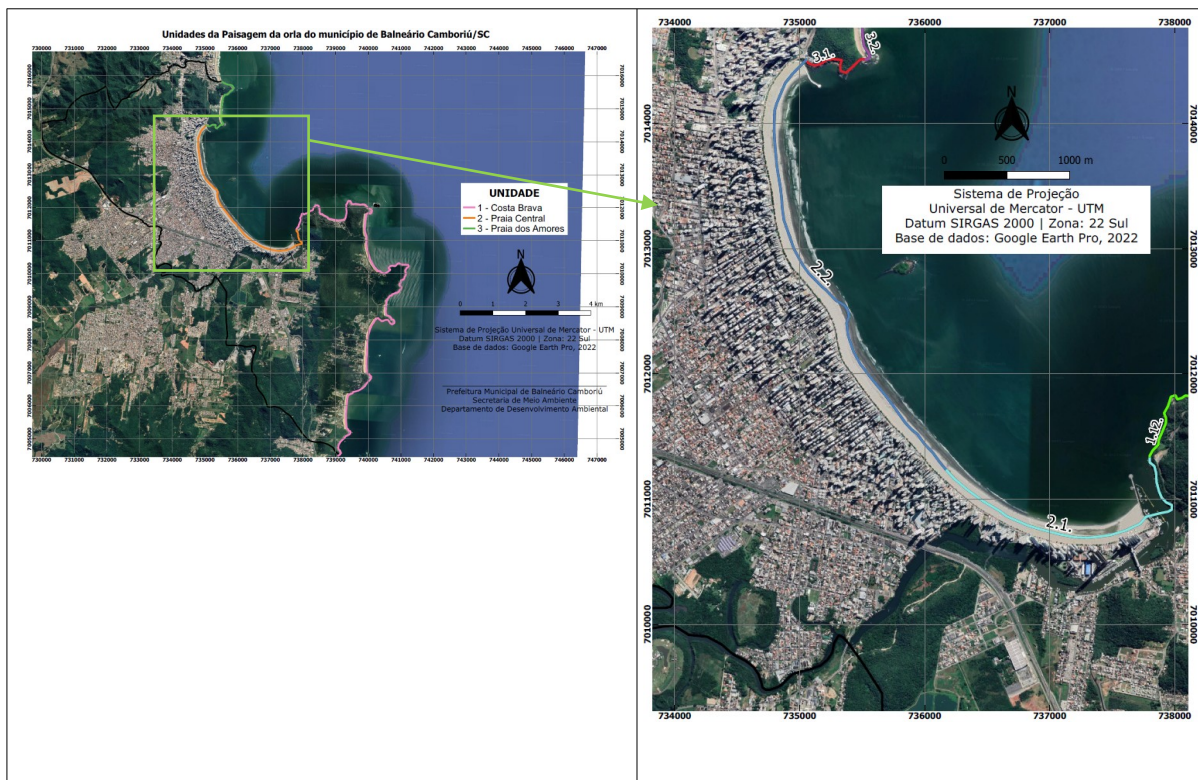


Figura 41 – Unidade 02 – Praia Central.

## Trecho 2.1. – Barra Sul

### **Cenário atual**

- Área bastante urbanizada com edifícios de alto gabarito.
- Contempla sistema de tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos e drenagem urbana.
- Sofre com eventos de maré cheia e ressacas associado a período de chuva.
- Apresenta avenida beira mar, quiosques, equipamentos turísticos e mobiliários urbano, ciclo faixa e atividades de hotelaria, gastronomia (bares e restaurantes).
- Praia possuía pequena largura de faixa de areia e elevada densidade de usuários que foi solucionada em 2021 com a obra do aterro hidráulico.
- Múltiplas atividades esportivas na faixa de areia e atividades náuticas.
- Presença de arribadas de organismos marinhos exóticos, eventos artísticos na temporada (arenas de eventos) e turismo de sol e mar.
- Atividades de pesca artesanal, marinas, estruturas de apoio náutico de pequeno e grande porte.
- Existência de molhe;
- Possui um atracadouro de barcos de pequeno e médio porte, que serve também como receptivo de embarcações de grande porte como cruzeiros.
- Festas tradicionais e patrimônios históricos, artístico e cultural.

### **Cenário tendência**

- Adensamento da ocupação urbana por edifício de elevado gabarito, saturação do sistema viário.
- Risco de processo de erosão praial e a longo prazo degradação da avenida e calçada por eventos de ressaca e marés.
- Perda da qualidade paisagística.
- Incremento de atividades turísticas e náutica.
- Perda da qualidade de água do rio Camboriú em virtude da falta de saneamento do município vizinho.
- Aumento do conflito entre moradores e praticantes de atividades esportivas na praia e na água.
- Especulação e interesses de instalação de grandes empreendimentos.

### Cenário desejado

- Aprimorar o padrão de urbanização existente buscando oferecer um maior conforto e segurança aos usuários da praia.
- Manutenção da área criada pelo alargamento da faixa de areia com objetivo de proteção costeira e disponibilidade de espaço para usos múltiplos e recuperação de restinga.
- Planejamento e ordenamento das atividades esportivas e usos diversos.
- Ampliação das calçadas para eventos multiusos.
- Conjunto de infraestruturas e equipamentos de praia com acessibilidade.
- Manter 2 faixas de rodagem. Criar 1 faixa de serviço. Criar duas 2 faixas (corrida e ciclos).
- Estruturas subterrâneas de contenção de alagamentos/drenagem.
- Incremento e criação de postos guarda vidas, saúde, estrutura de apoio para atividades esportivas e turísticas.
- Melhoria na mobilidade urbana.
- Recuperação da qualidade de água do rio Camboriú e da enseada de Camboriú.
- Manutenção da pesca artesanal, atividade permanente de desassoreamento do rio Camboriú.
- Ordenamento das atividades e tráfego/fundeio de embarcações no espelho d'água.
- Restrição a implantação de estruturas, atividades portuárias e de grande porte que venham alterar as configurações locais.
- Controle de “blooms” de espécies marinhas exóticas e invasoras.
- Criação do parque linear do rio Camboriú e manutenção dos ecossistemas adjacentes.



Figura 52 - Trecho 2.1, Barra Sul

## Trecho 2.2. – Praia Central

### Cenário atual

- Área bastante urbanizada com edifícios de alto gabarito.
- Contempla sistema de tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos e drenagem urbana. Sofre com eventos de maré cheia e ressacas associadas a período de chuva, porém com menor intensidade que o trecho 2.1.
- Apresenta avenida beira mar, quiosques, equipamentos turísticos e mobiliários urbano, ciclo faixa e atividades de hotelaria, gastronomia (bares e restaurantes).
- Praia com elevada densidade de usuários.
- Múltiplas atividades esportivas na faixa de areia e atividades náuticas.
- Presença de arribadas de organismos marinhos exóticos, eventos artísticos e esportivos (arenas de eventos) e turismo de sol e mar.
- Atividades de pesca artesanal, estruturas precárias de apoio à pesca artesanal.
- Construção do molhe do rio Marambaia.

### Cenário tendência

- Adensamento da ocupação urbana por edifício de elevado gabarito, saturação do sistema viário.



- Risco, em menor proporção do que no trecho 2.1, de processo de erosão praial e degradação da avenida e calçada por eventos de ressaca e marés. Perda da qualidade paisagística.
- Incremento de atividades turísticas e náutica.
- Perda da qualidade de água do rio Marambaia.
- Aumento do conflito entre usuários de praia e praticantes de atividades esportivas na praia e na água.
- Especulação e interesses de instalação de grandes empreendimentos.
- Aumento da Exploração comercial inadequada de atividades náuticas e esportivas e vendedores ambulantes.
- Aumento no conflito de uso na ciclofaixa e nas calçadas.

### Cenário desejado

- Aprimorar o padrão de urbanização existente.
- Manutenção do alargamento da faixa de areia com objetivo de proteção costeira e disponibilidade de espaço para usos múltiplos e recuperação de restinga.
- Planejamento e ordenamento das atividades esportivas e usos diversos.
- Ampliação das calçadas, e faixa de areia para eventos multiusos e banho/lazer.
- Conjunto de infraestruturas e equipamentos de praia com acessibilidade.
- Manter 2 faixas de rodagem. Criar 1 faixa de serviço. Criar duas 2 faixas (corrida e ciclos).
- Estruturas subterrâneas de contenção de alagamentos/drenagem.
- Incremento e criação de postos guarda vidas, saúde, estrutura de apoio para atividades esportivas, turísticas e de salvamento com embarcação.
- Melhoria na mobilidade urbana.
- Recuperação da qualidade de água do rio Marambaia e da enseada de Camboriú.
- Manutenção da pesca artesanal.
- Ordenamento das atividades e tráfego/fundeio de embarcações no espelho d'água.

- Restrição a implantação de estruturas, atividades portuárias e de grande porte que venham alterar as configurações locais.
- Controle de “blooms” de espécies marinhas exóticas e invasoras.
- Criação do parque linear do rio Marambaia e manutenção dos ecossistemas adjacentes.



Figura 53 - Trecho 2.2, Praia Central

### Unidade 03

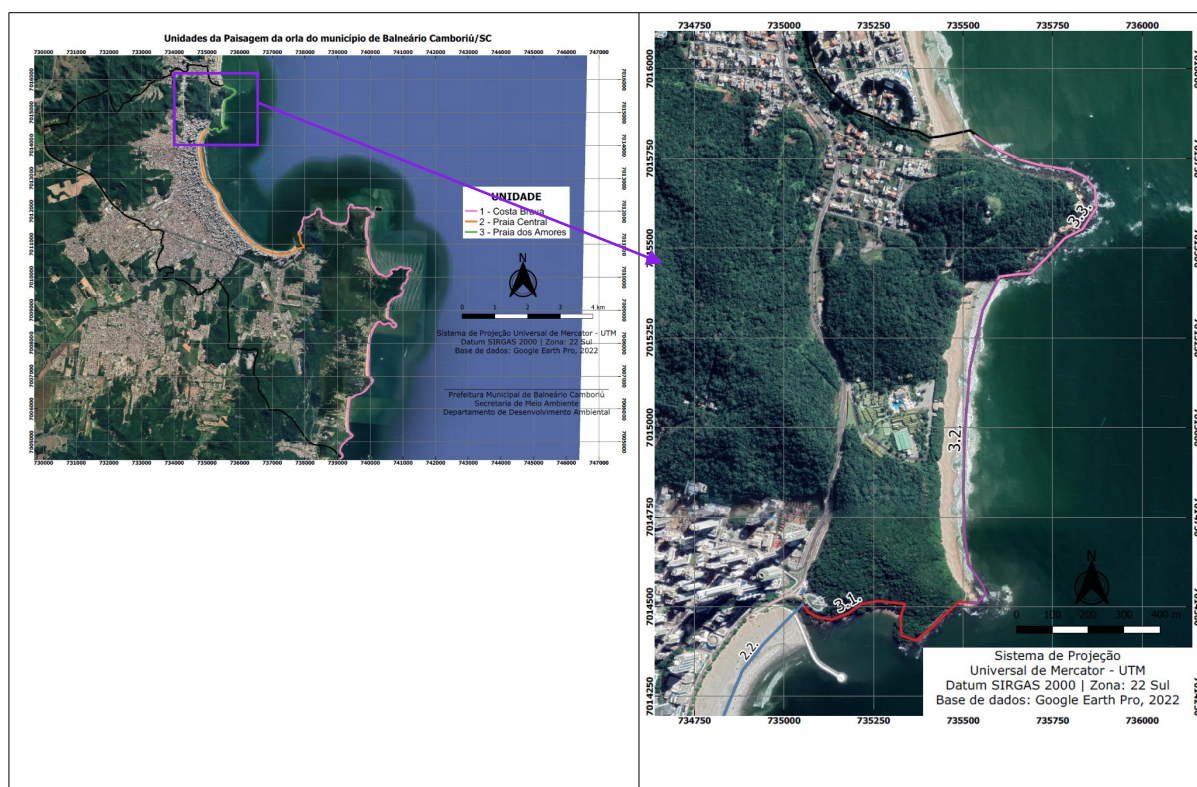


Figura 42 – Unidade 03 –Praia dos Amores.

### Trecho 3.1. – Pontal Norte (3.1, 3.2, 3.3)

#### Cenário atual

- Área de baixa ocupação, coberta por vegetação.
- Passarelas e trilhas de acesso.
- Equipamentos públicos, de lazer, segurança e uma residência e uma edificação mista.
- O trecho é composto por costão rochoso e pequena faixa de areia (prainha).
- Uso de pesca amadora.
- Roda gigante.

#### Cenário tendência

- Aumento da visitação.
- Implantação de novos equipamentos turísticos.
- Perda de vegetação por uso irregular.
- Diminuição da segurança.

### Cenário desejado

- Manter a área de baixa ocupação, manter a cobertura vegetal.
- Manter as passarelas e aprimorar as trilhas de acesso.
- Manter os equipamentos públicos, de lazer e segurança.
- Transformar as edificações existentes em estruturas de uso público.
- Manter as características naturais e paisagísticas do local.
- Uso de pesca amadora.
- Aumento da visitação.
- Implantação de equipamentos turísticos.
- Aumentar a segurança.
- Manutenção das características naturais da praiha recuperando a qualidade da água.



Figura 56 - Trecho 3.1, Pontal Norte

### Trecho 3.2. – Praia do Buraco

#### Cenário atual

- Praia bem preservada.
- Presença de um hotel de alto padrão que dificulta o acesso público de carro.
- Faixa de areia em frente ao hotel sendo utilizada exclusivamente pelos hóspedes do hotel.
- Não possui infraestrutura para usuários que não estão hospedados no hotel.

### Cenário tendência

- Que o trecho continue sendo explorado apenas pelo hotel, podendo gerar conflitos com usuários que não estão hospedados no hotel.
- Manter o ambiente preservado considerando que o hotel é proprietário da maior parte do trecho.

### Cenário desejado

- Manutenção do ambiente natural preservado.
- Implantação de infraestrutura básica para atendimento aos turistas que não estão hospedados no hotel.
- Conter possíveis tentativas de ampliação do hotel.
- Resolução do conflito de uso da faixa de areia em frente ao hotel, permitindo que qualquer usuário possa ficar nessa área.
- Que seja melhorado o acesso para praia para quem vai de carro.



Figura 57 - Trecho 3.2, Praia do Buraco

### Trecho 3.3. – Praia dos Amores

#### Cenário atual

- Trecho com costão rochoso (morro do careca), porém, com residências na parte próxima a estrada da Rainha.



- Morro do careca é utilizado como mirante e ponto de decolagem para voo livre  
Ambiente relativamente bem preservado.

### Cenário tendência

- A tendência é o aumento do número de residências nos lotes ainda disponíveis no bairro.
- Aumento no número de turistas e usuários no morro do careca, buscando a contemplação da natureza e prática de voo livre.
- Maior pressão na vegetação existente no morro do careca.

### Cenário desejado

- Proporcionar uma ocupação ordenada.
- Preservar o morro do careca dotando de infraestrutura para os turistas.
- Manter a vegetação nativa do morro.
- Aprimorar a segurança.
- Compatibilização de ações com o município de Itajaí;



Figura 58 - Trecho 3.3, Praia dos Amores

Ao que importar ações de recuperação de vegetação nativa e de educação ambiental, as ações serão em concordância com Lei n 12.651/2012, bem como Lei 11.428/2006 e resoluções pertinentes ao objeto pretendido.

### AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

Totalizaram 124 ações e medidas elencadas para a resolução dos 84 problemas identificados, apresentadas de forma completa nas tabelas Excel do PGI constantes no dossiê. Os quadros com a i) síntese dos problemas dos trechos e ações relacionadas (“Quadro 4”), e com as ii) ações e medidas, finalidade, duração e responsável (“Quadro 5”), são apresentados Anexo 17 e Anexo 18, respectivamente, bem como no apêndice 3, devido ao tamanho. Neste sentido, abordamos aspectos gerais para um panorama sobre o número de ações e medidas previstas por trecho e as mais recorrentes.

Os trechos 1.4. e 2.1. são os que compreendem maior número de ações e medidas, 31 e 30 respectivamente, e estão entre os com maior número de problemas, corroborando com o resultado obtido. O trecho 3.1. é o com o menor número de ações previstas (4), seguido pelo 1.9. Taquarinhass, com nove ações previstas, o que está de acordo com o levantamento dos problemas, que também são poucos para estes trechos. Na Figura 43 é apresentado o número de ações e medidas por trecho de planejamento analisado com o Projeto Orla BC.

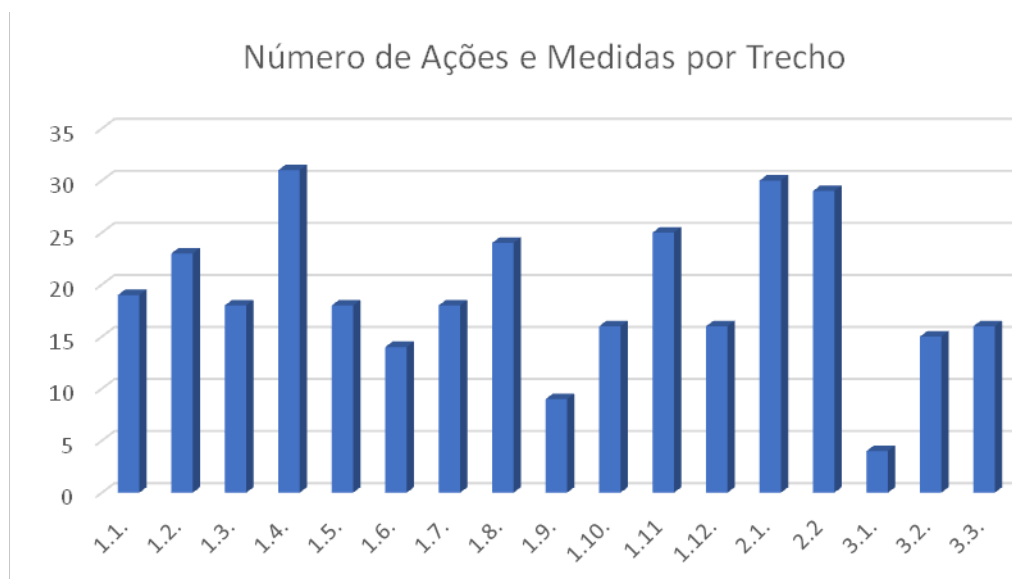


Figura 43 – Gráfico com o número de ações e medidas definidas por trecho de orla de BC.

Como pode ser observado no Quadro 4, das 124 ações e medidas, quatro devem ser empregadas em 64,7% dos trechos (11), são elas:

- Remoção de espécies exóticas;
- Cercamento de áreas a serem recuperadas;

- Reintrodução de espécies nativas;
- Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.

Outras 11 ações e medidas recorrem em 41,2% dos trechos (7): Campanha de educação ambiental e conscientização; Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio; Implantação do Programa Resíduos sólidos fora d'água; elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar; Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes; Programa de monitoramento de recursos hídricos; Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e Interpraia; Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região; Instalação de infraestruturas informativas; Incremento da fiscalização ambiental marinha; e Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho (Quadro 4).

Quadro 4– Ações e medidas recorrentes para 64,7% e 41,2% dos trechos de orla de BC. 1= presente; 0 = ausente.

N	AÇÕES E MEDIDAS	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	1.6.	1.7.	1.8.	1.9.	1.10.	1.11.	1.12.	2.1.	2.2.	3.1.	3.2.	3.3.	Trecho / Ação	%
102	Remoção de espécies exóticas;	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
103	Cercamento de áreas a serem recuperadas;	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
104	Reintrodução de espécies nativas.	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
105	Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
109	Campanha de educação ambiental e conscientização	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
113	Implantação do Programa Resíduos sólidos fora d'água.	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
114	Elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar.	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
116	Programa de monitoramento de recursos hídricos	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
117	Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2

N	AÇÕES E MEDIDAS	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	1.11	1.12	2.1	2.2	3.1	3.2	3.3	Trecho / Ação	%
	a região da APA e Interpraia																			
118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
119	Instalação de infraestruturas informativas	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
120	Incremento da fiscalização ambiental marinha	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
122	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2

Ações e medidas como: Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas); Educação e conscientização da comunidade local e turística; criação de um *dog park* na APA Costa Brava; Castração/vacina e fiscalização; Cobrar um plano de trabalho do Conselho Gestor da APA buscando a finalização do processo; Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas; Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus, são citados para 29,4% (5) dos trechos de BC. E outras seis ações são citadas para 23,5% dos trechos (Quadro 5):

- Demarcação de locais para estacionamento público;
- Estímulo ao transporte alternativo (ciclovía, transporte público);
- Instalação de paraciclos/bicicletário;
- Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;
- Instalação de placas informativas sobre o tema;
- Implantação de boias sinalizadoras.

Quadro 5– Ações e medidas recorrentes para 29,4% e 23,5% dos trechos de orla de BC.

N	AÇÕES E MEDIDAS	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	1.11	1.12	2.1	2.2	3.1	3.2	3.3	Trecho / Ação	%
4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4
16	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas;	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4
17	Criação de um dog park na APA	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4

[illegible]

## SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES

A história da Zona Costeira (ZC) brasileira tem início a partir da década de 1960. A Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM) foi criada em 1974, para implementar programas de Zoneamento da ZC junto aos órgãos estaduais (Gruber et al., 2003). No Brasil, a ZC é Patrimônio Nacional conforme os termos do § 4º do art. 225 da Constituição Federal, devendo ter uma ocupação e exploração sustentável (Brasil, 1988a).

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Lei nº 7.661/88, Decreto nº 5.300/04, define ZC como o espaço geográfico de interação do ar, mar e terra, composta por uma faixa marítima e uma terrestre (BRASIL, 1988b). Estabelece o limite o espaço de 12 milhas náuticas medidas a partir da linha de base, para a **faixa marítima**, como e, o espaço ocupado pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos costeiros, para a **faixa terrestre** (Brasil, 2004) (Figura 44).

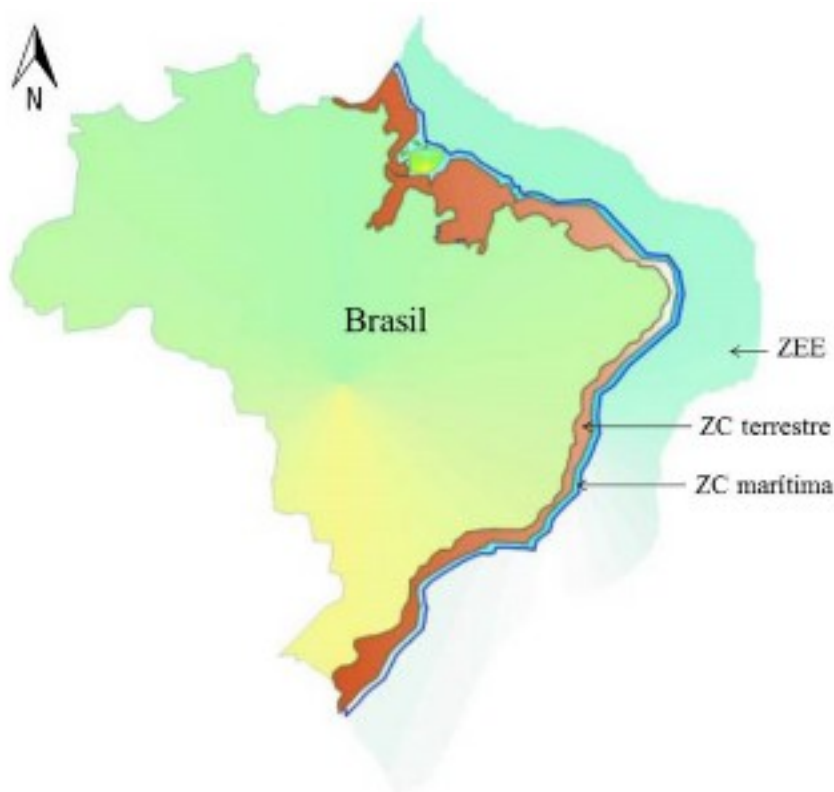


Figura 44 - Delimitação da ZC brasileira: faixa terrestre, faixa marítima e Zona Econômica Exclusiva. Fonte: Cristiano (2014) adaptado de MMA/SQA (2002).



Na ZC está inserida a orla marítima, que consiste em uma unidade geográfica de interface entre a terra e o mar, com fenômenos de ambos os ambientes em interação (BRASIL, 2004). Na ZC inserem-se também os terrenos de Marinha, que correspondem a uma faixa de 33 m, medidos para a terra da posição da linha da preamar média de 1831, em áreas situadas no continente, na costa marítima e nas margens dos rios, lagos e as que contornam as ilhas, situadas em zona onde se sinta influência das marés (BRASIL, 1946).

A Lei Nacional do Gerenciamento Costeiro institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que estabelece normas para a gestão da costa brasileira. É responsabilidade do PNGC a gestão da costa, sua proteção ambiental e orientação para a utilização racional dos recursos naturais, para a elevação da qualidade de vida, e a proteção do patrimônio; e instrumentos (BRASIL, 1988B). O Segundo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II) busca adequar o PNGC as novas demandas. O PNGC II estabelece a descentralização da gestão da ZC (CIRM, 1997).

A Lei Nacional de Gerenciamento Costeiro especifica ainda que estados e municípios poderão instituir seus próprios Planos de Gerenciamento Costeiro, através de lei, conforme normas e diretrizes do PNGC e o disposto na lei. O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO/SC) de Santa Catarina foi legalmente instituído em 2005.

Dentre os instrumentos legais disponíveis para a gestão do ambiente costeiro brasileiro destacamos o Projeto Orla, que consiste em uma ação integrada do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria do Patrimônio da União, para aperfeiçoar o ordenamento da orla, compatibilizando políticas ambiental, urbana e patrimonial. Os limites de orla e classificações definidas no Projeto Orla são regulamentados pelo Decreto Federal nº 5300 de 8 de dezembro de 2004.

O Projeto Orla está inserido no Plano de Ação Federal da Zona Costeira (PAF-ZC) desde sua segunda versão (2005). Este documento visa o planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação e estabelecendo o referencial acerca da atuação da União na região.

## Base legal existente que permita implantar as ações normativas

O Brasil possui uma série de normas, leis, decretos e resoluções que, regulam usos e atividades na costa, além da Lei Nacional de Gerenciamento Costeiro (Scherer et al., 2009). Importante ressaltar que o Projeto Orla é uma diretriz importante para o planejamento da zona costeira, mas por si só não aprova a implantação das ações e obras nele indicadas, sendo necessário a submissão as legislações existentes nas diferentes esferas.

### Legislação Federal

Constituição de 1988

#### Leis

Lei 7.661/88 - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)

Lei 9.636/98 - Lei Patrimonial da União

Lei nº 9.795/1999- Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Lei nº 9.985/2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação –SNUC.

Lei nº 9.984/2000- Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA.

Lei nº 10.257/2001- Estatuto da Cidade.

Lei nº 10.233/2001- Dispõe a reestruturação de transportes aquaviários e terrestres e cria o Conselho Nacional de Integração de Política de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Lei nº 11.428/2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção de vegetação nativa do Bioma de Mata Atlântica.

Lei nº 11.445/2007 – Institui as Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico.

Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Instituto Chico Mendes; e dá outras providências.

Lei nº 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Lei nº12.651/2012 – Código Florestal

Lei 13.139/2015 - Lei Patrimonial da União

Lei 13.240/2015 - Lei Patrimonial da União

## **Decretos**

Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1934 - Código de Águas.

Decreto nº 85.206, de 25 de setembro de 1980. Altera o artigo 8º do Decreto nº 76.389, de 3 de outubro de 1975, que dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição Industrial.

Decreto nº 3.725/2001 – Regulamenta a Lei nº 9636/98.

Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC, e dá outras providências.

Decreto nº 4.281/2002 - Regulamenta a lei 9.795/1999.

Decreto Federal que Regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. 2004.  
Decreto nº 5.300 de 07 de dezembro de 2004.

Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004. Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.

Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.

Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

## **Portarias**

Portaria 113/2017 - Aprova o Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP)

Parecer jurídico que aprova a minuta do TAGP

Portaria 4.192/2018 - Institui o Núcleo de Gestão de Praias na SPU (NUGEP)

Portaria 6.446/2018 - Altera a Portaria 4.192/2018

Portaria 1/2014 - Normatiza as Permissões de Uso para Eventos em áreas da União

Portaria 440/1996 - Institui o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco)

### **Resoluções**

CIRM. Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (1997). Resolução n. 5, de 03 de dezembro de 1997.

CONAMA n° 237/1997;

CONAMA n° 274/2000

CONAMA n° 357/2005

CONSEMA n° 08/2012

CONSEMA n° 98/2017

CONSEMA n° 99/2017

### **Legislação Estadual**

#### **Leis**

Lei nº 11.986, de 12 de novembro de 2001. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e adota outras providências.

Lei n. 13.553, de 16 de novembro de 2005. Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Lei nº 13.558/2005 - Política Estadual de Educação Ambiental

Lei nº 14.675/2009 – Institui o Código do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

#### **Decretos**

Decreto n. 3.077, de 20 de abril de 2005 Institui a Comissão Estadual para o Desenvolvimento do Projeto Orla.

Decreto n. 4.015, de 16 de fevereiro de 2006. Altera o Decreto n. 3.077, de 20 de abril de 2005;

Decreto nº 3.726/2010 que regulamenta o Program Estadual de Educação Ambiental

Decreto n. 5.010, de 22 de dezembro de 2006. Regulamenta o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Decreto n. 2.955/2010 que regulamenta o processo de licenciamento ambiental;

Decreto n. 867/2020 que institui o Núcleo Interinstitucional para a Gestão e o Planejamento Ambiental do estado;

#### Base Institucional Local para Executar as Ações Previstas

Secretaria Municipal de Controle Governamental e Transparência Pública

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal da Fazenda

Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Obras

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Gestão Orçamentária

Procuradoria-Geral do Município

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Segurança Pública

Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

Empresa Municipal de Água e Saneamento (EMASA)

Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Balneário Camboriú (COMPUR)

Batalhão de Polícia Ambiental

## Fóruns de decisão existentes no município

### **Legislativo**

Câmara Municipal de Balneário Camboriú

### **Conselhos Administrativos**

Conselho da Cidade

Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA

Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta

Conselho Municipal de Contribuintes

FUNSERVIR - Conselho Administrativo

Conselho Gestor do BC Criativo

### **Conselhos de Direito**

Conselho de Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB

Conselho de Alimentação Escolar - CAE

Conselho da Comunidade - CCCBC

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMH

Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (art. 19) - CONDECON

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos Humanos - CMDH

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência- CMDPD

Conselho Municipal de Direitos da Mulher - COMUM

Conselho Municipal de Educação - CONSEME

Conselho Municipal de Esportes de Balneário Camboriú - CMEBC

Conselho Municipal da Economia Solidária - CMES

Conselho Municipal do Idoso de Balneário Camboriú - CMIBC

Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA

Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC

Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD

Conselho Municipal de Proteção Animal - COMPA



Conselho Municipal da Juventude - COMJUV

Conselho Municipal da Saúde - COMUS

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEAN

Conselho Municipal de Segurança e Incolumidade Pública - COMSEP

Conselho Municipal de Trânsito (art. 63 a 65) - COMTRAN

Conselho Municipal de Turismo - COMTUR

Conselho Municipal de Relações Internacionais e Federativas - CMRIF

Conselho Municipal de Transparência e Controle Social - CMTC

### Instrumentos Gerenciais e Normativos Locais Existentes

- Lei Orgânica do Município de Balneário Camboriú - A Constituição do município fornece suporte legal a todas as ações e diretrizes municipais a serem implementadas no processo de construção do Planejamento Urbano, desenvolvimento, proteção ambiental, administração pública entre outros.
- Lei Municipal nº: 301/1974 - Código de Obras.
- Lei Nº 2686, de 19 de dezembro de 2006 - "Dispõe sobre a revisão do plano diretor do município de Balneário Camboriú".
- Lei Nº 2794, de 14 de janeiro de 2008. "Disciplina O Uso E A Ocupação Do Solo, As atividades de urbanização e dispõe sobre o parcelamento do solo no território do município de Balneário Camboriú."
- Lei municipal nº 2494/2008 – Dispõe sobre usos e ocupação do solo e parcelamento.
- Decreto Nº 9.429, de 06 de junho de 2019. "Cria a Comissão do "Projeto Orla", nomeia seus integrantes, e dá outras providências".
- Lei nº 1985 de 12 de julho de 2000 - cria a Área de Proteção Ambiental Costa Brava"- APA, e dá outras providências
- Decreto nº 7876, de 24 de agosto de 2015 - nomeia membros do conselho gestor da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava - APA, e dá outras providências.

- Decreto Nº 8121, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre a denominação da Costa das Orquídeas, e dá outras providências.
- TAGP.

#### Material técnico-científico disponível

No dossiê da orla de BC são disponibilizados alguns materiais relevantes de conhecimento técnico e científico existentes para a orla em questão como:

- PGI 2003,
- Artigos científicos,
- Plano de Manejo da APA Costa Brava,
- Instrumentos/Planos estaduais,
- Legislação,
- Etc.

## CRONOGRAMA

O cronograma geral está disponível dividido nos apêndices 1 e 4, e em sete (07) períodos no Anexo 19:

- i. Imediato a 6 meses – curto prazo;
- ii. Permanente – curto prazo;
- iii. Até 18 meses – curto prazo;
- iv. Até 24 meses – médio prazo;
- v. Até 36 meses – médio prazo;
- vi. Até 48 meses – longo prazo;
- vii. Outros prazos.

Ressalta-se que as ações e medidas relacionadas ao ordenamento espacial aquático devem contemplar consulta ou participação da Capitania dos Portos no que couber. Assim como as ações e medidas relacionadas ao planejamento e execução de atividades em áreas sob-regramento legal patrimoniais deverão considerar consulta ou participação da SPU no que couber. Ademais, todas as ações passíveis de licenciamento ambiental, dentre outros processos autorizativos devem passar por seus ritos. Alterações nas ações da área de gestão devem ser respaldadas pelo Comitê Gestor Municipais da Orla.

O órgão municipal ambiental, SEMAM, possui competência e capacidade para licenciamento ambiental, nos termos da resolução 99/2017 do CONSEMA.

O cronograma para um ano de execução é apresentado na Quadro 6, abaixo. Observa-se a repetição de algumas ações devido à área de atuação e responsáveis envolvidos, que podem ser relacionados às ações pela numeração disponível em diferentes formatos: Anexo 15, Anexo 17 e Anexo 18.

Quadro 6- Cronograma de um ano – PGI Balneário Camboriú – Agenda Imediata. Observação: algumas ações se repetem por estarem relacionadas a problemas e/ou trechos distintos, verificar pela numeração nos quadros anexados.

n	AÇÕES E MEDIDAS	Imediato	Permanente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
124	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa														
45	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água														
83	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;														
99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;														
26	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.														
31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.														
37	Criar alvará específico com limite por praia;														
38	Regularização e revisão do número de pontos de milho e churros														
68	Solicitar o aumento do policiamento militar na área;														
69	Solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal														
98	Elaborar programa de educação ambiental														
109	Campanha de educação ambiental e conscientização														
110	Aumento de Fiscalização policial.														
111	Criação e fortalecimento da rede de vizinhos														
112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.														
115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes														
120	Incremento da fiscalização ambiental marinha														
121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)														
58	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade														
74	Buscar o termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até a reurbanização da praia;														
15	Inserir o passeio turístico Interpraias na rota do Citytour.														
46	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;														
50	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA														
62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado														

n	AÇÕES E MEDIDAS	Imediato	Permanente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);														
73	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;														
23	Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá														
21	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc).														
64	Instalar mais postos guardas vidas;														
66	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal);														
14	Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo;														
63	Instalação de boias (200m);														
65	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;														
5	Oficiar o hotel existente, solicitando o cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo.														
6	Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo.														
7	Poder público municipal solicitar a SPU intervir/fiscalizar o uso irregular dos terrenos de marinha de área comum do povo (hotel).														
8	Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor														
24	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão.														
25	Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes														
60	Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TAGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.														
108	Cobrar limpeza pública														
44	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga;														
82	Elaborar e executar o PRAD;														

n	AÇÕES E MEDIDAS	Imediato	Permanente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
85	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;														
86	Instalação de placas informativas sobre o tema;														
113	Implantação do Programa Lixo fora d'água.														
114	Elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar.														
116	Programa de monitoramento de recursos hídricos														
118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região														
119	Instalação de infraestruturas informativas														
123	Implantação de boias sinalizadoras														
34	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais do local														
22	Ação de limpeza e revitalização da lagoa.														
88	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade;														
89	Fiscalizar a instalação de publicidade na praia;														
32	Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;														
10	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;														
49	Construção de banheiro público														
81	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;														



## Referências citadas

- AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ. 2019. RELATÓRIO DE CONSULTORIA. Oficinas para a IIa Revisão do Plano de Gestão Integrada (PGI) do Projeto Orla de Balneário Camboriú. 25p.
- Balneário Camboriú. 2003. PLANO DE INTERVENÇÃO NA ORLA MARÍTIMA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Versão preliminar. 89p.
- Balneário Camboriú. 2015. Prefeitura. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico Disponível em: <http://www.secturbc.com.br/tb2013/pt-br/dicas>.
- Balneário Camboriú. 2018. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA – Costa Brava. Ecolibra: 708p.
- Balneário Camboriú. 2019. Estaleiro e Estaleirinho são aprovadas novamente por júri nacional do Bandeira Azul. Disponível em [https://www.bc.sc.gov.br/imprensa\\_detalhe.cfm?codigo=25656](https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=25656)
- Balneário Camboriú. 2019. Relatório anual do TAGP. 101P.
- Bandeira Azul. 2019. As Praias do Estaleiro e do Estaleirinho hastearam Bandeira Azul na TEMPORADA 2018/2019 [www.bandeiraazul.org.br](http://www.bandeiraazul.org.br)
- Brasil- Governo Federal. 1988a. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília, DF. <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7661.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm)>> Acesso em jan. 2018.
- Brasil- Governo Federal. 1988b. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>> Acesso em jan. 2018.

Brasil. 2004. Decreto Federal que Regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro Decreto n. 5.300 de 07 de dezembro de 2004. Brasília, DF: Senado, 2004. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm)> Acesso em: 20 abr. 2012.

CIRM. Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (1997). Resolução n. 5, de 03 de dezembro de 1997. Brasília, DF: Comissão Interministerial de Recursos do Mar, 1997. Disponível em: <[www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=13&lang=>](http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13&lang=>)> Acesso em: 20 abr. 2012.

Cristiano, S.C. 2014. Diagnóstico Ambiental Como Subsídio Para O Planejamento Costeiro: Abordagem sobre os Conflitos de Uso na Orla do Balneário Camacho, Jaguaruna/SC. Dissertação de mestrado – PPGGEO/UFRGS. 83p.

Cristiano, S.C. 2018. Interfaces entre a geoconservação e a gestão costeira no município de Araranguá -SC. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174509/001063500.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 13 de maio de 2022

Dias, G.F. Pegada ecológica e sustentabilidade humana. São Paulo: Gaia, 2002.

Ferreira, J.C.; Silva, L.; Polette, M. (2009) – The Coastal Artifilization Process. Impacts and Challenges for the Sustainable Management of the Coastal Cities of Santa Catarina (Brazil). Journal of Coastal Research (ISSN 0749-0258), SI(56):1209-1213. Disponível online em [http://e-geo.fcsh.unl.pt/ics2009/\\_docs/ICS2009\\_Volume\\_II/1209.1213\\_J.C.Ferreira\\_ICS2009.pdf](http://e-geo.fcsh.unl.pt/ics2009/_docs/ICS2009_Volume_II/1209.1213_J.C.Ferreira_ICS2009.pdf)

GERCOS/SC. Entendendo o processo de gerenciamento costeiro para o litoral de Santa Catarina. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente. Florianópolis, 2004.

Gruber, N. L. S.; Barboza, E. G.; Nicolodi, J. L. Geografia dos Sistemas Costeiros e Oceanográficos: Subsídios para Gestão Integrada da Zona Costeira. Gravel, v. 1, p. 81-89, 2003.

MMA; MPOG - Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2002) – Projeto Orla: Fundamentos para Gestão Integrada. 74p., Secretaria de Qualidade Ambiental, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil. Disponível online em [http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/\\_arquivos/11\\_04122008111238.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/11_04122008111238.pdf)

MMA; MPOG - Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2005) – Projeto orla: guia de implementação. 36p., Secretaria de Qualidade Ambiental, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil. Disponível online em [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spu/publicacoes/081021\\_pub\\_projorla\\_guia.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spu/publicacoes/081021_pub_projorla_guia.pdf)

Polette, M. Turismo e indicadores ambientais: uma chance para alcançar a sustentabilidade? In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO ECONÔMICOS DO PANTANAL. 4., 2004, Corumbá, MS. Anais... Mato Grosso do Sul: SAIMPAN, 2004. Disponível em: <  
<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/palestras/MarcusPollet e.PDF>>

Polette, M.; Silva, L.P. 2003 - GESAMP, ICAM e PNGC - Análise comparativa entre as metodologias de gerenciamento costeiro integrado. Ciência e Cultura (ISSN:0009-6725), 55(4):27-31, Campinas, SP, Brasil. Disponível online em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v55n4/a17v55n4.pdf>

Portmann, M.E; Dalton, T.M.; Wiggin, J. 2015. Integrated Coastal Zone Management: Is It Past Its Prime? *Environment Magazine*, 57(2): 28-36.

SPG/SC - Secretário de Estado do Planejamento de Santa Catarina. 2010. Implantação do plano estadual de gerenciamento costeiro. Fase I 1. Plano de Gestão Setor Litoral Centro-Norte. 81p.

SCHERER, M.E.G.; SANCHES, M.; NEGREIROS, D. Gestão das Zonas Costeiras e as Políticas Públicas no Brasil: um diagnóstico. In: Juan Manuel Barragan Muñoz; Pedro Arenas Granados; Juan Adolfo Chuca Ruiz; Javier Garcia Onetti; Javier Gacia Sanabria. (Org). *Manejo Costero Integrado y Política Pública en Iberoamerica: un diagnóstico. Necesidad de Cambio*. 01 ed. Espanha: Red Ibermar (CYTED), 2009, v01, p 291-330

## ANEXOS

Anexo 1 - Lista de Presença 07 de março de 2019.

<p><b>Lista de presença da 1ª Reunião da Comissão Técnica do Projeto Orla – Balneário Camboriú</b>  <b>Data : 07 de março de 2019. Local: Sala de reuniões da Secretaria do Meio Ambiente, Parque Raimundo Malta, SC.</b></p>			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço eletrônico
Eduarda Montella	SEMAM	(47) 996443083	projeto_orla@sc.gov.br
Ignilia B. Torres	SEMAM	(47) 99673.8412	projeto.semam@sc.sc.gov.br
Maria Helena	Setor	(47) 999442846	maria.helena@sc.gov.br
POES RAUOS DE LAUROS	FUEBC	(47) 984160180	projeto.rauofuebc@sc.gov.br
Edna Massa	INSTRUTORA PD	(47) 9994431212	edna@sc.gov.br
Adriana Zimmerman	SEMAM	479999322360	oceanografia.semam@sc.gov.br
Silvana de Castro	Comunicação	(54) 93606-6592	silvana@sc.gov.br
Sélio Kurt Bateto	SPU	(47) 3262-7185	selio@sc.gov.br

Anexo 2 - Lista de presença 18 de março de 2019.

<p><b>Lista de presença da Apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Orla – Balneário Camboriú</b>  <b>Data : 18 de março de 2019, 18:00 hs. Local: Auditório da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, SC.</b></p>			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço eletrônico
Roberta Zimmermann	SEMAN	47-33637145	
Carlel Américo	Liga B. Praia	47-88989999	carlel@liga-b-por.com.br
Rosângela Caspary	INSTITUTO GREEN	(47) 992276358	rosangelacaspary@hotmail.com
Camila dos Reis		988447174	camila@camila.com.br
Andréa Moutinho	SEMAN	(47) 3363-7145	andreamoutinho@seman.com.br
Ismael da Silva	BSS Nova Esperança	999464075	ismaelnouvesesperanca@gmail.com
Adriana Jean Moreira	MOON STORE	47 99696-3423	adriana@moonstore.com.br
Paulo Caseca	Wolfsberg	(47) 996026067	wolfsberg@wolfsberg.com.br
Marcelo Kellner R. J. Kellner	Demem	47) 999773815	marcelokellner@demem.com.br
MARCIO ALON WACHSBERG	ENABUERE FOUNTHES	(47) 99419-9336	marcioalons@enabuer.com.br
Jose I. N. N. N.	Interessado	47-33414626	josel@interessado.com.br



**Lista de presença da Apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Orla – Balneário Camboriú**  
**Data : 18 de março de 2019, 18:00 hs. Local: Auditório da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, SC.**

Nome	Entidade	Telefone	Enderço eletrônico
Cop Rodrigo Sihorlong	Copa Bochim	(47) 99250860	13_Jeniff@adm.Sa.Su.br.
MARCELO PEREIRA	ASSOC. MARANH	11 38803030	eduardo@assocmaranh.com.br
Univus perfume Oliveira	AME	47 99942982	univus@camil.com
Andriana Ricardo Seale	Campana	99801-2484	andriana_seale@cl.cam.br
Roberto MOURA	Imunium	99630-616	robmcam@terra.br
André Furlan Meirinho	CANBC	99949-8380	vereador@andremeirinho.com.br
ALEXANDRE MACHADO	TO 30/10/18		
Barbora G. Fomella	gab. Patrick	999576608	barbora.fomella@cam.br
Alvaro Cruz	Genesys	47 999350737	
Valéria Junior	Vereador		
Angelo Bellini	Vereador		

**Lista de presença da Apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Orla – Balneário Camboriú**  
Data : 18 de março de 2019, 18:00 hs. Local: Auditório da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, SC.

Nome	Entidade	Telefone	Endereço eletrônico
Jaildo De Lenc	SR. D. Bred	(47) 991654-090	jaildo@balneario.cam.sc.gov.br
Kleber Antônio Marcel	Primavera	(47) 999601500	kleber@primavera.cam.sc.gov.br
Zecei	Deas	(47) 996261934	zecei@deas.cam.sc.gov.br
Van Luis De Souza	Renh Pólis	(47) 99929-3700	vanluis@renhpolis.cam.sc.gov.br
Alciana Penetina	VENECARDON	(47) 99122262	alciana@venecardon.cam.sc.gov.br
Leon Mussen	INSTRUTOR	48-999615212	leon@instrutor.cam.sc.gov.br







Anexo 4 - Lista de presença de 11 de junho de 2019.

Lista de presença – Oficina 1 do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú			
Data: 11/06/2019 – Local: Hotel Silbar – BC			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Eduarda Montellu	SENAM	(41) 996143083	marilia_noronha@br.mg
Tracya Roldão B. Chaves	SEMAM	(41) 999773815	antoniamaria.lunares@br.mg
Adelina Castro Pinto Lima	AMEX	(48) 538535253	Kicagoo2@gmail.com
Marcelo C. Moreira	SUISC	(41) 3332544238	marcelo@br.mg
Luciana Vargueiras	SECTUR BC	(41) 39416.5494	luciana.vargas@br.mg
Luciana Paula da Silva Mattos	LAGECI / UFSC	(48) 920008070	matteos.luciana@gmail.com
Chelvi G. V. Lima	MEC/MG – DGP. M. M. P. M. R.	47 988881140	chelvib@br.mg
Mário Terto	FNEBC	47 98834.5330	marcioterto@br.mg
Paulo Sérgio Francisco	CBMBC	47.99552.0350	joao@br.mg
Carla Maria de Jesus	ACES BC	47.99449.1844	34@br.mg
Tálio Ferezi	ACES BC	47.99624.7396	talio@br.mg
Walter de Almeida	ACES BC	47.99101.6467	walter@br.mg
Paulo Roberto de Almeida	ACES BC	47.99195.2134	paolob@br.mg
Jaqueline Costa Silva	PAEBC	47.99652.2872	jaqueline@br.mg
Enivaldo Silva	PAEBC	47.99204.9955	enivaldo@br.mg
Cláudio Moreira	PAEBC	47.99116.0445	claudio@br.mg
Diogene S. Oliveira	PAEBC	47.99183.0023	diogene@br.mg
Edmar S. Sousa	ASPMIC	47.98418.0429	edmar@br.mg
Walter de Almeida	ASPMIC	47.98827.7170	walter@br.mg
Walter de Almeida	ASPMIC	47.99983.3708	walter@br.mg
Walter de Almeida	ASPMIC	47.99983.3708	walter@br.mg





Anexo 5 – Lista de Presença de 12 de junho de 2019.

Lista de presença – Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú			
Data: 12/06/2019 – Horário: 17h às 21h – Local: Associação de Moradores do Estaleiro			
Nome	Entidade	Telefone	Enderço Eletrônico
Edson de Menezes	SENAH	(47) 996143093	projeto_orla@pcc.br
Imaula Menezes	SEUSC	(48) 33314218	maula.menezes@pcc.br
Maria T. Galdino Silva	AVOBAV	47-93642-1331	maisa@acc.srv.br
MARIO TETTO	FMEBC	47-98831-5330	maioranto@gmail.com
Luiz F. Menezes	MORAB	41-991453434	luiz.f.menezes@gmail.com
Elcio de Lima Filho	AME	(47) 998837177	elf.comercial@gmail.com
Wilius de Lima	AME	(47) 99449062	willius@smh.com
Luiz Rosalvi Pereira		(47) 98805-3566	luizrosalvi@hotmail.com
João Luis de Souza	PAA DO PAÇO	(47) 99479-3700	daniel@yaho.com.br
João Márcio Guedes	PAIA ESTALARIO	(47) 99404077	marcio.vendas@terra.com.br
Marcelo Siqueira	Associação Estaleiro	47-98880916	marcelosiqueira@hotmail.com
Sora Tita de Freitas	MTUR	(45) 2623-7688	Sora.Tita@terra.com.br
Luciana Veiros	SECTUR EC	(47) 99416-5404	luciana.veiros@terra.com.br
João Glicerio Lacerda	COLÔNIA DE PESCADOR	996803723	
Sora F. S.	AME	(47) 993296764	sora13be@hotmail.com
Tamara Galvão	PAIA DA LAJEIRA	(47) 99652872	tegalvao@gmail.com
maura Kelys Kozma	SENAH	(47) 994273815	maurakelys@gmail.com
Adelino Cristiano Pinto	FMEBC	(48) 333885239	adelino02@gmail.com
João Carlos de A. P.	SENAH	(47) 991352138	joao.carlos@terra.com.br
Miguelina Lúcia de A. M.	LAGER / UFSC	(48) 920008070	miguelina.lucia@gmail.com



Anexo 6 – Lista de presença de 13 de junho de 2019.

Lista de presença – Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú Data: 13/06/2019 - Local: Hotel Sibara - BC			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Edvaldo Mendelhu	SEMAN	(41) 946143093	joelito.veiga@de-ir-gov.br
Thaís Kelys Kum	Amem	41 99977 3815	diva@embuiba.org.br
João Pita de Freitas	ATTUN	(41) 2023-7688	JoaoPita@attun.gov.br
João Carlos P. M. Jr	Sindicato do Sul (Associação)	41- 93185 2135	Sul@paulista.org.br
Luciana Vargas	SECTRE	(41) 99716-5494	Luciana.vargas@bc.sc.gov.br
Adelina Cantine (mãe) Jofre		(48) 93383-5293	Kica.jofre@bc-sc.gov.br
Leandro Macleze		(41) 94423-9065	leandro@bc-sc.gov.br
Leandro Macleze	Instituto P.O	41- 99943 1212	leandro@bc-sc.gov.br
MARIO TERTO	AMEBC	41 98831-5330	mario@bc-sc.gov.br
Marisa T. Castellan Stok	AMOBAN	41 93642-1733	marisa@ace-stok.br
João Roberto Francisco	CBMBC	41 99952 0880	joao@cbm-sc.gov.br
Univaldo Correa	SPULSC	48- 30514278	univaldo@bc-sc.gov.br
SERGIO LUIZ BASTO	SPV - PMBC	41- 33593216	sergio@bc-sc.gov.br
Adriano José Nogueira	Sindicato do Sul (Associação)	41- 90949-1842	adriano@bc-sc.gov.br
Evana da Silva	Associação do Sul (Associação)	41- 99762-1445	Evana@bc-sc.gov.br
Geovane da Silva	ASSOCIAÇÃO DO SUL	988282170	Geovane@bc-sc.gov.br
Edmar S. Souza	ASPMIC	984180429	edmar@bc-sc.gov.br
João Edson Vieira	CABANA DE DESCARDO	996803729	
Jaime Eukerri	PAINA DA LAGUNA	41 99572892	Jaime@hotel-sibara.com





Anexo 7 - Lista de presença de 14 de junho de 2019.

Lista de presença – Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú			
Data: 14/06/2019 – 18h às 21h - Local: Associação de Moradores do Estaleiro			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Ednada Mendelli	SEMAN	(47) 996143073	projeto.orla@bc.r.gov.br
Luiza Pinheiro		(47) 99923-9065	luiza@camil.com
Marilda Moraes	SOULSC	48-32514218	marilda.moraes@plangem.net
MARIO TEIRO	FME BC	47 98831.5330	mario.teiro@camil.com
Luciano Vences	SECTUR	47 3361-8122	luciano.vences@bc.r.gov.br
João Eduardo Lacerda	COOP. UN. DE PESCADOR	996837723	joao@camil.com
Nelson Seix Dourado	Arquiteto/Ingenheiro/Tecnico	(47) 996065365	nelson@camil.com
Jamir GALVANI	PRIMA DA LACONFIMAS	(47) 99657-2872	jamir@camil.com
Sales Pinheiro	AME	(47) 999196764	sales@camil.com
Ilviana de Castro Oliveira	AME - CONSULTORIA	(47) 99947-4062	ilviana@camil.com
Elcio De Lima F.	AME	(47) 99883-7177	elcio@camil.com
Luiz F. Pinheiro	PRIMA DA LACONFIMAS	41 99143-2121	luiz.f.pinheiro@camil.com
João Paulo Silva Figueiredo	COMSC	47 9952-0390	joao.paulo@camil.com
Vitor Pinheiro Soares	Marcos Lacerda	47 99106-3223	vitor@camil.com
Delmo Oliveira de Oliveira	UNIFOR (ESTABELEC)	147 98408-1471	delmo@camil.com
Edna de Almeida Soares	PROPRIETARIO CASA COSTA	(47) 99565-0880	edna@camil.com
ANTONIO VASSILANI	PROPRIETARIO RIO-ESTABELEC	(47) 99883-2562	antonio.vassilani@camil.com
MARCO ANTONIO SCHREIBER	1º REGISTRO IMOVEIS BC	47 999734578	marco@camil.com
ANILTOU S. BENEVENT	PRIMA DO PINHO	47 99163-8888	aniltou@camil.com
ANTONIO C. ARAUJO	PRIMA DO PINHO	47-999836280	antonio@camil.com

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
EUAPIDRO P. DA SILVA	MORAGORA THAUMAS	47 991896267	ATSCOH1967@gmail.com
Adelino Saldade	MORAGORA LINDAIA	47 99869896	adelinosaldade@hotmail.com
Adelino Guimaraes (King) Siqueira	MTB	(48) 938835233	kingo2@gmail.com
Sora Rita de Freitas	SOU - PMBC	(48) 2023-7689	Sora.Rita@Tomsun.gov.br
Sergio Luiz Aaleto	SOU - PMBC	47 9949494218	sergio.luz.bogger@hotmail.com
Marisa T. Castellon Siqueira	ALMOGAU	47-93642.2331	marisa@ace.srv.br
Mauricio P. de Azevedo	LAETEA / OFSC	(48) 920008070	mattan.buono@gmail.com
Thiago Nelson da Silva	MB	(47) 992301982	delitajai.serao@maridub.mil
Julia A. A. (Lila)	Ilha de Lila	41-999448767	practicaireal@lilacare.com
Paula Borges de Azevedo	propriedade	47-995671327	rubensgarcia@gmail.com
Marcos Pereira	ASSOC. MURCIELLO THAUMAS	47 998030130	carvalho@murciellobr.com.br
Marcos Roberto C. J. Moura	Assoc. Juncos	47 999773615	marcosrjuncos@gmail.com
Edno Nasser	Assoc. Vision P.O.	48 1990131212	edno@visionp.o.com.br







Anexo 9 - Lista de presença de 18 de junho de 2019

Lista de presença – Oficina 1 do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú			
Data: 18/06/2019 – 17h às 21h - Local: Hotel Sibara			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Leandro Abster	Associação P.O	48.894431212	
Maíra P. A. P. Mattos	LA GEC/UFSC	48.920008070	matteos.oxana@gmail
Regina R. Almeida	Associação Amigos da Orla	47.997011584	
Paulo Roberto P. M. Figueira	Associação de Sudoeste (ACESK)	47.991952134	Sudoeste@outlook.com
Tullio Ferezi	Faculdade de Sudoeste (ACESK)	47.996244396	tullioferezi@bolmail.com
Sereno José de Figueira	União de Sudoeste 59	48.999553885	Serenojose@bolmail.com
me. Jorginho de Oliveira	União de Sudoeste 86	47.999930087	Jorginho@bolmail.com
Donaci Valde	União de Sudoeste 22	33609305	Donaci@bolmail.com
Vilma Maria de Figueira	União de Sudoeste 105	984002066	
Isabel Romero Figueira	União de Sudoeste 126	999109125	
Clayton R. S. R. Silva	União de Sudoeste 74	47.999950625	
João R. Silva	" 64	992105779	
Edmar S. Souza	União de Sudoeste 72	999441465	
João Paulo Silva Figueira	CBMS	999520380	
Bernadete W. Silva	União de Sudoeste 94	47.996994565	
Daniela P. Silva	União de Sudoeste 100	47.996994565	Daniela.P.25
Maria Cláudia D. Silva	União de Sudoeste 82	96904858	
Maria T. Castellan Silva	União de Sudoeste 82	96421735	marcastellan@gmail.com
Márcia H. A. Mendes	União de Sudoeste 34	558402685	
Márcia R. A. Mendes	União de Sudoeste 36	9990612.62	MARCIA.R.H.A











Anexo 12 - Lista de presença de 20 de agosto de 2019.

Lista de presença – Oficina II do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú			
Data: 20/08/2019 – 17h às 21h - Local: Sede Náutica dos Bombeiros na Barra Norte			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
MARIO TERRE	FME DE	47 38834.5330	mariorerre@gmail.com
Adelina C. Pinto/Kiwi	DMFRI	48 983885233	Kiwi02@gmail.com
Modulo Empre	69 U1SP	48 32518244	modulo.pu@plangemur
Debian Z. Amaral	SEMAN	47 33637145	
João F. F. A.	Ministério do Turismo	61- 484 2023-7684	Joao.Freitas@Turismo.gov.br
Leivo Nassen	Aususton P. O	49-9994131212	
Luigi M. M. M.	Senam / Andim Aul	47- 799239065	Luigi@gmail.com
Ana Carolina Lorenz	demom/	47 999273815	helenac.lorenz@bcb.gov.br
João Paulo S. Francisco	CBM SC	47 99452-0380	joaopaulo@cbm.sc.gov.br
Lucas W. Gomes	CVBSC (S. M. M. M.)	47 98537125	lucasgomes@gmail.com
Wagner Assunção	CBM SC	47 99235-1992	assuncao@cbm.sc.gov.br
Julia R. M. R.	CVBSC	47 99959-3538	julia.entropia@cbm.sc.gov.br
Daniel Benardim	CVBSC	47 95183-6002	danielbenardim@gmail.com
Araceli C. Lorenz		47 99927-2451	ARACELIO.CHARAO@GMA
Edson de F. M. M.	Sec. M. M.	47 99922-2305	edsonde@cbm.sc.gov.br
SERGIO LUT. M. M.	SPV (PMSC)	47 999292213	sergiolm@cbm.sc.gov.br







Anexo 14- Lista de presença 22 de agosto de 2019.

Lista de presença – Oficina II do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú Data: 22/08/2019 – 18h às 21h - Local: Centro Comunitário - Estaleiro			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Adriana Montalvão	Simam	(47) 986143083	adriana.montalvao@bol.com.br
MARIO TETTO	FME BC	(47) 98831.5330	roberto@fmebc.com.br
Cláudia Simas	SEMANA	47 93657145	
Vinicius de Lima	AME	47 99044900	vinicius.comateo
RENATO ALVES	INSTITUTO P.D	(47) 999431212	
Isabel Teta	Missão do Terceiro Milênio	61-2023 7688	Isabel.Teta@terceiro-milenario.org.br
OSCAR B. ZET	UNIVALI/ITAJAÍ	(47) 99985-4647	oscar@univali.br
Suelo de Zeti	AME	(47) 99996764	suelo3boc@netmail.com
MARCELO RIBEIRO	ASSER. TACUMÁ	(47) 988030730	carla@paula.com.br
Imaculada Moraes	SOLSC	48-33512707	imaculada.moraes@palestra.com.br
TEREZA CRISTINA C. ALVES	SOLSC	(48) 33818.200	TEREZA.ALVES@Palestra.com.br
Luizel Marcelse	SEMANA GARDIN AZUL	(47) 99923.9025	luizel@gmail.com
JOÃO MORAES DE SOUZA	ASS. RUA DE SÓLIS	(47) 99921-3200	joao@rua.com.br
Joana Tomaz P. Souza	ASS. RUA DO TUBO	740-9585	joana.tomaz@rua.com.br
LUIS RIBEIRO	MADEIRA	(47) 99953737	luiz.ribeiro@madeira.com.br
Adriana Cruz/Alcântara	ASS	(47) 9991644433	
Adriana Cruz/Alcântara	AMPAI	(48) 985335298	Adriana02@gmail.com
Adriana Cruz/Alcântara	AMPAI/UFSC	(48) 92008070	matheus@ampei.com.br

Anexo 15 – Dados gerais.

TRECHO	Nº PROJ.	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
1.9.	1	Acesso perigoso, precário ou inadequado	Falta de planejamento	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia	1	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; placas informativas informando a ausência de guarda-vidas e as condições de uso da praia	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia	Até 48 meses	Secretaria de Obras; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Comitê Gestor do Projeto Orla (OGM-PO)	Possível criação de UC (Decreto Parque Natural)
				Transtornos para estacionar; estacionamento irregular; diminuição de visitação turística	2	Demarcação de locais para estacionamento público; estímulo ao transporte alternativo (ciclismo, transporte público); instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; conforto e segurança para o turista; estímulo à economia local	Até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; Conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; OGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
3.2.			Falta de manutenção e adequação	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia	3	Adequação do acesso norte da praia (Morro do Careca)	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia	Até 24 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (OGM-PO)	
1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.11.			Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos para particulares	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia	4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas)	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia	Até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (OGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia
3.2.	2	Apropriação da faixa de areia em frente ao hotel; "privatização" da área de uso comum do povo	Usuário da praia que não está hospedado no hotel não pode ficar nessa faixa de areia	Uso indevido da área comum do povo sem anuência do órgão competente	5	Cumprimento da legislação patrimonial em relação à área comum de uso do povo atualmente sob domínio do hotel existente	Buscar garantir o uso adequado para todos os usuários da praia e o cumprimento da legislação em vigor	Até 06 meses	Secretaria do Meio Ambiente, SPU/SC	
					6	Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo			Secretaria do Meio Ambiente	
					7	Fiscalização do uso irregular dos terrenos de marinha e de área comum do povo (hotel)			Secretaria do Meio Ambiente, SPU/SC	
					8	Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor			Secretaria do Meio Ambiente	
2.1.	3	Assoreamento da margem direita do rio Camboriú da passarela até a rampa da rua Joana Maria	Deposição natural	Encolhe de embarcações; perda de profundidade de calado; dificultando ao pescador exercer as atividades	9	Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens	Para aumentar a profundidade de calado das embarcações	Até 24 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; Sec. De Planejamento e Obras; ConSegMar; Colônia de Pesca	Reivindicação já realizada por parte dos pescadores ao Município (Secretaria do Meio Ambiente e ao Gabinete do Prefeito)
1.9.	4	Ausência de banheiro público	Falta de planejamento	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia;	10	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas	Buscar garantir conforto do usuário das praias; evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas	Até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros Militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
3.2.	5	Ausência de estrutura de apoio ao usuário da praia (quiosque e banheiro público)	Falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	concentração em determinadas áreas da praia com banheiros						
2.1. - 2.2.	6	Ausência de paraciclos	Falta de planejamento	Ocupação inadequada do espaço público para guardar bicicletas; desestímulo do uso de bicicleta	11	Instalação de paraciclos	Estimular o uso de bicicletas e garantir o local adequado para guarda de bicicleta	Até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica
2.1.	7	Ausência de uma estrutura física para órgãos competentes de fiscalização	Falta de planejamento; incremento das atividades	Risco de acidentes e infrações	12	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Capitania, PMA)	Buscar garantir melhoria e agilidade nas atividades de fiscalização	Até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Polícia Militar Ambiental; Corpo de Bombeiros	Projeto de instalação de posto da polícia ambiental
					13	Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava		Até 24 meses		

1.2. - 1.4.	8	Baixa atividade de turismo fora da temporada de verão	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Enfraquecimento da economia local	14	Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércio, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo	Promover desenvolvimento econômico local	Até 6 meses	Secretaria de Turismo, Sec do Meio Ambiente; Conselho Gestor da APA; OGM - PO	Plano Municipal de Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava; Projeto Rota Ônica
					15	Inserir o passeio turístico interpisais na rota do Citytour		Até 6 meses		
1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.9. - 1.11.	9	Cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; impacto negativo à fauna silvestre	16	Educação e conscientização da comunidade local e turística	Acarar com a presença de cães na praia	Até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (OGM-PO)	Projeto Abraço Animal
					17	Criação de um dog park na APA Costa Brava				
					18	Castração/vacina e focalização				
2.1. - 2.2.	10	Canche de bocha (estrutura fixa) sobre a praia	Instalação da atividade sem o devido processo legal	Ocupação inadequada da faixa de areia diminuindo o espaço para os usuários e banhistas	19	Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha	Garantir o uso público e liberar área na faixa de areia (área de uso comum do povo)	Até 24 meses	Fundação Municipal de Esporte; Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento; Associação de bocha	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica
					20	Retirar as canchas de bocha da faixa de areia				
1.8.	11	Contaminação da lagoa de Taquaras	Despejo clandestino de efluentes não tratados	Risco de disseminação de doenças	21	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc)	Promover a proteção do meio ambiente e dos usuários da lagoa	Até 6 meses.	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; OGM - PO; Vigilância Sanitária	Se liga na rede
					22	Ação de limpeza e revitalização da lagoa		Até 12 meses.		
					23	Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá		Até 6 meses		
3.2.	12	Contaminação do Ribeirão Aniribá	Risco de contaminação e doenças	Lançamento de efluentes não tratados	24	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão	Buscar garantir um meio ambiente saudável livre de riscos de contaminação de doenças	Até 06 meses	Procuradoria da PMBC; e VISA	TAC Ribeirão Aniribá
					25	Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes				
3.1.	13	Criminalidade e usos de drogas no período noturno	Risco de assaltos e medo por parte da população que frequenta o trecho	Pouca fiscalização por parte dos órgãos de segurança pública nesse trecho, principalmente no período noturno	26	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho	Buscar garantir a segurança dos usuários	Permanente	Sec. De Segurança Pública e PMSC	
2.1.	14	Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Camboriú	Falta de fiscalização do poder público frente a autorização de pesca; falta de atracadouros para pesca; excesso de embarcações de pesca	Degradação da vegetação das margens; conflito entre pescadores	27	Informar à PMBC a importância de criação de um departamento de gestão de pesca	Para ordenar o uso da pesca artesanal; preservar as margens (manguezal); melhorar a gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos; buscar garantir a segurança da qualidade	Até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores e OGM - PO	Projeto de atracadouro Público na rua Jardim da Saudade
					28	Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches públicos em frente a rua Jardim da Saudade				



2.2.	15	Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Marambaia	Falta de fiscalização do poder público frente a autorização de pesca; falta de atracadouros para pesca; excesso de embarcações de pesca		29	Criar mais uma estrutura de apoio náutico à pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo"	do pescado		Secretaria do Meio Ambiente	
2.1. - 2.2.	16	Destinação inadequada dos resíduos sólidos (restos de pesca)	Pesca artesanal	Polluição do Rio Camboriú; odores	30	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	Buscar garantir uma melhor qualidade do pescado e dar a destinação correta dos resíduos	Até 5 anos	Colônia de pesca; Secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; Secretaria do Meio Ambiente; Compur; Instituto Pronatura	Projeto do Mercado Público
1.1.1.	17	Dificuldade de retirada da produção de maricultura e pesca artesanal	Falta de estrutura adequada	Falta de incentivo para a atividade da maricultura	31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado	Promover a melhoria na atividade de logística da maricultura local	Permanente	Sec de Meio Ambiente e Sec de Planejamento	
1.8.	18	Edificação em terreno de marinha não regularizada junto à SPU	Ocupação irregular	Degradação do ambiente e ocupação em áreas públicas	32	Solicitar à SPU levantamento de RIP (Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho	Promover a regularização de ocupações e levantamento de possíveis áreas para uso público	Até 12 meses	SPU; OGM - PO; Secretaria Municipal de Infraestrutura	
1.1.1.	19	Elevado número de turistas na temporada de verão	Ausência de controle no número de turistas	Super lotação da praia causando diversos transtornos	33	Criar mecanismos para verificação do cumprimento dos limites estabelecidos pelo estudo de capacidade de carga	Promover um maior conforto aos usuários da praia de acordo com a capacidade adequada	Até 24 meses	Sec de Turismo e Sec do Meio Ambiente	
1.8.	20	Enfraquecimento da cultura tradicional local	Ausência de incentivo pelo poder público para promoção das atividades culturais	Enfraquecimento da cultura local	34	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais do local	Promover a cultura tradicional local	Até 12 meses permanente	Sec de Turismo e Sec do Meio Ambiente	
2.1. - 2.2.	21	Fenômenos naturais alteram a característica da praia, situações atípicas	Fenômenos naturais, impossibilidade de drenagem pluvial por conta do volume	Destruição do calçamento; alagamento das vias; carregamento do sedimento para as vias públicas	35	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga	Reverter o processo de erosão da praia	Até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica
2.1.	22	Estrangulamento da área navegável do Rio Camboriú	Aumento das estruturas de apoio (pier, trapiches) e porte de embarcações (lanchas)	Risco de acidentes aquaviários; impactos negativos para os pescadores artesanais	36	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d'água	Buscar um melhor ordenamento do espelho d'água e das margens do Rio Camboriú	Até 24 meses	Colônia de Pesca; Secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente; Capitania dos Portos; ConSegMar; Comitê Gestor do Rio Camboriú; Diretoria do Departamento de Desenvolvimento Ambiental	
1.1.1.	23	Perda do controle do número de ambulantes na praia	Grande número de ambulantes sem regularização com o Município	Saturação do comércio ambulante	37	Criar alvará específico com limite por praia	Promover um maior controle e organização do comércio na faixa de areia da praia	Permanente	Sec da Fazenda, Secretaria de Planejamento, Diretoria de Departamento de Desenvolvimento Ambiental	
1.1.1.	24	Grande quantidade de tendas de milho e churras	Grande quantidade de tendas de milho e churras	Ocupação da faixa de areia	38	Regularização e revisão do número de pontos de milho e churras	Promover o equilíbrio das atividades comerciais na praia	Permanente	Sec da Receita	
2.1. - 2.2.	25	Excesso de veículos na Avenida Atlântica	Deficiência no transporte público; adensamento populacional; cultura de priorização de veículos particulares	Engarrafamento; lentidão de deslocamento; acidentes; poluição sonora/atmosférica/visual	39	Fechamento de vias durante o final de semana				
					40	Elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo				
					41	Cobrar melhorias do transporte público				
					42	Cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público	Para buscar uma melhoria na mobilidade urbana e de qualidade de vida	Até 48 meses	FUMTran; Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; OGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do Transporte Público

1.11.	26	Falha na operação da rede de esgoto e ligações clandestinas	Parcelamento irregular do solo; falta de gestão do poder público	Contaminação de águas do mar e lençol freático; risco à saúde pública; risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial	43	Cobrar a execução da rede de esgoto	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	Até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; OGM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da Rede de esgoto
1.8.	27	Falha no bombeamento da rede de esgoto	Problemas técnicos							
1.4.	28	Falta de acesso para entrada do quadriciclo do CBM	Ausência de planejamento	Demora no atendimento	44	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal)	Promover a melhoria no atendimento de emergência	Até 12 meses	Sec Meio Ambiente; Sec Obras; CBM	
1.6.	29	Falta de análise de balneabilidade pelo IMA	O trecho não está contemplado no plano de pontos do IMA	Falta de informação sobre a balneabilidade da praia	45	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água	Ter informações sobre a balneabilidade da praia	Imediato	Sec de Meio Ambiente	
1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.9.	30	Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local	46	Cobrar um plano de trabalho do Conselho Gestor da APA buscando a finalização do processo	Estabelecer segurança jurídica e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região	Até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; OGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava
1.2. - 1.4.	31	Falta de arborização e áreas verdes de lazer	Ausência de planejamento do poder público	Poucas áreas verdes de lazer arborizadas	47	Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia	Para oferecer aos moradores e turistas opções de lazer em áreas públicas mais verdes	Até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; OGM - PO; Conselho Gestor da APA	Lei 4107/18; Projeto de infraestruturas do Bandeira Azul; PRAD
					48	Plano de execução de arborização das vias		Até 24 meses		
1.8.	32	Falta de banheiro público para pescadores artesanais	Ausência de planejamento e projeto	Pescadores fazendo suas necessidades fisiológicas em locais impróprios	49	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas	Promover o bem estar dos pescadores e evitar a contaminação do ambiente	Até 18 meses (prioridade)	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; OGM - PO; Vigilância Sanitária; Sec Obras	
1.4.	33	Falta de esclarecimento (comunidade da APA) dos possíveis impactos negativos na região da APA causados pela obra de engordamento da praia central	Não teve audiência pública na APA sobre esse tema	Dúvidas e desconhecimento dos fatos sobre a questão do engordamento da praia central entre os moradores do trecho	50	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA	Esclarecer as dúvidas sobre o tema para a população local	Até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação dos Moradores do Estaleiro	
1.4. - 1.6. - 1.11. - 3.2.	34	Falta de estacionamento público	Falta de planejamento	Transtornos para estacionar; estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística	51	Demarcação de locais para estacionamento público	Organizar e melhorar o fluxo; conforto e segurança para o turismo; estímulo à visitação; fomento economia local	Até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUNTRAN; Secretaria do Turismo; Conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; OGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
					52	Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público)				
					53	Instalação de paraciclos				
3.2.	35	Inexistência de um Código Ambiental municipal	Dificuldade no regimento das ações de proteção e gestão ambiental do município		54	Informar à PMBC a importância de desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)			Secretaria do Meio Ambiente e Procuradoria do Município	
									Fundação Municipal de Esportes	Projeto de reestruturação

2.1. - 2.2.	36	Falta de ordenamento e espaço das atividades esportivas (horários e autorizações)	Ausência de espaço e zoneamento das atividades	Conflito entre os usuários	55	Elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	Para regular e ordenar as diferentes atividades de esporte na faixa de areia	Até 24 meses	Associação Catarinense de Escolas de Surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica; Estruturas de apoio aos esportes de praia
1.2. - 1.4.	37	Falta de pavimentação das ruas de acesso à praia	Falta de planejamento	Contaminação da praia; impacto atmosférico por dispersão de material particulado; obstrução de drenagens	56	Pavimentar as ruas de acesso à praia	Melhoria da infraestrutura e qualidade de vida	Até 48 meses	OGM - PO; Secretaria de Obras	
1.2. - 1.4. - 1.8.	38	Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	Falta de planejamento e parcelamento irregular do solo	Erosão da praia e vias; contaminação da praia; alagamento de residências; drenagem pluvial na faixa de areia	57	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	Até 48 meses	OGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho Gestor da APA; EMASA	
1.8.	39	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Ausência de planejamento e projetos pelo poder público para o trecho em questão	Beixo número de turistas fora da temporada de verão	58	Contemplar, no plano municipal do turismo, ações para promoção da localidade	Promover o incremento da atividade de turismo no trecho em questão	Até dezembro 2019	Secretaria do Turismo; OGM - PO; Associação de moradores	Revisão do Plano Municipal de Turismo ; Plano de Manejo da APA Costa Brava
1.6.	40	Falta de políticas públicas voltadas para o turismo em geral e de turismo								
2.1.	41	Falta de posto guarda vidas com banheiro	Falta de planejamento na época da construção	Risco de demora na resposta rápida para busca e salvamento de banhistas	59	Construção de novo posto guarda vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários	Buscar garantir uma maior proteção e segurança aos usuários da praia	Em até 24 meses	Secretaria de Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica
3.2.	42	Falta de recursos financeiros rubricados (destinado especificamente) para a praia e a área de atuação do projeto Orla	Não poder programar e prever ações e projetos necessários ao tema	Falta de planejamento financeiro para o setor da orla	60	Propor no legislativo municipal projeto de lei de destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla	Buscar garantir recursos financeiros permanentes para as atividades e projetos	Elaborar o projeto de lei em até 06 meses	Procuradoria do Município e Câmara de Vereadores	
1.2. - 1.4. - 1.6.	43	Falta de rede de esgoto	Parcelamento irregular do solo; falta de gestão do poder público	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco à saúde pública; risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial	61	Cobrar a execução da rede de esgoto	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	Até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; OGM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da rede de esgoto
1.11.	44	Falta de regularização e ordenamento do trapiche para fins públicos e privados	Ausência de controle e regulamentação pelo poder público	Transtornos aos pescadores e outras embarcações particulares	62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado	Promover a melhoria na atividade náutica da localidade	Até 6 meses	Sec Turismo e Sec do Meio Ambiente; Colônia de pescadores	
		Falta de segurança	Baixa efetivo dos órfãos	Sensação de insegurança e risco	63	Instalação de boias (200m)	Promover a melhoria da	Até 6 meses	OGM; Secretaria do Meio Ambiente;	

1.4.	45	aquática e policiamento	fiscalizadores	de acidentes	64	Instalar mais postos guarda vidas	segurança como um todo	Até 6 meses	Sec Segurança; AME	2- TAC PB
					65	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas		Até 6 meses		
1.6.	46	Falta de segurança e policiamento para fiscalização no canto norte e no acesso público (libertinagem, sexo, drogas)	Ausência de fiscalização pelos órgãos competentes	Afugentamento de turistas e usuários	66	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal)	Promover um ambiente mais seguro para os usuários da praia	Até 6 meses	OBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME	2- TAC PB
					67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão)		Até 6 meses		
3.2.	47	Falta de segurança pública nas extremidades da praia	Assaltos; usuários de drogas; risco de violência sexual	Pouca fiscalização por parte dos órgãos de segurança pública	68	Solicitar o aumento do policiamento militar na área	Buscar garantir mais segurança e tranquilidade aos turistas e usuários da praia	Permanente	OGM - PO; PMSC	
					69	Solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal				
1.4.	48	Falta de serviço de emergência eficiente e demora de atendimento	Ausência de planejamento do poder público	Demora no atendimento	70	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica	Garantir um atendimento mais rápido e eficiente	Até 48 meses	OBM; Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento	
1.8.	49	Falta de um espaço público de convivência e lazer para a comunidade local	Ausência de planejamento e projeto por parte do poder público	Falta de opção de lazer para a comunidade local	72	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA	Promover o bem estar e o lazer da população local	Até 24 meses	Sec. Meio Ambiente, Associação dos moradores de Taquaras; Fundação de Esporte; OGM - PO; Fundação de Cultura	Proposta de construção de um centro histórico cultural
1.11.	50	Laranjeiras não estar incluída na área da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; desorganização e falta de informação da sociedade civil; falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local	73	Cobrar um plano de trabalho do Conselho Gestor da APA buscando a finalização do processo	Estabelecer segurança jurídica e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região	Até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; OGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava
2.1. - 2.2.	51	Milho e churros com estrutura fixa sobre a faixa de areia	Ocupação antiga na faixa de areia para essas atividades e TAC com MP estadual regulamentando a situação	Estrutura de concreto na faixa de areia. TAC pelo MP estadual sem a devida competência para o caso por se tratar de área federal	74	Buscar o Termo de Ajustamento de Conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até a reurbanização da praia		Até 3 meses	Associação dos Pontos de Milho e Churros; aluguel de cadeia e guarda sol; Município e Secretarias; SPU	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica
					75	Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a reurbanização da praia no caso de notificação para demolição	Para garantir o sustento das famílias nessa atividade comercial de acordo com as normas atuais	Indeterminado		
					76	Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso)		Indeterminado	Associação dos Pontos de Milho e Churros; aluguel de cadeia e guarda sol; Município e Secretarias	
1.11.	52	Mobilidade urbana na temporada de verão	Falta de planejamento e gestão; falta de fiscalização e cobrança do Município frente às empresas de transporte público	Congestionamento; excesso de veículos; transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraia	77	Informar à PMBC a importância de novas alternativas de transporte público	Melhoria no transporte; melhor visitação; redução do número de veículos	Até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; RUMTran; OGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público
					78	Informar à PMBC a importância da aprovação e execução do Plano de Mobilidade				
					79	Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus				

2.1. - 2.2	53	Número insuficiente de banheiros públicos	Falta de planejamento	Risco de transmissão de doenças; contaminação da areia; odores	80	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	Segurança sanitária; melhorar atendimento ao usuário	Até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; Sec. De Planejamento	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica
1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.11.	54	Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	81	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas	Buscar garantir conforto do usuário das praias; evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas	Até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
1.11.	55	Ocupações irregulares sobre a praia (bares e restaurantes)	Ausência de fiscalização pelo poder público na época da implantação	Ocupação desordenada	82	Elaborar e executar o PRAD	Promover um ambiente mais equilibrado e organizado	Até 12 meses	Sec. do Meio Ambiente, Sec. de Planejamento e OGPD	
2.2.	56	Poliuição do Rio Marambaia	Lançamento clandestino de efluentes não tratados	Risco de contaminação do ambiente e doenças para os usuários da praia	83	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas)	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários	Imediato e permanente	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec. de Obras	Emissário de esgoto; Nano bolhas; Jardim filtrante (UNIVALI); Lei atual para ligação de esgoto; Se liga na rede
					84	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes		Até 24 meses		
1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.11.	57	Poliuição sonora	Falta de educação e respeito à legislação vigente; falta de fiscalização efetiva	Perturbação da ordem pública; impacto na fauna; desqualificação do turismo	85	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	Até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Guarda Municipal; OGM - PO	
					86	Instalação de placas informativas sobre o tema				
2.1. - 2.2.	58	Poliuição sonora na faixa de orla	Caixas de som na faixa de areia	Poliuição sonora; irritabilidade; desestímulo ao uso da praia pelo usuário	87	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; instalação de placas informativas	Harmonizar a convivência entre os usuários da praia	Até 24 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica
2.2.	59	Poliuição visual ocasionada por publicidade na praia (patrocinio)	Instalação da publicidade sem a devida regulamentação da legislação vigente	Aumento da poluição visual	88	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei municipal 3907/16 a fim de estabelecer regras e parâmetros para publicidade, prevendo padrões tamanho e quantidade	Buscar garantir um ambiente visual e paisagem mais limpa nessa questão	Até 12 meses	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento	
					89	Fiscalizar a instalação de publicidade na praia				
2.1. - 2.2.	60	Possível instalação em espelho d'água de empreendimentos de grande porte (porto, hotel, shopping)	Especulação do espelho d'água; emissão de LAP para empreendimentos de grande porte (ex: BC Port)	Impacto negativo para atividades de pesca e náuticas. Impactos negativos paisagísticos, ambientais, sociais, urbanos, econômicos, turísticos e de mobilidade urbana.	90	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água	Incluir o município na decisão da ocupação do espelho d'água	Até que os processos de licenciamento sejam indeferidos	Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento; Conselho da Cidade; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores; OGM - PO	Empreendimento BC Port
					91	Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento				
					92	Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água				
2.1. - 2.2.	61	Presença de "bloom" de diatomáceas e bricóceros na água de banho e faixa de areia	Saneamento básico insuficiente; extinção da fauna predadora; dragagem do Rio Camboriú; construção do molhe da Barra Sul; local de despejo inadequado da dragagem do Rio Itajaí-Açu (bota-fora) muito próximo da Praia Central de BC	Perda da qualidade de água para banho; odores; estético/paisagístico; saúde pública; contaminação da faixa de areia; diminuição da área ocupável da faixa de areia; utilização de máquinas e maior efetivo da equipe de limpeza para a retirada dos organismos na praia; diminuição do fluxo turístico	93	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema	Reestabelecer a qualidade da água e da areia da praia; melhoria no incremento do turismo; diminuição dos riscos à saúde; melhoria da paisagem; diminuição do custo de manutenção da limpeza da praia; reestabelecer o equilíbrio ecológico	Até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colônia de Pescadores e OGM - PO	Estudo sobre o tema com parceria da Univali e Secretaria do Meio Ambiente; projeto para filtragem e retenção dos bricóceros e diatomáceas
					94	Melhorar a qualidade de água do Rio Camboriú				
					95	Construir a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA)				
					96	Estudo da influência do "bota-fora" da dragagem do rio Itajaí-Açu				
					97	Adequar o sistema de drenagem do município				

3.1.	62	Resíduos sólidos deixados pelos usuários que frequentam a Praia	Polluição ambiental	Falta de consciência e educação dos usuários	98	Elaborar programa de educação ambiental	Divulgar a educação ambiental	Permanente	Sec de Meio Ambiente	
3.1.	63	Risco de contaminação da água oriunda do Rio Marambaia	Risco de transmissão de doenças para os banhistas	Lançamento clandestino de efluentes não tratados no Rio Marambaia	99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas)	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários	Imediato e permanente	e EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras	Emissário de esgoto; Nano bolhas; Jardim filtrante (UNIVAL); Lei atual para ligação de esgoto; Se liga na rede
					100	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes		Até 24 meses		
2.1. - 2.2.	64	Saturação da ciclofaixa e passeio público	Aumento do número de usuários e modais (skate, patinetes motorizados, bicicletas, etc)	Risco de acidentes; viabilidade de execução das atividades	101	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçada	Diminuição de risco de acidentes e melhoria no conforto e fluxo dos usuários da ciclofaixa	Até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica
1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.11. 1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	65	Supressão da vegetação nativa/de restinga	Desrespeito à legislação ambiental; uso indevido da área de vegetação de restinga; degradação ambiental	Perda da biodiversidade; perda de proteção costeira; perda paisagística; uso inadequado do solo	102	Remoção de espécies exóticas	Promover a recuperação do ecossistema costeiro	Até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; OGM - PO; Secretaria de Obras; Ognelho Gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas	
					103	Cercamento de áreas a serem recuperadas				
					104	Reintrodução de espécies nativas				
					105	Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas				
1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.9.	66	Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; falta de fiscalização e cobrança do Município frente as empresas de transporte público	Congestionamento; excesso de veículos; transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/empresas	106	Informar à PMBC a importância de novas alternativas de transporte público	Melhoria no transporte; maior visitação; redução de número de veículos; melhorar a segurança do usuário	Até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; OGM – PO	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público
					107	Informar à PMBC a importância de aprovação e execução do Plano de Mobilidade; melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus				
1.6.	67	Falta de limpeza pública	Falta de planejamento e gestão	Polluição, doenças...	108	Cobrar limpeza pública	Melhoria da limpeza pública	Até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras;	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	68	Resíduos sólidos deixados pelos usuários	Polluição do ambiente natural	Falta de educação	109	Campanha de educação ambiental e conscientização	Promover a educação ambiental	Permanente	Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; OGM-PO	
1.1	69	Uso de drogas	Ausência de fiscalização dos órgãos competentes	Baixo efetivo	110	Aumento de Fiscalização policial	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; OGM-PO	
					111	Criação e fortalecimento da rede de vizinhos				
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	70	Risco de acidentes	Falta de conhecimento e de informações sobre o tema	Ausência de informações	112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; OGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	71	Resíduos sólidos trazidos pelo mar	Polluição do ambiente natural	Descarte inadequado dos resíduos	113	Implantação do Programa Lixo fora d'água	Promover a destinação adequada do lixo	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; OGM-PO	
					114	Elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar				
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	72	Invasões	Degradação ambiental	Ocupação irregular	115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	Promover o uso e ocupação do solo de maneira regularizada	Permanente	Sec. De Segurança Pública; PM; Polícia Ambiental; OGM-PO	



1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	73	Degradação do ambiente natural	Perda da biodiversidade local	Uso inadequado do solo	116	Programa de monitoramento de recursos hídricos	Buscar, garantir a proteção das nascentes	Até 12 meses	Sec. Meio Ambiente; Comitê de bacias; Instituições de ensino; EMASA; OGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	74	Queimadas	Degradação ambiental	Falta de educação dos usuários e pescadores amadores	117	Criação de uma base avançada de guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e Interpneis	Promover uma fiscalização ambiental mais efetiva	Até 24 meses	Bombeiros; Sec. Meio Ambiente; Polícia Ambiental; OGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	75	Criminalidade	Assaltos e furtos	Baixo efetivo dos agentes de segurança pública	118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	Promover a segurança dos moradores e turistas	Até 12 meses	Sec. Segurança Pública; PM; OGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	76	Falta de informação e sinalização	Atividade de turismo fica prejudicada	Ausência de planejamento pelo poder público	119	Instalação de infraestruturas informativas	Promover a divulgação de informações para o turista	Até 12 meses	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; OGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	77	Pesca ilegal com rede feitiçeira	Perda da biodiversidade local	Sanção de alguns pescadores	120	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Promover a proteção da biodiversidade marinha	Permanente	PM Ambiental; Guarda Municipal Ambiental; IMA; IBAMA; Colônia de Pesca	
	78	Pesca ilegal noturna	Perda da biodiversidade local	Sanção de alguns pescadores			Promover a proteção da biodiversidade marinha	Permanente	PM Ambiental; Guarda Municipal Ambiental; IMA; IBAMA; Colônia de Pesca	
1.1; 1.5; 1.7	79	Polição sonora por embarcações atracadas sem regulação do poder público	Perturbação do sossego e afastamento da fauna	Falta de educação	121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (OP)	Buscar garantir a tranquilidade nas localidades	Permanente	Sec. Meio Ambiente; CP; OGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	80	Risco de acidentes com embarcações	Risco de morte humana e contaminação do ambiente marinho	Navegação em desacordo com as regras			Promover a segurança da navegação	Permanente	CP; CBM	
	81	Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público	Risco de acidentes	Baixo efetivo dos agentes competentes			Promover uma maior segurança da navegação	Permanente	CP	
	82	Desembarque de grande número de turistas em algumas datas	Chegada de cruzeiros	Falta de controle sobre a quantidade de turistas; infraestrutura reduzida para um alto número de turistas que desembarcam	122	Incremento do cálculo e monitoramento da capacidade de recebimento de visitantes, associados aos cálculos de capacidade de carga	Controle de quantidade de desembarque de turistas	Permanente	Secretaria de Turismo	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	83	Falta de ordenamento do espelho d'água	Risco de acidentes	Ausência de planejamento pelo poder público	123	Elaboração e implementação do Planejamento Especial Marinho	Para organizar os diversos usos no espelho d'água	Até 24 meses	Sec. Meio Ambiente; Sec. Planejamento; SPU; CP	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7	84	Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhista	Risco de acidentes	Navegação em desacordo com as regras	124	Implantação de boias sinalizadoras	Promover a segurança dos banhistas	Até 12 meses	CBM; CP; Sec. Meio Ambiente	
1.3	85	Polição da Lagoa	Risco de doenças	Lançamento clandestino de efluentes não tratados	125	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa	Promover a depolição da lagoa	Imediato	MISA	

Parágrafo único – Destaca-se que todas as ações propostas neste PGI considera normativas pertinentes a sua execução, bem como a busca por todas as autorizações que lhe couber, e que cabe ao município a responsabilidade sobre cada execução, assim como lhe cabe proceder com legislações e procedimentos licitatórios.

Os critérios de preservação socioambiental deveram ser observados quando sugestão de implantação e/ou ampliação de estacionamento no entorno da praia. Também, considerar a possibilidade de buscar outras alternativas de transporte e acesso à praia, como uma linha de transporte coletivo

Anexo 16 – “Quadro síntese 2” para cada um dos trechos da orla de BC – apêndice 2.

1.2 Estaleirinho

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
B	Pesca artesanal e submarina Restaurantes área residencial Hotelaria Vôlei de praia Eventos de surf Turismo de sol e mar Casa de eventos (casamentos) Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga Camping Desova de tartaruga Cicloturismo	Ecoturismo e turismo de aventura Observação de aves Manter a certificação Bandeira Azul Campeonato de surf e body board Campeonato de pesca esportiva Atividades de Educação ambiental Pratica de mergulho recreativo	Acessos públicos inadequado (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares.	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
			Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamento irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovía, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana.
			Cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais.	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turística; criação de um dog park na APA Costa Brava;Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal.
		Eventos culturais e gastronômicos Mirantes de observação (canto norte) Cicloturismo	Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros.	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar.	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul.
			Falta de rede de esgoto	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público.	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial.	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária.	Ampliação da Rede de esgoto;
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraia;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus.	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público.
			Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO.	Plano de Manejo da APA Costa Brava

							ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;			
			Poluição sonora	Falta de educação e respeito a legislação vigente; falta de fiscalização efetiva;	Perturbação da ordem pública; Impacto na fauna; desqualificação do turismo;	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva; Instalação de placas informativas sobre o tema;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO.	
			Supressão da vegetação de restinga	Desrespeito a legislação ambiental; Uso indevido da área de vegetação de restinga	Perda da biodiversidade, Perda de proteção costeira; Perda paisagística;	remoção de espécies exóticas; cercamento de áreas a serem recuperadas;	Promover a recuperação do ecossistema de restinga	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA.	
			Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	Falta de planejamento e parcelamento irregular do solo	Erosão da praia e vias, Contaminação da praia; alagamento de residências; drenagem pluvial na faixa de areia	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA.	
			Falta de pavimentação das ruas de acesso a praia	Falta de planejamento	Contaminação da praia; impacto atmosférico por dispersão de material particulado; obstrução de drenagens;	Pavimentar as ruas de acesso à praia	Melhoria da infraestrutura e qualidade de vida	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras;	
			Baixa atividade de turismo fora da temporada de verão	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Enfraquecimento da economia local	1-Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava; 2- Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo; 3- Inserir o passeio turístico interpretais na rota do Citytour.	Promover o desenvolvimento econômico local	1- até 24 meses; 2- até 6 meses; 3- até 6 meses	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO	Plano Municipal de Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava; Projeto Rota Cênica.
			Falta de arborização e áreas verdes de lazer	Ausência de planejamento do poder público	Poucas áreas verdes de lazer arborizadas	1- Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia; 2- Plano e execução de arborização das vias;	Para oferecer aos moradores e turistas opções de lazer em áreas públicas mais verdes	1- até 36 meses; 2- até 24 meses.	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA.	Lei 4107/18; Projeto de infraestruturas do Bandeira Azul; PRAD.

1.4. Estaleiro

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
--------	---------------------------	-----------------	-----------	----------------------	---	-----------------	------------	----------------------	-------------	--------------------------------------

B	Pesca artesanal e submarina Restaurantes área residencial Hotelaria Vôlei de praia Eventos de surf Turismo de sol e mar Casa de eventos (casamentos) Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga Camping Desova de tartaruga Cicloturismo	Ecoturismo e turismo de aventura Observação de aves Manter a certificação Bandeira Azul Campeonato de surf e body board Campeonato de pesca esportiva Atividades de Educação ambiental Pratica de mergulho recreativo Eventos culturais e gastronômicos Mirantes de observação (canto norte) Cicloturismo	Acessos públicos inadequados (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares.	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
			Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovía, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
			Cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais.	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turística; criação de um dog park na APA Costa Brava; Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores ; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal
			Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar.	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
			Falta de rede de esgoto	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público.	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial.	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária.	Ampliação da Rede de esgoto;
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraia;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus.	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público.
			Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo.	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava
			Poluição sonora	Falta de educação e respeito a legislação vigente; falta de fiscalização efetiva;	Perturbação da ordem pública; Impacto na fauna; desqualificação do turismo;	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva; Instalação de placas informativas sobre o tema;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO	
			Supressão da vegetação de restinga	Desrespeito a legislação ambiental; Uso indevido da área de vegetação de	Perda da biodiversidade, Perda de proteção costeira; Perda paisagística;	Remoção de espécies exóticas; cercamento de áreas a serem recuperadas;	Promover a recuperação do ecossistema de restinga	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA	

				restinga						
			Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	Falta de planejamento e parcelamento irregular do solo	Erosão da praia e vias, Contaminação da praia; alagamento de residências; drenagem pluvial na faixa de areia.	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA.	
			Falta de pavimentação das ruas de acesso a praia	Falta de planejamento	Contaminação da praia; impacto atmosférico por dispersão de material particulado; obstrução de drenagens;	Pavimentar as ruas de acesso à praia	Melhoria da infraestrutura e qualidade de vida	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras;	
			Falta de segurança aquática e policiamento	Baixo efetivo dos órgãos fiscalizadores	Sensação de insegurança e risco de acidentes	1- Instalação de boias (200m); 2- Instalar mais postos guardas vidas; 3- Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;	Promover a melhoria da segurança como um todo	1- até 6 meses; 2- até 6 meses; 3- até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Seguraça; AME.	2- TAC FG;
			Falta de acesso para entrada do quadriciclo do CBM	Ausência de planejamento	Demora no atendimento	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);	Promover a melhoria no atendimento de emergência	até 12 meses	Sec Meio Ambiente; Sec obras; CBM.	
			Baixa atividade de turismo fora da temporada de verão	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Enfraquecimento da economia local	1-Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava; 2- Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo; 3- Inserir o passeio turístico interpraia na rota do Citytour.	Promover o desenvolvimento econômico local	1- até 24 meses; 2- até 6 meses; 3- até 6 meses	Secretaria deo Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA.	Plano Municipal de Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava; Projeto Rota Cênica.
			Falta de arborização e áreas verdes de lazer	Ausência de planejamento do poder público	Poucas áreas verdes de lazer arborizadas	1- Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia; 2- Plano e execução de arborização das vias;	Para oferecer aos moradores e turistas opções de lazer em áreas públicas mais verdes	1- até 36 meses; 2- até 24 meses	Secretaria deo Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA.	Lei 4107/18; Projeto de infraestruturas do Bandeira Azul; PRAD.
			Falta de serviço de emergência eficiente e demora de atendimento	Ausência de planejamento do poder público	Demora no atendimento	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica	Garantir um atendimento mais rápido e eficiente	até 48 meses	CBM; Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento.	
			Falta de esclarecimento (comunidade da APA) dos possíveis impactos negativos na região da APA causados pela obra de engordamento da praia central	Não teve audiência pública na APA sobre esse tema	Dúvidas e desconhecimento dos fatos sobre a questão do engordamento da praia central entre os moradores do trecho	Solicitar ao poder público esclarecimento dos possíveis impactos negativos da costa da APA	Esclarecer as dúvidas sobre o tema para a população local	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação dos moradores do Estaleiro.	

1.6. Pinho

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
--------	---------------------------	-----------------	-----------	----------------------	---	-----------------	------------	----------------------	-------------	--------------------------------------



A	Praia de Naturismo. Ambiente natural ainda bem preservado.	Ecoturismo; Turismo relacionado ao naturismo; Eventos culturais e gastronômicos; Mirantes de observação (canto norte); Cicloturismo	Acessos públicos inadequados (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares.	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
			Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovía, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
			Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros.	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
			Falta de limpeza pública	Falta de planejamento e gestão	Poluição, doenças...	Cobrar limpeza pública	Melhoria da limpeza pública	até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras;	
			Falta de rede de esgoto/água	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público.	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial.	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da Rede de esgoto;
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraia;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público.
			Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo.	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídica e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava Foi aprovado em dezembro de 2020
			Falta de segurança e policiamento para fiscalização no canto norte e no acesso público (libertinagem, sexo, drogas)	Ausência de fiscalização pelos órgãos competentes	Afugentamento de turistas e usuários	1- Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal); 3- Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);	Promover um ambiente mais seguro para os usuários da praia.	1- até 6 meses; 2- até 6 meses; 3- até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Seguraça; AME.	2- TAC FG;
			Falta de políticas públicas voltadas para o turismo	Ausência de planejamento e projetos	Baixo número de turistas fora da temporada de	Contemplar no plano municipal do turismo ações para	Promover o incremento da atividade de turismo no	1- até dezembro	Secretaria do Turismo; CGM - PO; Associação de moradores e	Revisão do Plano Municipal de



			em geral e de naturismo	pelo poder público para o trecho em questão	verão	promoção da Praia do Pinho	trecho em questão	2019	proprietários da praia do Pinho.	Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava.
			Falta de análise de balneabilidade pelo IMA	O trecho não está contemplado no plano de pontos do IMA	Falta de informação sobre a balneabilidade da praia.	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água	Ter informações sobre a balneabilidade da praia	Imediato	Sec de Meio Ambiente	

1.8. Taquaras

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
B	Pesca artesanal e submarina; Restaurantes; área residencial; Hotelaria; Comunidade tradicional; Turismo de sol e mar; Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga; Cicloturismo	Ecoturismo e turismo de aventura; Observação de aves; Obter a certificação Bandeira Azul; Valorização da cultura local tradicional (engenho de farinha de mandioca, pesca artesanal); Atividades de Educação ambiental; Pratica de mergulho recreativo; Eventos culturais e Gastronômicos; Cicloturismo	Acessos públicos inadequados (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
			Cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turística; criação de um dog park na APA Costa Brava; Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal
			Falta de banheiro público para pescadores artesanais	Ausência de planejamento e projeto	Pescadores fazendo suas necessidades fisiológicas em locais impróprios	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas	Promover o bem estar dos pescadores e evitar a contaminação do ambiente	até 18 meses (prioridade)	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária; Sec Obras	
			Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar.	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
			Enfraquecimento da cultura tradicional local	Ausência de incentivo pelo poder público para promoção das atividades culturais	Enfraquecimento da cultura local	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais do local	Promover a cultura tradicional local	Em até 12 meses e permanente	Sec de turismo e Sec de Meio Ambiente	
			Falha no bombeamento da rede de esgoto	Problemas técnicos	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial.	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico.	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária.	Ampliação da Rede de esgoto;
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público.

						ônibus.				
			Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo.	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava
			Poluição sonora	Falta de educação e respeito a legislação vigente; falta de fiscalização efetiva;	Perturbação da ordem pública; Impacto na fauna; desqualificação do turismo;	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva; Instalação de placas informativas sobre o tema;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO	
			Supressão da vegetação de restinga	Desrespeito a legislação ambiental; Uso indevido da área de vegetação de restinga	Perda da biodiversidade, Perda de proteção costeira; Perda paisagística;	Remoção de espécies exóticas; cercamento de áreas a serem recuperadas;	Promover a recuperação do ecossistema de restinga	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA	
			Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	Falta de planejamento e parcelamento irregular do solo	Erosão da praia e vias, Contaminação da praia; alagamento de residências; drenagem pluvial na faixa de areia.	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA.	
			Falta de um espaço público de convivência e lazer para a comunidade local	Ausência de planejamento e projeto por parte do poder público	Falta de opção de lazer para a comunidade local	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA	Promover o bem estar e o lazer da população local	até 24 meses	Sec. Meio Ambiente Associação dos moradores de Taquaras; Fundação de Esporte; CGM - PO; Fundação de cultura.	Proposta de construção de um centro histórico cultural
			Contaminação da lagoa de Taquaras	Despejo clandestino de efluentes não tratados	Risco de disseminação de doenças	1- Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc). 2- Ação de limpeza e revitalização da lagoa. 3- Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá	Promover a proteção do meio ambiente e dos usuários da lagoa	1- até 6 meses. 2- até 12 meses. 3- até 6 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária.	Liga-se na rede;
			Edificação em terreno de marinha não regularizada junto a SPU	Ocupação irregular	Degradação do ambiente e ocupação em áreas públicas	1- Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;	Promover a regularização de ocupações e levantamento de possíveis áreas para uso público	1- Até 12 meses;	Secretaria de infraestrutura; SPU; CGM - PO	
			Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Ausência de planejamento e projetos pelo poder público para o trecho em questão	Baixo número de turistas fora da temporada de verão	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade	Promover o incremento da atividade de turismo no trecho em questão	1- até dezembro 2019	Secretaria do Turismo; CGM - PO; Associação de moradores.	Revisão do Plano Municipal de Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava

1.9. Taquarinhas

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
--------	---------------------------	-----------------	-----------	----------------------	---	-----------------	------------	----------------------	-------------	--------------------------------------

A	Pesca artesanal Existência Fauna e Flora endêmica Turismo de sol e mar Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga Cicloturismo	Ecoturismo e turismo de aventura Observação de aves Pesca artesanal Criação de UC de proteção integral Atividades de Educação ambiental Mirantes de observação (canto norte) Cicloturismo	Acesso existente perigoso	Falta de planejamento;	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guardas vidas e as condições de uso da praia.	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Possível criação de UC (Decreto Parque Natural)
			Acesso existente perigoso	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovía, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
			Cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais.	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turística; criação de um dog park na APA Costa Brava; Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal
			Ausência de banheiro público	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros.	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar.	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus.	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público.
			Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava Foi aprovado em dezembro de 2020

1.11. Laranjeiras

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
B	Pesca artesanal e submarina Restaurantes área residencial Hotelaria Vôlei de praia Eventos de surf	Ecoturismo e turismo de aventura Observação de aves Manter a	Acessos públicos inadequados (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares.	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.

Turismo de sol e mar Casa de eventos (casamentos) Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga Camping Desova de tartaruga Cicloturismo	certificação Bandeira Azul Campeonato de surf e body board Campeonato de pesca esportiva Atividades de Educação ambiental Pratica de mergulho recreativo Eventos culturais e gastronômicos Mirantes de observação (canto norte) Cicloturismo Sítios Arqueológicos	Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
		Cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turística; criação de um dog park;Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal
		Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros.	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar.	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
		Falha na operação de rede de esgoto e ligações clandestinas	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público.	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial.	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico.	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da Rede de esgoto;
		Mobilidade urbana na temporada de verão	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraia;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus.	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público.
		Laranjeiras não estar inclusa na área da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo.	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava Foi aprovado em dezembro de 2020
		Poluição sonora	Falta de educação e respeito a legislação vigente; falta de fiscalização efetiva;	Perturbação da ordem pública; Impacto na fauna; desqualificação do turismo;	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva; Instalação de placas informativas sobre o tema;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO	
		Supressão da vegetação de restinga	Desrespeito a legislação ambiental; Uso indevido da área de vegetação de restinga	Perda da biodiversidade, Perda de proteção costeira; Perda paisagística;	Remoção de espécies exóticas; cercamento de áreas a serem recuperadas;	Promover a recuperação do ecossistema de restinga	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA	
		Ocupações Irregulares sobre a praia (bares e restaurantes)	Ausência de fiscalização pelo poder público na época da implantação	Ocupação desordenada	Elaborar e executar o PRAD;	Promover um ambiente mais equilibrado e organizado	Até 12 meses	Sec do Meio Ambiente, Sec de Planejamento e CGPO	
		Excesso de Ambulantes na praia	Liberação de Alvarás sem controle pelo poder público	Saturação do comércio ambulante	1- Criar alvará específico com limite por praia;	Promover um maior controle e organização do comercio na faixa de área da praia	Permanente	Sec da receita	



			Elevado número de turistas na temporada de verão	Ausência de controle no número de turistas	Superlotação da praia causando diversos transtornos	Elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;	Promover um maior conforto aos usuários da praia de acordo com a capacidade adequada	Até 24 meses	Sec de turismo e Sec de meio Ambiente	
			Falta de regularização e ordenamento do trapiche para fins públicos e privados	Ausência de controle e regulamentação pelo poder público	Transtornos aos pescadores e outras embarcações particulares	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado	Promover a melhoria na atividade náutica da localidade	até 6 meses	Sec turismo e Sec de meio ambiente, Colônia de pescadores	
			Dificuldade de retirada da produção de maricultura e pesca artesanal	Falta de estrutura adequada	Falta de incentivo para a atividade da maricultura	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.	Promover a melhoria na atividade de logística da maricultura local.	Permanente	Sec de Meio ambiente e Sec de Planejamento	
			Excesso de tenda de milhos e churros	Liberação de Alvarás sem controle para essa atividade	Ocupação da faixa de areia	Regularização e revisão do número de pontos de milho e churros	Promover o equilíbrio das atividades comerciais na praia	Permanente	Sec da receita	

2.1. Barra Sul

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
C	Esportes náuticos (jet Velas Windsurf Canoagem Sup beach tênis futebol futevôlei Pesca artesanal Passeios turísticos embarcados Lazer para crianças (parque infantil) Gastronomia comércio Ancoragem de embarcações Bocha Comercio artesanal local (associação de mães) Presença de ecossistemas protegidos (manguezal) Quiosques	Atividades de esportes náuticos Esportes na areia Valorização da cultura local (pesca artesanal, gastronomia, artesanato) Incremento de Infraestruturas de apoio náutico para pequenas e médias embarcações Estruturas flutuantes Exploração de eventos turísticos	Falta de ordenamento e espaço das atividades esportivas (horários e autorizações)	Ausência de espaço e zoneamento das atividades	Conflito entre os usuários	Elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	Para regular e ordenar as diferentes atividades de esporte na faixa de areia	até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento.	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica; Estruturas de apoio aos esportes de praia.
			Destinação inadequada dos resíduos sólidos (restos de pesca)	Pesca artesanal	Poluição do rio Camboriú; Odores.	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	Buscar garantir uma melhor qualidade do pescado e dar a destinação correta dos resíduos	até 5 anos	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; secretaria do Meio Ambiente; Compur: Instituto Pronatura	Projeto do Mercado Público;
			Número insuficiente de banheiros públicos	Falta de planejamento	Risco de transmissão de doença; Contaminação da areia; odores;	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	Segurança sanitária; melhorar atendimento ao usuário	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento;	Projeto de reurbanização da Avenida Atlântica
			Ausência de paracilos	Falta de planejamento	Ocupação inadequada do espaço público para guardar bicicletas; desestímulo do uso de bicicleta.	Instalação de paraciclos	Estimular o uso de bicicletas e garantir o local adequado para guarda de bicicleta	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica
			Estrangulamento da área navegável do Rio Camboriú	Aumento das estruturas de apoio (pier, trapiches) e porte de embarcações (lanchas)	Risco de acidentes aquaviários; Impactos negativos para os pescadores artesanais.	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d’água	Buscar um melhor ordenamento do espelho d’água e das margens do Rio Camboriú	até 24 meses	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; secretaria do Meio Ambiente;	



Venda de milho e churros Turismo religioso cultural (Capela Santo Amaro e Casa Linhares) Atividade de turismo (bondinho) Pier turístico Eventos artísticos em geral Vendedores ambulantes turismo receptivo de cruzeiros Show de Fogos de artifício no primeiro de ano								Captania dos portos; ConSegMar; comitê gestor do Rio Camboriú	
	Poluição sonora na faixa de orla	Caixas de som na faixa de areia;	Poluição sonora; irritabilidade; desestímulo ao uso da praia pelo usuário	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas	Harmonizar a convivência entre os usuários da praia	até 24 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente.	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica	
	Erosão causando a diminuição da faixa de areia	Ocupação inadequada da área de praia (vegetação de restinga);	Destruição do calçadão; Alagamento das vias; Carreamento do sedimento para as vias públicas.	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	Reverter o processo de erosão da praia	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica;	
	Excesso de veículos na Avenida Atlântica	Deficiência no transporte público; Adensamento populacional; Cultura de priorização de veículos particulares.	Engarrafamento; lentidão de deslocamento; acidentes; poluição sonora/atmosférica/visual.	Fechamento de vias durante o final de semana; elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo; cobrar melhorias do transporte público; cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público	Para buscar uma melhoria na mobilidade urbana e de qualidade de vida.	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do Trasporte Público	
	Ausência de uma estrutura física para órgãos competentes de fiscalização	Falta de planejamento incremento das atividades	Risco de acidentes e infrações	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Capitania, PMA,	Buscar garantir melhoria e agilidade nas atividades fiscalização	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Polícia Militar ambiental; Corpo de Bombeiros;	Projeto de instalação de posto da polícia ambiental;	
	Saturação da ciclofaixa e passeio público	Aumento do número de usuários e modais (skate, patinetes motorizados, bicicletas, etc)	Risco de acidentes; viabilidade de execução das atividades.	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçadão	Diminuição de risco de acidentes e melhoria no conforto e fluxo dos usuários da ciclofaixa	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes.	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica	
	Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Camboriú	Falta de fiscalização do poder público frente a autorização de pesca; falta de atracadouros para pesca; excesso de embarcações de pesca	Degradação da vegetação das margens; Conflito entre pescadores;	Criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca; Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches público em frente a rua Jardim da Saudade; Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".	Para ordenar o uso da pesca artesanal; Preservar as margens (manguezal); Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos; Buscar garantir a segurança da qualidade do pescado.	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores e CGM - PO	Projeto de atracadouro Público na Rua Jardim da Saudade;	
	Possível instalação em espelho d'água de empreendimentos de grande porte (porto, hotel, shopping)	Especulação do espelho d'água; Emissão de LAP para empreendimento de grande porte (ex: BC Port)	Impacto negativo para atividades de pesca, náutica. Impactos negativos paisagísticos, ambientais, mobilidade urbana, social, econômico, turístico.	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água; Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento; Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água	Incluir o município na decisão da ocupação do espelho d'água	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores; CGM - PO	Empreendimento BC Port	
	Presença de "bloom"	Saneamento básico	Perda da qualidade de água	Desenvolvimento de novos	Reestabelecer a qualidade	ate 48 meses	Secretaria do Meio	Estudo sobre o tema	

			de diatomáceas e briozoários na água de banho e faixa de areia	ineficiente; extinção da fauna predadora; dragagem do rio Camboriú, construção do molhe da barra sul; Local de despejo inadequado da dragagem do Rio Itajaí Açu (Bota fora) muito próximo da praia central de BC;	para banho; odores; estético/paisagístico; saúde pública; contaminação da faixa de areia; diminuição da área ocupável da faixa de areia; Utilização de máquinas e maior efetivo da equipe de limpeza para a retirada dos organismos na praia; diminuição do fluxo turístico.	estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema; Melhorar a saneamento básico; Melhorar a qualidade de água do rio Camboriú; estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajaí Açu; Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA); Adequar o sistema de drenagem do município	da água e da areia da praia; melhoria no incremento do turismo; diminuição dos riscos a saúde; melhoria da paisagem; diminuição do custo de manutenção da limpeza da praia; reestabelecer o equilíbrio ecológico		Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colônia de Pescadores e CGM - PO	com parceria da Univali e secretaria do Meio Ambiente; Projeto para filtragem e retenção dos briozoários e diatomáceas.
			Assoreamento da margem direita do rio Camboriú da passarela até a rampa da rua Joana Maria	Deposição natural	Encalhe de embarcações; perda de profundidade de calado dificultando ao pescador exercer as atividades.	Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens	Para aumentar a profundidade de calado das embarcações	até 24 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; ConSegMar; Colonia de Pesca	Reivindicação já realizada por parte dos pescadores ao município (Secretaria do Meio Ambiente e ao gabinete do prefeito)
			Milho e churros com estrutura fixa sobre a faixa de areia	Ocupação antiga na faixa de areia para essa atividades e TAC com MP estadual regulamentando a situação.	Estrutura de concreto na faixa de areia. TAC pelp MP estadual sem a devida competência para o caso por se tratar de área federal.	1- Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia; 2- Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição; 3-Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;	Para garantir o sustento das famílias nessa atividade comercial de acordo com as normas atuais.	1- até 3 meses; 2- indeterminado; 3 - indeterminado	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias; SPU;	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica;
			Cancha de bocha (estrutura fixa) sobre a praia	Instalação da atividade sem o devido processo legal.	Ocupação inadequada da faixa de areia diminuindo o espaço para os usuários e banhistas.	1- Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha. 2- retirar as canchas de bocha da faixa de areia; 3	Garantir o uso público e liberar área na faixa de areia (área de uso comum do povo).	em até 24 meses.	Fundação municipal de esporte; Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento; Associação de bocha	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica;
			Falta de posto guarda vidas com banheiro	Falta de planejamento na época da construção	Risco de demora na resposta rápida para busca e salvamento de banhistas.	1- Construção de novo posto guarda vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários	Buscar garantir uma maior proteção e segurança aos usuários da praia.	em ate 24 meses	Secretaria de Obras; Corpo de bombeiros militar.	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica;

2.2. Praia Central

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
C	Esportes náuticos (jet Velas Windsurf Canoagem Sup beach tennis futebol futvolei Pesca artesanal Passeios turísticos embarcados Lazer para crianças (parque infantil) Gastronomia comércio Ancoragem de embarcações Bocha Comercio artesanal local (associação de mães) Presença de ecossistemas protegidos (manguezal)	Atividades de esportes nauticos Esportes na areia Valorização da cultura local (pesca artesanal, gastronomia, artesanato) Incremento de Infraestruturas de apoio náutico para pequenas e médias embarcações Estruturas flutuantes Exploração de eventos turísticos	Falta de ordenamento e espaço das atividades esportivas (horários e autorizações)	Ausência de espaço e zoneamento das atividades	Conflito entre os usuários	Elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	Para regular e ordenar as diferentes atividades de esporte na faixa de areia	até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento.	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica; Estruturas de apoio aos esportes de praia
			Destinação inadequada dos resíduos sólidos(restos de pesca)	Pesca artesanal	Poluição do rio Camboriú; Odores.	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	Buscar garantir uma melhor qualidade do pescado e dar a destinação correta dos resíduos	até 5 anos	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; secretaria do Meio Ambiente; Compur: Instituto Pronatura	Projeto do Mercado Público;
			Número insuficiente de banheiros públicos	Falta de planejamento	Risco de transmissão de doença; Contaminação da areia; odores;	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	Segurança sanitária; melhorar atendimento ao usuário	até 48 meses	Secretaria do Meio Aambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento;	Projeto de reurbanização da Avenida Atlântica
			Ausência de paraciclos	Falta de planejamento	Ocupação inadequada do espaço público para guardar bicicletas; desestímulo do uso de bicicleta.	Instalação de paraciclos	Estimular o uso de bicicletas e garantir o local adequado para guarda de bicicleta	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes.	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica
			Poluição sonora na faixa de orla	Caixas de som na faixa de areia;	Poluição sonora; irritabilidade; desestímulo ao uso da praia pelo usuário.	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas	Harmonizar a convivência entre os usuários da praia	até 24 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente.	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica
			Erosão causando a diminuição da faixa de areia	Ocupação inadequada da área de praia (vegetação de restinga);	Destruição do calçadão; Alagamento das vias; Carreamento do sedimento para as vias públicas.	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	Reverter o processo de erosão da praia	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica;
			Excesso de veículos na Avenida Atlântica	Deficiência no transporte público; Adensamento populacional; Cultura de priorização de veículos particulares.	Engarrafamento; lentidão de deslocamento; acidentes; poluição sonora/atmosférica/visual.	Fechamento de vias durante o final de semana; elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo; cobrar melhorias do transporte público; cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público.	Para buscar uma melhoria na mobilidade urbana e de qualidade de vida.	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do Trasporte Público
			Saturação da ciclofaixa e passeio público	Aumento do número de usuários e modais (skate, patinetes motorizados, bicicletas, etc)	Risco de acidentes; viabilidade de execução das atividades.	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçadão	Diminuição de risco de acidentes e melhoria no conforto e fluxo dos usuários da ciclofaixa	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes.	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica

			Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Marambai	Falta de fiscalização do poder público frente a autorização de pesca; falta de atracadouros para pesca; excesso de embarcações de pesca	Degradação da vegetação das margens; Conflito entre pescadores;	Criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca; Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches público em frente a rua Jardim da Saudade; Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".	Para ordenar o uso da pesca artesanal; Preservar as margens (manguezal); Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos; Buscar garantir a segurança da qualidade do pescado	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores e CGM - PO.	Projeto de atracadouro Público na Rua Jardim da Saudade;
			Possível instalação em espelho d'água de empreendimentos de grande porte (porto, hotel, shopping)	Especulação do espelho d'água; Emissão de LAP para empreendimento de grande porte	Impacto negativo para atividades de pesca, náutica. Impactos negativos paisagísticos, ambientais, mobilidade urbana, social, econômico, turístico.	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água; Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento; Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água	Incluir o município na decisão da ocupação do espelho d'água	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores; CGM - PO	Empreendimento BC Port
			Presença de "bloom" de diatomáceas e briozoários na água de banho e faixa de areia	Saneamento básico ineficiente; extinção da fauna predadora; dragagem do rio Camboriú, construção do molhe da barra sul; Local de despejo inadequado da dragagem do Rio Itajaí Açu (Bota fora) muito próximo da praia central de BC;	Perda da qualidade de água para banho; odores; estético/paisagístico; saúde pública; contaminação da faixa de areia; diminuição da área ocupável da faixa de areia; Utilização de máquinas e maior efetivo da equipe de limpeza para a retirada dos organismos na praia; diminuição do fluxo turístico.	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema; Melhoria do saneamento básico; Melhorar a qualidade de água do rio Camboriú; estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajaí Açu; Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA); Adequar o sistema de drenagem do município	Reestabelecer a qualidade da água e da areia da praia; melhoria no incremento do turismo; diminuição dos riscos a saúde; melhoria da paisagem; diminuição do custo de manutenção da limpeza da praia; reestabelecer o equilíbrio ecológico	ate 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; colônia de Pescadores e CGM - PO	Estudo sobre o tema com parceria da Univali e secretaria do Meio Ambiente; Projeto para filtragem e retenção dos briozoários e diatomáceas.
			Milho e churros com estrutura fixa sobre a faixa de areia	Ocupação antiga na faixa de areia para essa atividade e TAC com MP estadual regulamentando a situação.	Estrutura de concreto na faixa de areia. TAC pelo MP estadual sem a devida Competência para o caso por se tratar de área federal.	1- Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia; 2- Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição; 3-Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;	Para garantir o sustento das famílias nessa atividade comercial de Acordo com as normas atuais.	1- até 3 meses; 2- indeterminado; 3 - indeterminado	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e Secretarias; SPU;	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da avenida Atlântica;
			Cancha de bocha (estrutura fixa) sobre a praia	Instalação da atividade sem o devido processo legal.	Ocupação inadequada da faixa de areia diminuindo o espaço para os usuários	1- Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha. 2- retirar as canchas de	Garantir o uso público e liberar área na faixa de areia (área de uso comum	Até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento; Associação de	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto

					e banhistas.	bocha da faixa de areia; 3	do povo).		bocha	reurbanização da avenida Atlântica;
			Poluição visual ocasionada por publicidade na praia (patrocínio)	Instalação da publicidade sem a devida regulamentação da legislação vigente	Aumento da poluição visual	1- Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade; 2- fiscalizar a instalação de publicidade na praia;	Buscar garantir um ambiente visual e paisagem mais limpa nessa questão.	até 12 meses.	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento	
			Poluição do Rio Marambaia	Lançamento clandestino de efluentes não tratados	Risco de contaminação do ambiente e doenças para os usuários da praia.	1- Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ; 2- Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários.	1 Imediato e permanente; 2 Até 24 meses.	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras	Emissário de esgoto; Nano bolhas; Jardim filtrante (UNIVALI); Lei atual para ligação de esgoto; Se liga na rede

3.1. Pontal Norte

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	ATIVIDADE GERADORA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
A	Ambiente natural com baixíssimo de ocupação antrópica. Trecho utilizado por turistas e moradores que buscam um local mais preservado para passeios e atividade de pesca amadora. Nesse trecho também está localizada a base de busca e salvamento aquático do CBM. Apresenta também um deck suspenso que liga a barra norte até a praia do buraco.	Aumento no fluxo de turistas; Criação de UC municipal	Criminalidade e usos de drogas no período noturno	Risco de assaltos e medo por parte da população que frequenta o trecho.	Pouca fiscalização por parte dos órgãos de segurança pública nesse trecho, principalmente no período noturno.	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.	Buscar garantir a segurança dos usuários	Permanente	Sec. De Segurança pública e PMSC	
			Risco de contaminação da água oriunda do Rio Marambaia	Risco de Transmissão de doenças para os banhistas	Lançamento clandestino de efluentes não tratados no Rio Marambaia.	1- Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ; 2- Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários.	1 Imediato e permanente; 2 Até 24 meses.	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras	Emissário de esgoto; Nano bolhas; Jardim filtrante (UNIVALI); Lei atual para ligação de esgoto; Se liga na rede
			Resíduos sólidos deixados pelos usuários que frequentam a Prainha	Poluição ambiental.	Falta de consciência e educação dos usuários.	Elaborar programa de educação ambiental	Divulgar a educação ambiental	Permanente	Sec de Meio Ambiente	

3.2. Praia do Buraco



CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	ATIVIDADE GERADORA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
A	Esportes aquático (surf); Turismo de sol e mar; pouso de parapente; pesca amadora de vara;	Body surf, Evento de bodyboard/surf Eco turismo Observação de aves Caminhadas Turismo de sol e mar	Acesso precário (acesso norte)	falta de manutenção e adequação;	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	1- Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 24 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores ; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	
			Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovía, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores ; CGM - PO	
			ausência de estrutura de apoio ao usuário da praia (quiosque e banheiro público)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	
			Falta de recursos financeiros rubricados (destinado especificamente) para a praia e a área de atuação do projeto Orla	Não poder programar e prever ações e projetos necessários ao tema	Falta de planejamento financeiro para o setor da orla	1- Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TAGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.	Buscar garantir recursos financeiros permanentes para as atividades e projetos	Elaborar o projeto de lei em até 06 meses	Procuradoria do Município e Câmara de Vereadores.	
			Falta de existência de um Código Ambiental municipal	Dificuldade no regramento da ações de proteção e gestão ambiental do município		1- Desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)				
			Contaminação do Ribeirão Ariribá	Risco de contaminação e doenças	Lançamento de efluentes não tratados	1- Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão. 2- Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes	Buscar garantir um meio ambiente saudável livre de riscos de contaminação de doenças.	em até 06 meses	Procuradoria da PMBC; e VISA	TAC ribeirão Ariribá
			Apropriação da faixa de areia em frente ao Hotel "privatização" de área de uso comum do povo	Usuário da praia que não está hospedado no hotel não pode ficar nessa faixa de areia.	Uso indevido da área comum do povo sem anuência do órgão competente.	1-Cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo atualmente sob domínio do hotel existente. 2- Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo. 3 - Fiscalização do uso irregular dos terrenos de marinha e	Buscar garantir o uso adequado para todos os usuários da praia e o cumprimento da legislação em vigor.	Em até 06 meses	Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,	

						de área comum do povo (hotel). 4- Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor				
			Falta de segurança pública nas extremidades da praia	Assaltos; usuários de drogas; risco de violência sexual	Pouca fiscalização por parte dos órgãos de segurança pública	1- solicitar o aumento do policiamento militar na área; 2- solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal	Buscar garantir mais segurança e tranquilidade aos turistas e usuários da praia.	permanente	CGM - PO; PMSC	

Costões Rochosos 1.1;1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3.

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	ATIVIDADE GERADORA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	TRECHOS ONDE SE APLICA	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
A	Complexo turístico com eventos e Parque aquático Residências e comércio Acesso sul da Av. Interpraia Pesca esportiva Trilhas Ciclismo na via de acesso Maratonas Mergulho Pesca submarina Atividades náuticas motorizadas e sem motor Maricultura Pesca de rede de cerco	Eco turismo Infraestrutura turística Corrida de aventura Escalada trilhas socioeducativas Entretenimento Observação de aves Conservação marinha Produção de hortaliças orgânicas Pesquisas científicas, artísticas e culturais Pesca esportiva Mergulho recreativo Pagamento por serviços ambientais Criação de áreas protegidas	Resíduos sólidos deixados pelos usuários	Poluição do ambiente natural	Falta de educação	1. Campanha de educação ambiental e conscientização	Promover a educação ambiental	1.1;1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; CGM-PO	
			Uso de drogas	Ausência de fiscalização dos órgãos competentes	Baixo efetivo	1. Aumento de Fiscalização policial. 2. Criação e fortalecimento da rede de vizinhos	Promover a segurança dos usuários	1.1	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM-PO	
			Risco de acidentes	Falta de conhecimento de informações sobre o tema	Ausência de informações	1. Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	Promover a segurança dos usuários	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO	
			Resíduos sólidos trazidos pelo mar	Poluição do ambiente natural	Descarte inadequado dos resíduos	1. Implantação do Programa Lixo fora d'água. 2. elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar.	Promover a destinação adequada do lixo	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO	
			Invasões	Degradação ambiental	Ocupação irregular	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	Promover o uso e ocupação do solo de maneira regularizada	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	Sec. De Segurança Pública; PM; Polícia Ambiental; CGM-PO	
			Degradação do ambiente natural	Perda da biodiversidade local	Uso inadequado do solo	1. Programa de monitoramento de recursos hídricos	Buscar garantir a proteção das nascentes	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 12 meses	Sec Meio ambiente; Comitê de bacias; Instituições de ensino; EMASA; CGM-PO	
			Queimadas	Degradação ambiental	Falta de educação dos usuários e pescadores amadores	1. Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e interpraia	Promover uma fiscalização ambiental mais efetiva	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 24meses	Bombeiros; Sec. Meio Ambiente; Polícia Ambiental; CGM-PO	
			Criminalidade	Assaltos e furtos	Baixo efetivo dos agentes de segurança pública	1. Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	Promover a segurança dos moradores e turistas	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 12 meses	Sec. Segurança Pública; PM; CGM-PO	
			Falta de informação e sinalização	Atividade de turismo fica prejudicada	Ausência de planejamento pelo poder público	1. Instalação de infraestruturas informativas	Promover a divulgação de informações para o turista	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 12 meses	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO	
			Supressão da vegetação nativa	Degradação ambiental	Uso inadequado do solo	1. Reintrodução de espécies nativas. 2. Campanhas para	Promover um ambiente mais	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 24meses	sec. Meio Ambiente; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas; CGM-PO	

						arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas. 3. Substituição da vegetação exótica por nativa	equilibrado e saudável				
			Pesca ilegal com rede feiticeira	Perda da biodiversidade local	Ganância de alguns pescadores	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Promover a proteção da biodiversidade marinha	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca	
			Pesca ilegal noturna	Perda da biodiversidade local	Ganância de alguns pescadores	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Promover a proteção da biodiversidade marinha	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca	
			Poluição sonora por embarcações atracadas sem regulação do poder público	Perturbação do sossego e afugentamento da fauna	Falta de educação	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Buscar garantir a tranquilidade nas localidades	1.1; 1.5; 1.7	Permanente	Sec. Meio Ambiente; CP; CGM-PO	
			Falta de ordenamento do espelho d'água	Risco de acidentes	Ausência de planejamento pelo poder público	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho	Para organizar os diversos usos no espelho d'água	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 24meses	Sec. Meio Ambiente; Sec. Planejamento; SPU; CP	
			Risco de acidentes com embarcações	Risco de morte humana e contaminação do ambiente marinho	Navegação em desacordo com as regras	Incremento da fiscalização marinha (CP)	Promover a segurança da navegação	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	CP; CBM;	
			Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhista	Risco de acidentes	Navegação em desacordo com as regras	1. Implantação de boias sinalizadoras	Promover a segurança dos banhistas	1.1; 1.3; 1.5; 1.7	Até 12 meses	CBM; CP; Sec. Meio Ambiente;	
			Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público	Risco de acidentes	Baixo efetivo dos agentes competentes	Incremento da fiscalização marinha (CP)	Promover uma maior segurança da navegação	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	CP;	
			Contaminação do Ribeirão Ariribá	Risco de Contaminação e doenças	Lançamento de Efluentes não tratados	1- Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão. 2- Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes	Buscar garantir um Meio ambiente saudável livre de riscos de contaminação de doenças.	3.3.	em até 06 Meses	Procuradoria da PMBC; e VISA	TAC ribeirão Ariribá
			Poluição da Lagoa	Risco de doenças	Lançamento clandestino de efluentes não tratados	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa	Promover a despoluição da lagoa	1.3	Imediato	VISA	

Anexo 17 - Quadro “4” - Síntese de Problemas da orla de BC. Apêndice 3.

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
1	Acesso perigoso, precário ou inadequado	1.9.	1	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guarda vidas e as condições de uso da praia.
			2	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovias, transporte público); Instalação de paraciclos
		3.2.	3	Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca).
		1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.11.	4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).
2	Apropriação da faixa de areia em frente ao Hotel "privatização" de área de uso comum do povo	3.2.	5	Cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo atualmente sob domínio do hotel existente
			6	Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo.
			7	Fiscalização do uso irregular dos terrenos de marinha e de área comum do povo (hotel)
			8	Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor
3	Assoreamento da margem direita do rio Camboriú da passarela até a rampa da rua Joana Maria	2.1.	9	Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens
4	Ausência de banheiro público	1.9.	10	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;
5	Ausência de estrutura de apoio ao usuário da praia (quiosque e banheiro público)	3.2.		
6	Ausência de paraciclos	2.1. - 2.2.	11	Instalação de paraciclos

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
7	Ausência de uma estrutura física para órgãos competentes de fiscalização	2.1.	12	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Capitania, PMA,
8	Baixa atividade de turismo fora da temporada de verão	1.2. - 1.4.	13	Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava;
			14	Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo;
			15	Inserir o passeio turístico interpraia na rota do Citytour.
9	Cachorro na praia	1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.9. - 1.11.	16	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas;
			17	Criação de um <i>dog park</i> na APA Costa Brava;
			18	Castração/vacina e fiscalização;
10	Cancha de bocha (estrutura fixa) sobre a praia	2.1. - 2.2.	19	Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha.
11	Contaminação da lagoa de Taquaras	1.8.	20	Retirar as canchas de bocha da faixa de areia;
			21	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc).
			22	Ação de limpeza e revitalização da lagoa.
12	Contaminação do Ribeirão Ariribá	3.2.	23	Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá
			24	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão.
			25	Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes
13	Criminalidade e usos de drogas no período noturno	3.1.	26	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.



N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
14	Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Camboriú	2.1.	27	Criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca;
			28	Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches públicos em frente à rua Jardim da Saudade;
15	Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Marambaia	2.2.	29	3. Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".
16	Destinação inadequada dos resíduos sólidos (restos de pesca)	2.1. - 2.2.	30	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca
17	Dificuldade de retirada da produção de maricultura e pesca artesanal	1.11.	31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.
18	Edificação em terreno de marinha não regularizada junto a SPU	1.8.	32	Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;
19	Elevado número de turistas na temporada de verão	1.11.	33	Elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;
20	Enfraquecimento da cultura tradicional local	1.8.	34	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais di local
21	Erosão causando a diminuição da faixa de areia	2.1. - 2.2.	35	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;
22	Estrangulamento da área navegável do Rio Camboriú	2.1.	36	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d'água
23	Excesso de Ambulantes na praia	1.11.	37	Criar alvará específico com limite por praia;
24	Excesso de tenda de milhos e churros	1.11.	38	Regularização e revisão do número de pontos de milho e churros
25	Excesso de veículos na avenida Atlântica	2.1. - 2.2.	39	Fechamento de vias durante o final de semana;
			40	Elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo;
			41	Cobrar melhorias do transporte público;

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
			42	Cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público
26	Falha na operação de rede de esgoto e ligações clandestinas	1.11.	43	Cobrar a execução da rede de esgoto;
27	Falha no bombeamento da rede de esgoto	1.8.		
28	Falta de acesso para entrada do quadriciclo do CBM	1.4.	44	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);
29	Falta de análise de balneabilidade pelo IMA	1.6.	45	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água
30	Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.9.	46	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;
31	Falta de arborização e áreas verdes de lazer	1.2. - 1.4.	47	Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia
			48	Plano e execução de arborização das vias ;
32	Falta de banheiro público para pescadores artesanais	1.8.	49	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas
33	Falta de esclarecimento (comunidade da APA) dos possíveis impactos negativos na região da APA causados pela obra de engordamento da praia central	1.4.	50	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA
34	Falta de estacionamento público	1.4. - 1.6. - 1.11. - 3.2.	51	Demarcação de locais para estacionamento público;
			52	Estímulo ao transporte alternativo (ciclovias, transporte público);
			53	Instalação de paraciclos
35	Falta de existência de um Código Ambiental municipal	3.2.	54	Desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)
36	Falta de ordenamento e espaço das atividades esportivas (horários e autorizações)	2.1. - 2.2.	55	Elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
37	Falta de pavimentação das ruas de acesso à praia	1.2. - 1.4.	56	Pavimentar as ruas de acesso à praia
38	Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	1.2. - 1.4. - 1.8.	57	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente
39	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	1.8.	58	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade
40	Falta de políticas públicas voltada para o turismo em geral e de naturismo	1.6.		
41	Falta de posto guardas vidas com banheiro	2.1.	59	Construção de novo posto guardas vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários
42	Falta de recursos financeiros rubricados (destinado especificamente) para a praia e a área de atuação do projeto Orla	3.2.	60	Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TAGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.
43	Falta de rede de esgoto	1.2. - 1.4. - 1.6.	61	Cobrar a execução da rede de esgoto;
44	Falta de regularização e ordenamento do trapiche para fins públicos e privados	1.11.	62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado
45	Falta de segurança aquática e policiamento	1.4.	63	Instalação de boias (200m);
			64	Instalar mais postos guardas vidas;

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
			65	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;
46	Falta de segurança e policiamento para fiscalização no canto norte e no acesso público (libertinagem, sexo, drogas)	1.6.	66	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal);
			67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);
47	Falta de segurança pública nas extremidades da praia	3.2.	68	Solicitar o aumento do policiamento militar na área;
			69	Solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal
48	Falta de serviço de emergência eficiente e demora de atendimento	1.4.	70	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica
49	Falta de um espaço público de convivência e lazer para a comunidade local	1.8.	72	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA
50	Laranjeiras não estar inclusa na área da APA Costa Brava	1.11.	73	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;
			74	Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia;
51	Milho e churros com estrutura fixa sobre a faixa de areia	2.1. - 2.2.	75	Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição;
			76	Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;
			77	Buscar novas alternativas de transporte público;
52	Mobilidade urbana na temporada de verão	1.11.	78	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade;
			79	Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus
53	Número insuficiente de banheiros públicos	2.1. - 2.2	80	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
54	Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. 1.11.	81	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;
55	Ocupações Irregulares sobre a praia (bares e restaurantes)	1.11.	82	Elaborar e executar o PRAD;
56	Poluição do Rio Marambaia	2.2.	83	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;
			84	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;
			85	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;
57	Poluição sonora	1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.11.	86	Instalação de placas informativas sobre o tema;
58	Poluição sonora na faixa de orla	2.1. - 2.2.	87	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas
59	Poluição visual ocasionada por publicidade na praia (patrocínio)	2.2.	88	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade;
			89	Fiscalizar a instalação de publicidade na praia;
60	Possível instalação em espelho d'água de empreendimentos de grande porte (porto, hotel, shopping)	2.1. - 2.2.	90	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água;
			91	Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento;
			92	Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água



N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
61	Presença de "bloom" de diatomáceas e briozoários na água de banho e faixa de areia	2.1. - 2.2.	93	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema
			94	Melhorar a qualidade de água do rio Camboriú;
			95	Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA);
			96	Estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajaí Açu;
			97	Adequar o sistema de drenagem do município
62	Resíduos sólidos deixados pelos usuários que frequentam a Prainha	3.1.	98	Elaborar programa de educação ambiental
63	Risco de contaminação da água oriunda do Rio Marambaia	3.1.	99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;
			100	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;
64	Saturação da ciclofaixa e passeio público	2.1. - 2.2.	101	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçamento
65	Supressão da vegetação nativa/de restinga	1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.11. 1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	102	Remoção de espécies exóticas;
			103	Cercamento de áreas a serem recuperadas;
			104	Reintrodução de espécies nativas.
			105	Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.
			106	Buscar novas alternativas de transporte público;
66	Transporte público deficiente	1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.9.	107	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus
67	Falta de limpeza pública	1.6.	108	Cobrar limpeza pública

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
68	Resíduos sólidos deixados pelos usuários	1.1;1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	109	Campanha de educação ambiental e conscientização
69	Uso de drogas	1.1	110	Aumento de Fiscalização policial.
			111	Criação e fortalecimento da rede de vizinhos
70	Risco de acidentes	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.
71	Resíduos sólidos trazidos pelo mar	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	113	Implantação do Programa Lixo fora d'água.
			114	Elaboração de projetos para utilização dos matérias trazidos pelo mar.
72	Invasões	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes
73	Degradação do ambiente natural	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	116	Programa de monitoramento de recursos hídricos
74	Queimadas	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	117	Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e Interpraia

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
75	Criminalidade	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região
76	Falta de informação e sinalização	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	119	Instalação de infraestruturas informativas
77	Pesca ilegal com rede feiticeira	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	120	Incremento da fiscalização ambiental marinha
78	Pesca ilegal noturna			
79	Poluição sonora por embarcações atracadas sem regulação do poder público	1.1; 1.5; 1.7		
80	Risco de acidentes com embarcações	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)
81	Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público			
82	Falta de ordenamento do espelho d'água	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	122	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho
83	Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhista	1.1; 1.3; 1.5; 1.7	123	Implantação de boias sinalizadoras
84	Poluição da Lagoa	1.3	124	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa

Anexo 18 – Quadro “5” – Ações e Medidas estratégicas. Apêndice 3.

N.º AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
1	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guardas vidas e as condições de uso da praia.	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
2	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovias, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; CGM - PO
3	Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 24 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
5	Cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo atualmente sob domínio do hotel existente	Buscar garantir o uso adequado para todos os usuários da praia e o cumprimento da legislação em vigor.	até 06 meses	Secretaria de Meio Ambiente, SPU/SC
6	Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo.			Secretaria de Meio Ambiente
7	Fiscalização do uso irregular dos terrenos de marinha e de área comum do povo (hotel)			Secretaria de Meio Ambiente, SPU/SC
8	Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor			Secretaria de Meio Ambiente

N.º AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
9	Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens	Para aumentar a profundidade de calado das embarcações	até 24 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; ConSegMar; Colonia de Pesca
10	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar
11	Instalação de paraciclos	Estimular o uso de bicicletas e garantir o local adequado para guarda de bicicleta	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes
12	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Capitania, PMA,	Buscar garantir melhoria e agilidade nas atividades fiscalização	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Polícia Militar ambiental; Corpo de Bombeiros;
13	Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava;	Promover o desenvolvimento econômico local	até 24 meses;	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO
14	Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo;		até 6 meses;	
15	Inserir o passeio turístico interpraias na rota do Citytour.		até 6 meses	
16	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
17	Criação de um dog park na APA Costa Brava;			Secretaria de Planejamento e Obras
18	Castração/vacina e fiscalização;			Secretaria do Meio Ambiente



N. AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
19	Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha.	Garantir o uso público e liberar área na faixa de areia (área de uso comum do povo).	até 24 meses.	Fundação municipal de esporte; Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento; Associação de bocha
20	Retirar as canchas de bocha da faixa de areia;			
21	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc).	Promover a proteção do meio ambiente e dos usuários da lagoa	até 6 meses.	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
22	Ação de limpeza e revitalização da lagoa.		até 12 meses.	
23	Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá		até 6 meses	
24	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão.	Buscar garantir um meio ambiente saudável livre de riscos de contaminação de doenças.	até 06 meses	Procuradoria da PMBC; e VISA
25	Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes			VISA
26	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.	Buscar garantir a segurança dos usuários	Permanente	Sec. De Segurança pública e PMSC
27	Criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca;	Para ordenar o uso da pesca artesanal; Preservar as margens (manguezal); Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos; Buscar garantir a segurança da qualidade do pescado	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores e CGM - PO
28	Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches públicos em frente à rua Jardim da Saudade;			Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do meio Ambiente
29	Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".			

N.º AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
30	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	Buscar garantir uma melhor qualidade do pescado e dar a Destinação correta dos resíduos	até 5 anos	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; secretaria do Meio Ambiente; Compur; Instituto Pronatura
31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.	Promover a melhoria na atividade de logística da maricultura local.	Permanente	Sec de Meio ambiente e Sec de Planejamento
32	Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;	Promover a regularização de ocupações e levantamento de possíveis áreas para uso público	Até 12 meses;	SPU; CGM - PO; Secretaria Municipal de Infraestrutura
33	Elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;	Promover um maior conforto aos usuários da praia de acordo com a capacidade adequada	Até 24 meses	Sec de turismo e Sec de meio Ambiente
34	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais do local	Promover a cultura tradicional local	até 12 meses e permanente	Sec de turismo e Sec de Meio Ambiente
35	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	Reverter o processo de erosão da praia	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente
36	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d'água	Buscar um melhor ordenamento do espelho d'água e das margens do Rio Camboriú	até 24 meses	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; secretaria do Meio Ambiente; Capitania dos portos; ConSegMar; comitê gestor do Rio Camboriú
37	Criar alvará específico com limite por praia;	Promover um maior controle e organização do comércio na faixa de areia da praia	Permanente	Sec da receita
38	Regularização e revisão do número de pontos de milho e churros	Promover o equilíbrio das atividades comerciais na praia	Permanente	Sec da receita
39	Fechamento de vias durante o final de semana;	Para buscar uma melhoria na	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria

N.º AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
40	Elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo;	mobilidade urbana e de qualidade de vida.		de Segurança; CGM - PO
41	Cobrar melhorias do transporte público;			
42	Cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público			
43	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
44	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);	Promover a melhoria no atendimento de emergência	até 12 meses	Sec Meio Ambiente; Sec obras; CBM
45	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água	Ter informações sobre a balneabilidade da praia	Imediato	Sec de Meio Ambiente
46	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO
47	Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia	Para oferecer aos moradores e turistas opções de lazer em áreas públicas mais verdes	até 36 meses	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA
48	Plano e execução de arborização das vias;		até 24 meses	
49	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas	Promover o bem-estar dos pescadores e evitar a contaminação do ambiente	até 18 meses (prioridade)	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária; Sec Obras
50	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA	Esclarecer as dúvidas sobre o tema para a população local	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação dos moradores do Estaleiro

N.º AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
51	Demarcação de locais para estacionamento público;	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o Turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; CGM - PO
52	Estímulo ao transporte alternativo (ciclovias, transporte público);			
53	Instalação de paraciclos			
54	1- Desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)			Secretaria do Meio Ambiente e Procuradoria do Município
55	Elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	Para regular e ordenar as diferentes atividades de esporte na faixa de areia	até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento
56	Pavimentar as ruas de acesso à praia	Melhoria da infraestrutura e qualidade de vida	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras;
57	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA
58	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade	Promover o incremento da atividade de turismo no trecho em questão	até dezembro 2019	Secretaria do Turismo; CGM - PO; Associação de moradores
59	Construção de novo posto guarda vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários	Buscar garantir uma maior proteção e segurança aos usuários da praia.	em até 24 meses	Secretaria de Obras; Corpo de bombeiros militar

N.º AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
60	Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TAGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.	Buscar garantir recursos financeiros permanentes para as atividades e projetos	Elaborar o projeto de lei em até 06 meses	Procuradoria do Município e Câmara de Vereadores.
61	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado	Promover a melhoria na atividade náutica da localidade	até 6 meses	Sec turismo e Sec de meio ambiente, Colônia de pescadores
63	Instalação de boias (200 m);	Promover a melhoria da segurança como um todo	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
64	Instalar mais postos guarda vidas;		até 6 meses;	
65	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;		até 6 meses	
66	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal);	Promover um ambiente mais seguro para os usuários da praia.	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);		até 6 meses	
68	Solicitar o aumento do policiamento militar na área;	Buscar garantir mais segurança e tranquilidade aos turistas e usuários da praia.	permanente	CGM - PO; PMSC
69	Solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal			
70	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica	Garantir um atendimento mais rápido e eficiente	até 48 meses	CBM; Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento
72	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA	Promover o bem estar e o lazer da população local	até 24 meses	Sec. Meio Ambiente, Associação dos moradores de Taquaras; Fundação de Esporte; CGM - PO; Fundação de cultura
73	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO

N.º AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
		socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;		
74	Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia;		até 3 meses	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias ; SPU
75	Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição;	Para garantir o sustento das famílias nessa atividade comercial de acordo com as normas atuais.	indeterminado;	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias
76	Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;		indeterminado	
77	Buscar novas alternativas de transporte público;	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
78	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade;			
79	Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus			
80	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	Segurança sanitária; melhorar atendimento ao usuário	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento;
81	Implantação de mais uma infraestruturas de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades Fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar



N.º AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
82	Elaborar e executar o PRAD;	Promover um ambiente mais equilibrado e organizado	Até 12 meses	Sec do Meio Ambiente, Sec de Planejamento e CGPO
83	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários.	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
84	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;		Até 24 meses.	
85	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO
86	Instalação de placas informativas sobre o tema;			
87	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas	Harmonizar a convivência entre os usuários da praia	até 24 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente
88	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade;	Buscar garantir um ambiente visual e paisagem mais limpa nessa questão.	até 12 meses.	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento
89	Fiscalizar a instalação de publicidade na praia;			
90	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água;	Incluir o município na decisão da ocupação do espelho d'água	Até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores; CGM - PO
91	Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento;			
92	Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água			

N.º AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
93	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema	Reestabelecer a qualidade da água e da areia da praia; melhoria no incremento do turismo; diminuição dos riscos a saúde; melhoria da paisagem; diminuição do custo de manutenção da limpeza da praia; reestabelecer o equilíbrio ecológico	ate 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
94	Melhorar a qualidade de água do rio Camboriú;			
95	Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA);			
96	Estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajaí Açu;			
97	Adequar o sistema de drenagem do município			
98	Elaborar programa de educação ambiental	Divulgar a educação ambiental	Permanente	Sec de Meio Ambiente
99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários.	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
100	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;		Até 24 meses.	
101	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçadão	Diminuição de risco de acidentes e melhoria no conforto e fluxo dos usuários da ciclofaixa	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes
102	Remoção de espécies exóticas;	Promover a recuperação do ecossistema costeiro	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas
103	Cercamento de áreas a serem recuperadas;			
104	Reintrodução de espécies nativas.			
105	Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
106	Buscar novas alternativas de transporte público;			
107	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus			

N.º AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
108	Cobrar limpeza pública	Melhoria da limpeza pública	até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras;
109	Campanha de educação ambiental e conscientização	Promover a educação ambiental	Permanente	Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; CGM-PO
110	Aumento de Fiscalização policial.	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
111	Criação e fortalecimento da rede de vizinhos			
112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO
113	Implantação do Programa Lixo fora d'água.	Promover a destinação adequada do lixo	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO
114	Elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar.			
115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	Promover o uso e ocupação do solo de maneira regularizada	Permanente	Sec. De Segurança Pública; PM; Polícia Ambiental; CGM-PO
116	Programa de monitoramento de recursos hídricos	Buscar garantir a proteção das nascentes	Até 12 meses	Sec Meio ambiente; Comitê de bacias; Instituições de ensino; EMASA; CGM-PO
117	Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e interpraia	Promover uma fiscalização ambiental mais efetiva	Até 24 meses	Bombeiros; Sec. Meio Ambiente; Polícia Ambiental; CGM-PO
118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	Promover a segurança dos moradores e turistas	Até 12 meses	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
119	Instalação de infraestruturas informativas	Promover a divulgação de informações para o turista	Até 12 meses	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO
120	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Promover a proteção da biodiversidade marinha	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca

N.º AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
		Promover a proteção da biodiversidade marinha	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca
121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)	Buscar garantir a tranquilidade nas localidades	Permanente	Sec. Meio Ambiente; CP; CGM-PO
		Promover a segurança da navegação	Permanente	CP; CBM;
		Promover uma maior segurança da navegação	Permanente	CP;
122	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho	Para organizar os diversos usos no espelho d'água	Até 24 meses	Sec. Meio Ambiente; Sec. Planejamento; SPU; CP
123	Implantação de boias sinalizadoras	Promover a segurança dos banhistas	Até 12 meses	CBM; CP; Sec. Meio Ambiente;
124	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa	Promover a despoluição da lagoa	Imediato	VISA

Anexo 19 – Cronograma para o primeiro ano. Apêndice 4.

**Cronograma Imediato.**

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
124	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa	Imediato	VISA
45	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água	Imediato	Sec de Meio Ambiente
83	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
58	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade	até dezembro 2019	Secretaria do Turismo; CGM - PO; Associação de moradores
74	Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia;	até 3 meses	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias; SPU;
15	Inserir o passeio turístico Interpraia na rota do Citytour.	até 6 meses	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO
46	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO
50	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação dos moradores do Estaleiro
62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado	até 6 meses	Sec turismo e Sec de meio ambiente, Colônia de pescadores
67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);	até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
73	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO
23	Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá	até 6 meses	EMASA
21	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc).	até 6 meses.	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
64	Instalar mais postos guarda vidas;	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
66	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal);	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
14	Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo;	até 6 meses;	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO
63	Instalação de boias (200m);	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
			Ambiente; Sec Segurança; AME
65	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;	até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
5	Cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo atualmente sob domínio do hotel existente	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,
6	Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo.	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente
7	Fiscalização do uso irregular dos terrenos de marinha e de área comum do povo (hotel)	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,
8	Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente
24	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão.	até 06 meses	Procuradoria da PMBC; e VISA
25	Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes	até 06 meses	VISA
60	Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.	Elaborar o projeto de lei em até 06 meses	Procuradoria do Município e Câmara de Vereadores.

#### Cronograma Permanente.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
26	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.	Permanente	Sec. De Segurança pública e PMSC
31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.	Permanente	Sec de Meio ambiente e Sec de Planejamento
37	Criar alvará específico com limite por praia;	Permanente	Sec da receita
38	Regularização e revisão do número de pontos de milho e churros	Permanente	Sec da receita
68	Solicitar o aumento do policiamento militar na área;	Permanente	CGM - PO; PMSC
69	Solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal	Permanente	CGM - PO; PMSC
98	Elaborar programa de educação ambiental	Permanente	Sec de Meio Ambiente
109	Campanha de educação ambiental e conscientização	Permanente	Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; CGM-PO
110	Aumento de Fiscalização policial.	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
111	Criação e fortalecimento da rede de vizinhos	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO
115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	Permanente	Sec. De Segurança Pública; PM; Polícia Ambiental; CGM-PO



N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
120	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colônia de pesca
121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)	Permanente	Sec. Meio Ambiente; CP; CGM-PO

**Cronograma de 12 e 18 meses.**

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
108	Cobrar limpeza pública	até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras;
44	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);	até 12 meses	Sec Meio Ambiente; Sec obras; CBM
82	Elaborar e executar o PRAD;	Até 12 meses	Sec do Meio Ambiente, Sec de Planejamento e CGPO
85	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO
86	Instalação de placas informativas sobre o tema;	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO
113	Implantação do Programa Lixo fora d'água.	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO
114	Elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar.	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO
116	Programa de monitoramento de recursos hídricos	Até 12 meses	Sec Meio ambiente; Comitê de bacias; Instituições de ensino; EMASA; CGM-PO
118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	Até 12 meses	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
119	Instalação de infraestruturas informativas	Até 12 meses	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO
123	Implantação de boias sinalizadoras	Até 12 meses	CBM; CP; Sec. Meio Ambiente;
34	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais di local	até 12 meses e permanente	Sec de turismo e Sec de Meio Ambiente
22	Ação de limpeza e revitalização da lagoa.	até 12 meses.	
88	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade;	até 12 meses.	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento
89	Fiscalizar a instalação de publicidade na praia;	até 12 meses.	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento
32	Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno	Até 12 meses;	SPU; CGM - PO, Sec. Planejamento e Obras.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
	de marinha do trecho;		
10	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar
49	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas	até 18 meses (prioridade)	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária; Sec Obras
81	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar

#### Cronograma de 02 anos.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
3	Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca).	até 24 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
9	Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens	até 24 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; ConSegMar; Colonia de Pesca
33	Elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;	Até 24 meses	Sec de turismo e Sec de meio Ambiente
36	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d'água	até 24 meses	Colonia de pesca; secretaria de Planejamento; secretaria do Meio Ambiente; Capitania dos portos; ConSegMar; comitê gestor do Rio Camboriú
48	Plano e execução de arborização das vias ;	até 24 meses	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA
55	Elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento
72	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA	até 24 meses	Sec. Meio Ambiente, Associação dos moradores de Taquaras; Fundação de Esporte; CGM - PO; Fundação de cultura
87	Revisão do código de postura e fiscalização na	até 24	Secretaria de Planejamento;

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
	praia; Instalação de placas informativas	meses	Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente
122	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho	Até 24 meses	Sec. Meio Ambiente; Sec. Planejamento; SPU; CP
19	Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha.	até 24 meses.	fundação municipal de esporte; Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento; Associação de bocha
20	Retirar as canchas de bocha da faixa de areia;	até 24 meses.	
84	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;	Até 24 meses.	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
100	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;	Até 24 meses.	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
13	Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava;	até 24 meses;	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO
117	Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e Interpraia	Até 24meses	Bombeiros; Sec. Meio Ambiente; Polícia Ambiental; CGM-PO
59	Construção de novo posto guarda vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários	ate 24 meses	Secretaria de Obras; Corpo de bombeiros militar

#### Cronograma de 03 anos.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
16	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas;	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
17	Criação de um <i>dog park</i> na APA Costa Brava;	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras
18	Castração/vacina e fiscalização;	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente
27	Criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca;	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores e CGM - PO
28	Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches público em frente a rua Jardim da Saudade;	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente
29	3. Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fabrica de gelo".	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente
43	Cobrar a execução da rede de esgoto;	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
			Sanitária
47	Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia	até 36 meses	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA
61	Cobrar a execução da rede de esgoto;	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
102	Remoção de espécies exóticas;	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas
103	Cercamento de áreas a serem recuperadas;	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas
104	Reintrodução de espécies nativas.	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas
105	Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas

#### Cronograma de 04 anos.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
93	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
94	Melhorar a qualidade de água do rio Camboriú;	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
95	Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA);	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
96	Estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajaí Açu;	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária;

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
			Colônia de Pescadores e CGM - PO
97	Adequar o sistema de drenagem do município	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colônia de Pescadores e CGM - PO
1	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guardas vidas e as condições de uso da praia.	até 48 meses	Secretaria de Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
2	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovias, transporte público); Instalação de paraciclos	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO
4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
11	Instalação de paraciclos	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes
12	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Capitania, PMA,	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Polícia Militar ambiental; Corpo de Bombeiros;
35	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	até 48 meses	secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente
39	Fechamento de vias durante o final de semana;	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO
40	Elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo;	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO
41	Cobrar melhorias do transporte público;	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO
42	Cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO
51	Demarcação de locais para estacionamento público;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
52	Estímulo ao transporte alternativo (ciclovias, transporte público);	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO
53	Instalação de paraciclos	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO
54	Desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente e Procuradoria
56	Pavimentar as ruas de acesso à praia	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras;
57	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA
70	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica	até 48 meses	CBM; Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento
77	Buscar novas alternativas de transporte público;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
78	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
79	Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
80	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento;
101	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçadão	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes
106	Buscar novas alternativas de transporte público;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
107	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;

#### Cronograma prazos diversos.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
30	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	até 5 anos	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; secretaria do Meio Ambiente; Compur; Instituto Pronatura
76	Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da	indeterminado	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de



N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
	vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;		cadeira e guarda sol; Município e secretarias.
75	Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição;	indeterminado;	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias.
90	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água;	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores; CGM - PO
91	Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento;	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores; CGM - PO
92	Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores; CGM - PO

Anexo 20 - Mapas do documento em escala adequada